UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CELIA REGINA JUSTO KAUFMANN

**"O Brasil precisa de você". Uma leitura da propaganda produzida pelo IPES a partir
das bases biológicas do comportamento humano
(1962-1964)**

Versão Corrigida

São Paulo

2017

CELIA REGINA JUSTO KAUFMANN

**"O Brasil precisa de você". Uma leitura da propaganda produzida pelo IPES a partir
das bases biológicas do comportamento humano
(1962-1964)**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Sara Albieri

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

K21b Kaufmann, Celia Regina Justo
"O Brasil precisa de você". Uma leitura da
propaganda produzida pelo IPES a partir das bases
biológicas do comportamento humano (1962-1964). /
Celia Regina Justo Kaufmann ; orientadora Sara
Albieri. - São Paulo, 2017.
165 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
Interdisciplinar.

1. Propagandas do IPES. 2. Filmes do IPES. 3.
Bases biológicas do comportamento humano. 4.
Circuitos neurais do medo. 5. Psicologia
evolucionista. I. Albieri, Sara, orient. II. Título.

KAUFMANN, Celia R. J. "O Brasil precisa de você". Uma leitura da propaganda produzida pelo IPES a partir das bases biológicas do comportamento humano (1962-1964). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho para meus queridos pai e sogro, Walter e Martin, com amor eterno e gratidão por terem feito parte da minha história.

Às minhas queridas mãe e sogra, Teresa e Hannelore, por ainda estarem presentes em minha vida e por todo o carinho e incentivo que me dão.

E para meus amados marido e filhos, Bernhard, Fábio, Thales e Nikolas, pelas horas roubadas e por toda ajuda e compreensão ao longo desse projeto.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Leandro Leonardo Batista, pelo apoio, atenção, aulas, indicações de leitura e por despertar em mim a vontade de percorrer os caminhos da propaganda, da psicologia e da biologia.

À Profª Drª Tânia Araújo Viel, que me estimulou a levar essa ideia adiante, pelas explicações, indicações de leitura e por contribuir para meu crescimento científico e intelectual.

À Profª Drª Sara Albieri, por ter abraçado esse projeto multidisciplinar e por todo o apoio acadêmico e psicológico durante o processo de definição e orientação.

Aos amigos Mônica e Paulo, pela casa, comida, carinho e horas de apoio emocional.

Ao meu amado marido Bernhard, por suportar minhas lágrimas, inseguranças e medos. Sobretudo, por me apoiar e incentivar em todos os projetos da minha vida. Sem você eu nada seria.

Nenhum princípio é mais central para a psicologia atual do que o seguinte:

tudo o que é psicológico é simultaneamente biológico.

Cada ideia, cada humor, cada anseio seu é um acontecimento biológico.

Você ama, ri e chora com o corpo.

Sem seu corpo - você não é absolutamente ninguém.

*Embora achemos conveniente falar separadamente de
influências biológicas e psicológicas sobre o comportamento,
é preciso lembrar: pensar, sentir ou agir sem um corpo
seria como correr sem pernas.*

(MYERS, David G., 2015)

*As ciências sociais têm de aprender com o
darwinismo e a genética.*

*Mecanismos mentais universais podem fundamentar
a variação superficial entre culturas.*

(PINKER, Steven, 2004, 2006)

RESUMO

KAUFMANN, Celia R. J. **"O Brasil precisa de você". Uma leitura da propaganda produzida pelo IPES a partir das bases biológicas do comportamento humano (1962-1964)**. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho propõe considerar no conjunto de modelos interpretativos da História os estudos realizados em neurociência e psicologia sobre as bases biológicas e psicossociais do comportamento humano. A psicologia cognitiva revolucionou o entendimento do comportamento humano ao reconsiderar a mente, até então menosprezada pelos behavioristas, em seus estudos. Os psicólogos e neurocientistas que adotam o princípio da seleção natural de Charles Darwin para compreender as raízes do comportamento e dos processos mentais, consideram que os genes e as experiências juntos estabelecem as conexões no cérebro humano, dotando a espécie de uma maior capacidade de aprendizagem e adaptação. Eles asseveram que existem mais semelhanças de comportamento em nossa espécie do que se possa imaginar. Os mecanismos neurais desencadeados por uma emoção, como o medo, são os mesmos em todos os humanos, de onde argumenta-se que as reações tendem a ser parecidas, dado o instinto de preservação da espécie. Os estudos em psicologia e neurociência sobre o comportamento humano foram aplicados a um conjunto de filmes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), produzidos no período de 1962 a 1964 dentro de uma campanha ideológica que, segundo o cientista social e historiador René Armand Dreifuss, culminou na desestabilização e derrocada do então presidente João Goulart.

Palavras-chave: Comportamento. Propaganda. Psicologia. Evolucionismo. Neurociência. IPES.

ABSTRACT

KAUFMANN, Celia R. J. **"O Brasil precisa de você". A reading of the propaganda produced by the Brazilian IPES from the biological bases of human behavior (1962-1964).** 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The present work proposes to consider in the set of interpretative models of History the studies carried out in neuroscience and psychology on the biological and psychosocial bases of human behavior. Cognitive psychology has revolutionized the understanding of human behavior by reconsidering the mind, until then disregarded by behaviorists, in their studies. Psychologists and neuroscientists who adopt Charles Darwin's principle of natural selection to understand the roots of behavior and mental processes, consider that genes and experiences together establish connections in the human brain, giving the species a greater capacity for learning and adaptation. They assert that there are more similarities in behavior in our species than one can imagine. The neural mechanisms triggered by an emotion, such as fear, are the same in all humans, from which it is argued that reactions tend to be similar, given the instinct for the preservation of the species. The studies in psychology and neuroscience on human behavior were applied to a set of films of the Brazilian Institute of Research and Social Studies (IPES), produced between 1962 and 1964 within an ideological campaign that, according to the social scientist and historian René Armand Dreifuss, culminated in the destabilization and overthrow of then-President João Goulart.

Keywords: Behavior. Propaganda. Psychology. Evolutionism. Neuroscience. IPES.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA - A INTERPRETAÇÃO DE DREIFUSS SOBRE OS BASTIDORES DO GOLPE DE 1964	17
1.1 - DE GETÚLIO A JANGO - OS GOVERNOS POPULISTAS	17
1.2 - A ADMINISTRAÇÃO PARALELA DO BLOCO MULTINACIONAL E ASSOCIADO	29
1.3 - A FORMAÇÃO DO IPES E SEU PAPEL NA DERROCADA DE JOÃO GOULART	35
1.3.1 - <i>As estruturas de tomada de decisão e de ação do IPES</i>	38
1.3.2 - <i>A guerra psicológica e a campanha de pânico anticomunista</i>	41
1.4 - O GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA, A AMEAÇA COMUNISTA E A DOUTRINA DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NACIONAL	48
1.5 - CONSIDERAÇÕES	60
CAPÍTULO II - A COMUNICAÇÃO SOCIAL - PROPAGANDA	62
2.1 - PROPAGANDA IDEOLÓGICA	63
2.2 - O CINEMA COMO VEÍCULO DE PROPAGANDA	68
2.2.1 - <i>Hitler e o papel preponderante da propaganda</i>	70
2.2.2 - <i>A propaganda norte-americana: preparando soldados para a Segunda Guerra Mundial</i>	71
2.2.3 - <i>A propaganda ideológica do IPES</i>	80
2.3 - O APELO AO MEDO	84
2.4 - CONSIDERAÇÕES	87
CAPÍTULO III - A BIOLOGIA - O COMPORTAMENTO HUMANO, O CÉREBRO E A MENTE	89
3.1 - ESTUDO DO COMPORTAMENTO E SUA RELAÇÃO COM A MENTE	90
3.2 - A PSICOLOGIA EVOLUCIONISTA E A NATUREZA HUMANA	91
3.3 - O SISTEMA NERVOSO E O CÉREBRO - ESTRUTURA E FUNÇÕES	93
3.3.1 - <i>Uma pequena história sobre a evolução das espécies</i>	94
3.3.2 - <i>O sistema nervoso e os neurônios</i>	95
3.3.3 - <i>O cérebro e os neurônios</i>	97
3.4 - A MENTE	100

3.4.1 - Definições	100
3.4.2 - Como o cérebro cria a mente	101
3.4.3 - Mente consciente e inconsciência	103
3.5 - SENSACÃO E PERCEPÇÃO	106
3.6 - COGNIÇÃO E EMOÇÃO	107
3.6.1 - Os circuitos neurais do medo	112
3.6.2 - Medo e ansiedade	127
3.6.3 - Emoções e sentimentos	128
3.6.4 - Sentimentos e pensamentos	129
3.7 - CONSIDERAÇÕES	130

CAPÍTULO IV - "O BRASIL PRECISA DE VOCÊ" - ANÁLISE DE TÉCNICAS E CONTEÚDO DOS FILMES-DOCUMENTÁRIOS DO IPES

4.1 - O QUE, PARA QUEM E COMO - ANÁLISE DOS FILMES	135
4.1.1 - O QUE - DEFINIÇÃO DA IDEOLOGIA	135
4.1.2 - PARA QUEM - ANÁLISE DO PÚBLICO-ALVO - RETRATO DO BRASIL	137
4.1.2.1 - População Total economicamente ativa - rural e urbana	137
4.1.2.2 - Religião declarada - População rural e urbana	137
4.1.2.3 - Alfabetização das pessoas economicamente ativas (acima de 10 anos) - População rural e urbana	138
4.1.2.4 - Nível de escolaridade - População rural e urbana	138
4.1.2.5 - Quantidade de rádio por domicílio - População rural e urbana	139
4.1.2.6 - Quantidade de televisão por domicílio - População rural e urbana	139
4.1.3 - COMO - ELABORAÇÃO, CODIFICAÇÃO E DIFUSÃO	140
4.2 - A ESTRUTURA, AS TÉCNICAS DE FILMAGEM E A PERCEPÇÃO DA COMUNICAÇÃO	142
4.2.1 - Nós x Eles	147
4.2.2 - Classificação de pessoas e coisas	148
4.2.3 - Atitude e comportamento	149
4.2.4 - Tomadas de decisões e julgamentos	151
4.3 - OS EFEITOS DAS MENSAGENS	154
4.3.1 - Estudos norte-americanos sobre os filmes produzidos na série <i>Why We Fight</i>	154
4.3.2 - Meta-análise aplicada sobre pesquisas de apelo ao medo em campanhas públicas de risco e julgamento de riscos	155
4.4 - CONSIDERAÇÕES	156

CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	161
FONTES	161
BIBLIOGRAFIA GERAL	161

INTRODUÇÃO

O objeto de análise de nosso projeto é o comportamento humano, mais especificamente aquele desencadeado pelo apelo ao medo, muito recorrente na história da humanidade, como forma de controle social.

Vários pesquisadores se debruçam sobre o tema, em especial, como propagandas podem contribuir para moldar a opinião pública e levar uma sociedade a determinado comportamento e, nesse sentido, os historiadores e outros cientistas no campo das ciências humanas não estão indiferentes. A historiadora Maria Helena Rolim Capelato, o especialista em comunicação Jesús Martín-Barbero e o cientista social e historiador René Armand Dreifuss, são alguns deles.

No início do século XX, os estudos na área de comunicação de massa privilegiavam a ação do emissor e colocam a responsabilidade pela mudança de opinião e de comportamento das pessoas nos meios de comunicação. Na teoria das Balas Mágicas¹ ou da Agulha Hipotérmica, como é conhecida, a sociedade era vista como uma massa uniforme e passiva.

Um dos exemplos mais emblemáticos da história contemporânea, refere-se a ascensão e permanência de Adolf Hitler no comando da nação alemã e a utilização da propaganda para moldar a opinião pública em torno de sua ideologia. Sua compreensão sobre o poder da propaganda, bem como sua visão de massa, estavam em consonância com a Teoria das Balas Mágicas, desenvolvida após a Primeira Guerra Mundial e fortemente influenciada pela psicologia behaviorista.

Contudo, na segunda metade do século XX, outras teorias procederam ao resgate do papel do receptor e de suas características psicológicas e de personalidade na reação das mensagens midiáticas.

A historiadora Maria Helena Rolim Capelato, identificando a necessidade de estudos aprofundados sobre o impacto de propagandas no comportamento humano, desenvolve diversas reflexões sobre o tema. No livro *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*, a autora recupera a propaganda política estatal na época do Estado Novo brasileiro (1937-1945) e do governo peronista argentino (1945-1955). Inspirados no

¹ Teoria sobre os efeitos de recepção de propagandas. Segundo Jorge Pedro Sousa (2006, p. 492), "vários autores defenderam a ideia de que os meios de comunicação têm influência directa sobre as pessoas e a sociedade, podendo provocar, só por si, mudanças de opinião e de comportamento nas pessoas". Nesse modelo, a comunicação é vista como "um processo reactivo", não considerando as diferenças dos efeitos de recepção "consoante o receptor e o contexto da recepção".

complexo sistema propagandístico montado pelos governos nazistas e fascistas europeus, os regimes autoritários de Vargas e Perón procuraram, por intermédio da propaganda veiculada nos meios de comunicação, da educação e da produção cultural, conquistar o apoio popular. O posicionamento da autora com relação ao papel da propaganda na relação governo-povo segue um modelo mais recente de interpretação. Mesmo que historicamente não se possa compreender o varguismo e o peronismo sem a propaganda de caráter político, Capelato se recusa a aceitar que o sucesso popular dos dois governos se explique apenas pela propaganda política, caracterizada pela autora como violência simbólica. Para ela, as peças publicitárias desenvolvidas com a finalidade de enaltecer as figuras de Vargas e Perón, bem como seus feitos, não são fatores explicativos do apoio dos trabalhadores a governos autoritários. Na análise dessa relação, a autora considera a existência de dois agentes: o emissor - produtor das mensagens - e o receptor. "Aquele que recebe as informações não é um agente passivo, inerte, cuja mente está aberta para aceitar qualquer coisa que venha 'de cima'". Segundo a historiadora, "a eficácia dos discursos dominantes dependeu da capacidade de associar-se com as próprias experiências e perspectivas vividas e partilhadas pelos trabalhadores". (FERREIRA, 2000, p. 179-183).

As conclusões de Capelato são compatíveis com as teorias sobre os efeitos da comunicação social desenvolvidas após a segunda metade do século XX, dentre elas aquela elaborada por Jesús Martín-Barbero, um dos principais pensadores contemporâneos na área de comunicação. Em sua Teoria das Mediações Culturais, Martín-Barbero desloca a análise dos meios de comunicação de massa, antes tido como principais protagonistas no processo de comunicação, em especial sua capacidade de manipulação, até as mediações culturais. (DANTAS, 2008, p. 22-29). Para Martín-Barbero, a recepção se dá a nível individual, entretanto, nossos gostos, crenças, concepções de mundo, entre outros, estão impregnados por uma série de elementos advindos dos grupos sociais aos quais pertencemos. Apesar de serem individuais, esses elementos foram moldados por uma série de dimensões culturais, que são coletivas. (MARTÍN-BARBERO; BARCELLOS, 2000, p. 151-163)².

Ainda no caso brasileiro, outro acontecimento bastante significativo refere-se ao Golpe de 1964 e aos momentos que antecederam a ele. Sobretudo, quais elementos sopesaram sobre a opinião pública e se foram eficazes para moldá-la contra o governo de João Goulart e prepará-la para a intervenção militar.

² Entrevista concedida à Revista Eletrônica de Ciências da Comunicação - INTERCOM.

Em sua obra *1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, o cientista social e historiador René Armand Dreifuss analisa, dentre outras coisas, como o apelo ao medo de se instaurar no Brasil um governo de viés comunista foi imposto a diversos setores da sociedade, por meio de uma campanha multifacetada engendrada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, para desestabilizar o governo de João Goulart, e como a população reagiu diante disso.

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. (DREIFUSS, 1981, p. 230).

Seguindo os passos de Dreifuss, a jornalista Denise Assis, no livro *Propaganda e Cinema a serviço do Golpe (1962/64)*, ressalta a preocupação que determinados grupos da sociedade, tais como empresariado, Igreja Católica e oficialidade militar, tinham com relação às reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, as quais "alterariam as relações sociais do país, ameaçando as tradições, a família e a propriedade. Partidos de oposição acusavam o presidente Jango, àquela altura, de preparar um golpe comunista". (ASSIS, 2001, p. 22).

Segundo Assis, foram muitos os esforços empreendidos no sentido de se fazer pequenos filmes de propaganda "eficientes em atingir uma população pobre, analfabeta e profundamente arraigada em suas crenças religiosas. Tais filmes deveriam centrar sua atenção no caráter ateu do comunismo e na ameaça das idéias socialistas contra a família". (ASSIS, 2001, p. 25).

Mesmo que para alguns críticos aos entendimentos de Dreifuss a campanha impetrada pelo IPES contra o governo de João Goulart não tenha tamanha relevância, suas afirmativas podem ser de certa maneira sustentadas, se uma relação entre as mensagens (imagens, sons e falas) veiculadas e as possíveis crenças que as pessoas haviam desenvolvido com relação ao comunismo for estabelecida.

O objetivo desse trabalho, entre outros, foi o de encontrar embasamentos científicos, que justificassem o incansável posicionamento de Dreifuss sobre os efeitos da campanha do IPES na opinião pública brasileira, agregando aos métodos de análise utilizados para estudos dessa natureza, àqueles efetuados no campo da biologia. Em sua interpretação, os intelectuais ipesianos promoveram uma verdadeira guerra psicológica, atrelando as medidas promovidas pelo governo nacional reformista de João Goulart aos acontecimentos mundiais da Guerra Fria, ressignificando a realidade de acordo com seus objetivos.

Essa dissertação busca analisar como a campanha ideológica feita pelo IPES poderia ter moldado a opinião pública daquele momento, neutralizando as possibilidades de uma intervenção contra o golpe. Para tanto, utilizamos estudos feitos nas áreas de Comunicação Social, da Psicologia e da Neurociência como forma de compreendermos tal processo.

A ideia central para nortear esse trabalho refere-se ao princípio enunciado pelo psicólogo David G. Myers (2015): "tudo o que é psicológico é simultaneamente biológico".

Para além dessa análise pontual, este trabalho busca propor a utilização dos experimentos das ciências biológicas, agregando-os aos modelos já desenvolvidos nas ciências humanas, para interpretação dos acontecimentos históricos. Afinal, conforme sugere o linguista Steven Pinker (2006) "as ciências sociais têm de aprender com o darwinismo e a genética".

Nossa apresentação está dividida em quatro capítulos.

No Capítulo I - *A HISTÓRIA - A conquista do Estado - A interpretação de Dreifuss sobre os bastidores do Golpe de 1964* - buscamos resgatar os acontecimentos históricos que antecederam ao golpe sob a óptica do autor. Descrevemos também a constituição da burguesia nacional, seu enfrentamento com a oligarquia rural, sua associação com o capital multinacional e sua ação contra o governo de João Goulart. Por último, recupera a visão de mundo do General Golbery do Couto e Silva e como contribuiu, como estrategista e ideólogo, para as ações do IPES.

No Capítulo II - *A COMUNICAÇÃO SOCIAL - Propaganda*, demonstramos *o que e como* é criada a propaganda ideológica, a utilização do cinema como mídia, estudos de caso em campanha militar norte-americana e em campanhas de apelo ao medo.

Já no capítulo III - *A BIOLOGIA - O comportamento humano, o cérebro e a mente* - fizemos uma pequena incursão no terreno da neurociência - sem ter a pretensão de entrarmos em suas especificidades -, numa tentativa de compreendermos como o cérebro recebe, processa e responde a determinados estímulos. Em especial, uma vez que o objetivo do IPES era o de promover o medo a uma possível ameaça comunista, e, portanto, moldar a opinião pública contra o "república sindicalista" de João Goulart, utilizamos as experiências de "medo condicionado" realizadas por neurocientistas com ratos em laboratório e extrapoladas para os seres humanos.

Por fim, o capítulo IV - *"O BRASIL PRECISA DE VOCÊ" - Análise de técnicas e conteúdo dos filmes-documentários do IPES*, traz considerações acerca da ideologia, da propaganda e dos possíveis efeitos desse material na opinião pública daquele período histórico.

CAPÍTULO I - A HISTÓRIA - A interpretação de Dreifuss sobre os bastidores do golpe de 1964

Vários estudiosos dedicam-se a entender os motivos que levaram ao Golpe de 1964. Dentre eles, destacamos o trabalho *1964 - A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* desenvolvido por René Armand Dreifuss.

Nesse trabalho, o autor remonta o nascimento e desenvolvimento da burguesia nacional e sua associação a "interesses multinacionais" nos anos 50 e como essa combinação tornou-se a força sócio-econômica dominante, sem que com isso tivesse uma representação política compatível. Descreve, ainda, como as medidas de João Goulart eram contrárias aos interesses econômicos dessa classe empresarial e como ela se articulou com as Forças Armadas, criando estratégias para desestabilizar o governo vigente.

Sua análise se inicia com a entrada de Getúlio Vargas (1930) no cenário político e termina com a derrocada de João Goulart (1964).

1.1 - De Getúlio a Jango - os governos populistas³

Até 1930, o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-industrial, na qual predominavam as elites rurais do nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores. Foi dentro desse "bloco de poder" e "sob a influência da supremacia comercial britânica nos últimos 25 anos do século XIX, que se formou a burguesia industrial". (DREIFUSS, 1981, p. 21).

Rio Grande do Sul agrário, São Paulo e Rio de Janeiro industriais e o desenvolvimento do sistema bancário concentrado, sobretudo, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, forçaram um deslocamento do poder político e de tradicionais elites agrárias para novos grupos urbanos. (DREIFUSS, 1981, p. 21).

³ Para essa análise, Dreifuss considera populismo "o bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob a liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial. Mesmo sendo a forma que tentou encobrir a supremacia de classe desse bloco de poder, o populismo permitiu a existência de um espaço político no qual as classes trabalhadoras foram capazes de expressar algumas de suas reivindicações e de desenvolver formas organizacionais que tentaram quebrar a camisa-de-força ideológica e política populista." (Dreifuss, 1981, p. 43 - Nota 55).

Nesse cenário, surgiram novas figuras políticas e empresariais, que marcariam sua época, como foi o caso de Getúlio Vargas e Roberto Simonsen⁴.

Com o deslocamento do poder, principalmente para o eixo São Paulo-Minas Gerais, e com as crises do setor agrário, o domínio oligárquico passou a receber fortes pressões pela "fração industrial", que, formando um bloco burguês, "lutou por definir as relações de poder dentro do Estado brasileiro, tarefa que foi facilitada por pressões sofridas pela economia oligárquica em consequência da crise capitalista de 1929". (DREIFUSS, 1981, p. 21).

Contudo, a burguesia emergente não destituiu a estrutura anterior, ao contrário, ligou-se a ela num "estado de compromisso". Não houve hegemonia de nenhuma classe, entretanto, "a burguesia industrial conseguiu identidade política face ao bloco oligárquico e, ao mesmo tempo, estabeleceu um novo 'compromisso de classe' no poder com os interesses agrários, particularmente com os setores agro-exportadores". (DREIFUSS, 1981, p. 22).

A convivência desses dois segmentos no cenário político brasileiro não era pacífica o que, mais tarde, levou ao estabelecimento do Estado Novo e de interferências das Forças Armadas na vida política da nação. (DREIFUSS, 1981, p. 23).

É importante observar que a indústria brasileira foi se constituindo sempre conectada ao setor agrário, quer tenha sido pela necessidade de tê-los como consumidores dos produtos por ela produzidos, pela necessidade de financiamento aos insumos de industrialização, pelo fornecimento de matérias-primas à indústria local e às empresas agroindustriais, ambas em desenvolvimento, ou pela interligação de empresas desses dois setores, tanto em termos de negócios, como por laços de família.

Observa-se também que a industrialização brasileira fortaleceu-se com a necessidade de garantir o abastecimento interno, face a mudança de interesses industriais estrangeiros na Segunda Guerra Mundial e à nova política de substituição de importação.

O Estado Novo, além de nacionalizar a economia, com a "criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégica, como mineração, aço e petróleo", passou a incrementar também

[...] o capital industrial com a criação de uma série de mecanismos destinados a reorganizar a economia, dando prioridade ao processo de expansão capitalista e transferindo recursos de outras áreas para a indústria. A industrialização foi também estimulada pela vital transformação do consumo não-produtivo dos proprietários de terra, através do país, em capital

⁴ "Uma grande parte desses empresários, seus filhos e outros parentes estariam na liderança do golpe de 1964". (Dreifuss, p. 38-39 - Nota 7).

de giro para os centros industriais. Isso foi alcançado através da estrutura bancária, que se expandiu enormemente no início da década de quarenta e que se ligou em parte aos setores agrários e à indústria através de laços comerciais e familiares, reforçando assim a interdependência entre a oligarquia e a indústria. (DREIFUSS, 1981, p. 23).

Diante da entrada de novos grupos no cenário econômico brasileiro, a política passou por reestruturação. O novo "bloco de poder industrial-financeiro", influenciado pelo pensamento corporativista "que entendia a formação sócio-econômica como uma rede de grupos econômicos e políticos 'funcionais' resultantes de uma divisão de trabalho necessária e até mesmo 'natural'", expressava suas demandas e influenciava as tomadas de decisões dentro do Estado, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio, sem a necessidade de intermediação política, ao passo que os interesses agrários, tendo perdido sua expressão econômica, se comunicavam com o aparelho estatal por intermédio de outras associações de classe. Ainda [...]

O papel do Estado Novo na industrialização permitiu e propiciou a participação de profissionais das classes médias e de militares, juntamente com os próprios empresários, no aparelho administrativo do Estado. A participação dos militares⁵ realçou o discurso "nacionalista" que foi identificado com o desenvolvimento industrial privado da nação. Contudo, apesar da importância da "sociedade política", que compreendia a burocracia e os militares e a convergência de interesses desses últimos com os industriais, o desenvolvimento industrial foi guiado por diretrizes políticas traçadas pelo bloco industrial-financeiro do centro-sul do país." (DREIFUSS, 1981, p. 23-24, nota de rodapé nossa).

Dada a configuração acima, o governo passou a promulgar uma série de leis trabalhistas, que, segundo Dreifuss (1981, p. 24-25), tinham como verdadeiro objetivo favorecer o acúmulo de capitais necessário ao desenvolvimento industrial nacional. Todavia, tais medidas eram divulgadas à população, como regulamentação do governo em prol das classes trabalhadoras, o que contribuiu para forjar a figura paternalista de Getúlio Vargas como protetor dos pobres.

Mudanças significativas se anunciaram com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial. As condições miseráveis, nas quais viviam os trabalhadores, levaram à

⁵ É necessário destacar, que, no início da Guerra, o Brasil esteve em posição de neutralidade e até mesmo simpatizante ao Eixo, declarando-se, mais tarde, favorável aos Aliados e enviando à Europa um contingente de oficiais, sob o comando norte americano. Esse acontecimento nos é de extrema importância, pois, essa aproximação refletiu fortemente nos acontecimentos de 1964. Segundo o autor, a participação do Brasil na campanha da Itália resultou em "uma aliança estreita entre oficiais brasileiros e americanos, intensificando-se nas décadas seguintes. Vários desses oficiais foram enviados aos Estados Unidos de onde voltaram com novas idéias sobre desenvolvimento industrial e organização política do país", o que culminou, entre outras coisas, na criação da Escola Superior de Guerra (ESG) e, depois, no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), assunto esse que será retomado posteriormente.

criação de novos sindicatos, principalmente, nos estados mais industrializados do país. Somando-se a isso, a esquerda, que havia sido silenciada pelo Estado Novo, retorna ao cenário político em meados da década de quarenta. O crescimento do Partido Comunista, junto a essas novas organizações de trabalhadores, mostrou-se à burguesia uma grave ameaça, fora de seu controle. (DREIFUSS, 1981, p. 25).

Apesar de suas divergências, novamente blocos econômicos de todo o país - associações rurais, comerciais e industriais - reuniram-se, com o objetivo de repensar seu papel diante do perigo iminente. "Após cinco dias de reuniões, uma Carta Econômica foi apresentada, a qual cautelosamente proclamava o desejo dos participantes de se unirem na construção de uma nova ordem social". (DREIFUSS, 1981, p. 25).

Algumas aspirações desse grupo voltariam à pauta do grupo dominante dos anos 60.

A "Declaração de Princípios" dos empresários baseava-se na associação de liberdade e empresa privada, caracterizada por "preceitos de justiça" e "limitações inevitáveis impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional", e para cuja realização a burguesia reconheceria como necessário um certo grau de interferência do Estado. Além disso, a resolução da conferência conclamava a um "desenvolvimento harmonioso de todas as regiões", a uma garantia para homens da cidade e do campo, de um salário que lhes permitisse "viver com dignidade", a "necessidade de planejamento econômico" e a recomendação de que o Estado tivesse papel mais ativo na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento da agricultura, na produção de energia e expansão dos transportes, no protecionismo alfandegário, no desenvolvimento de indústrias básicas, no impedimento de formação de cartéis, no controle da importação e, sobretudo, no estímulo a investimento estrangeiros que, ao término do esforço de guerra, haviam oportunamente renovado sua participação na economia brasileira em fins da década de quarenta. (DREIFUSS, 1981, p. 25)⁶.

Somou-se aos receios dos grupos dominantes o descontentamento da classe média com o caráter autoritário do Estado Novo, sobretudo, diante dos reflexos negativos do fascismo pelo mundo. (DREIFUSS, 1981, p. 26).

A estratégia de governo de Getúlio Vargas, cooptando as classes trabalhadoras e promovendo o desenvolvimento da economia aos moldes nacionalistas, era contrária aos interesses dos industriais, mesmo os tidos como nacionalistas, os quais, naquele momento, procuravam fortalecer suas ligações com os interesses multinacionais. O desfecho desse período foi o alinhamento entre industriais locais, a oligarquia, as classes médias, as empresas

⁶ Nesse contexto, Dreifuss discorre sobre as noções de "burguesia entreguista" e "burguesia nacionalista". A primeira estaria ligada ao capital transnacional e a outra aos interesses de um desenvolvimento nacional, aliada às classes trabalhadoras e setores das classes médias opostas ao imperialismo. Entretanto, segundo o autor, essa diferença de posições ideológicas não se verificou, quando os interesses da burguesia industrial nacional se aliaram aos das empresas multinacionais, sobretudo no pós guerra.

multinacionais - que retomaram os interesses em outros mercados após a Segunda Guerra - e os oficiais da FEB, no esforço e posterior deposição de Vargas, em 1945. (DREIFUSS, 1981, p. 27-28).

O governo seguinte, de Marechal Eurico Gaspar Dutra, favoreceu a empresa privada. Algumas organizações estatais foram desativadas, o nacionalismo colocado à parte e a economia reaberta ao capital estrangeiro em condições bastante favoráveis. Tal governo "foi fortemente influenciado por empresários, os quais ocuparam de maneira quase exclusiva os postos-chaves na administração". Foi também durante esse período que se estabeleceu a Escola Superior de Guerra - ESG, cujos membros, mais tarde, participariam ativamente nas ações do IPES.

Para "conseguir o consentimento político das classes subordinadas e impor consenso entre as frações subalternas das classes dominantes"⁷ foram criadas a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP, as quais, segundo o autor, além do caráter paternalista - com a venda de produtos alimentícios e vestuários a preços populares -, essas entidades, endossadas pelo governo, tinham como objetivo de longo prazo

[...] combater o reaparecimento de organizações autônomas entre as classes trabalhadoras e de construir no seio do operariado urbano uma base ideológica e de comportamento político em consonância com uma sociedade industrial capitalista... Porém, o ímpeto da organização das classes trabalhadoras e a expansão de sua consciência política dificultaram esse tipo de manipulação. (DREIFUSS, 1981, p. 29).

O Partido Comunista, que havia voltado ao cenário político, numa tentativa de Vargas em se manter no poder, e tendo sido legalizado pouco antes das eleições, passou a ganhar forças, sobretudo no período da Guerra Fria. Outros partidos não eram páreo ideológico e organizacional para o Partido Comunista, o qual, face a uma ameaça, foi novamente colocado na ilegalidade pelo governo. Além disso, num esforço de conter o avanço da classe trabalhadora e sua suposta ligação com o Partido Comunista, Dutra

⁷ "Na obra gramsciana, as primeiras noções sobre o termo 'subalterno' aparecem nos escritos pré- carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos Cadernos do Cárcere que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o 'desenvolvimento das transformações econômicas'; sua 'adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes'; as lutas travadas a fim de 'influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias'; a formação de 'novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos'; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e 'as formas que afirmam a autonomia'." (GRAMSCI, apud Simionatto, 2009, p. 42).

extinguiu a CTB - Confederação dos Trabalhadores do Brasil e interferiu nas atividades de centenas de sindicatos existentes. (DREIFUSS, 1981, p. 30)

Dreifuss acrescenta que foram excluídos do processo eleitoral os analfabetos⁸ e trabalhadores rurais, cidadãos esses tidos como "comunistas".

Todas essas medidas foram tomadas pelo governo, para reduzir as possibilidades de contestação, desagregando e conformando a classe trabalhadora, bem como para legitimar a sociedade capitalista. (DREIFUSS, 1981, p. 30).

As eleições de 1950 trouxeram Getúlio Vargas de volta ao governo e promoveram fortes mudanças no sistema político. Naquele momento, o Congresso havia se tornado mais forte, com maior representatividade e maiores articulações de interesses entre o bloco de poder dominante - aliança PSD/PTB, que representava as reivindicações do eleitorado do presidente - e partes de classes dominantes - em especial os proprietários de terra, cuja estrutura foi preservada pelas políticas de Vargas.

Dreifuss (1981, p. 31-32) observa que "apesar da consolidação das relações capitalistas de trabalho e da proeminência econômica que os empresários haviam conseguido durante a década de quarenta, a supremacia industrial-financeira não se traduzia em hegemonia nacional política e ideológica", ou seja, a oligarquia cafeeira, que havia gerado bancos, indústrias e agro-negócio, aliado a demais interesses rurais, continuava exercendo seu poder.

O período se encerrou com uma forte pressão das Forças Armadas contra o governo, apoiada por empresários e governo americano, resultando no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. (DREIFUSS, 1981, p. 33).

O curto período em que Café Filho esteve à frente do governo, apoiado por empresários, políticos de centro-direita (UDN) e pelo Partido Social Progressista (PSP), foi marcado pela necessidade de conter a classe trabalhadora e pelo incentivo à penetração de interesses multinacionais na economia brasileira.

O bloco de poder acima, liderado pela UDN, foi vencido nas eleições de outubro de 1955, pela dupla Juscelino Kubitschek / João Goulart, numa aliança entre políticos do PSD e do PTB, sindicalistas e empresários, cujo objetivo era o "desenvolvimento nacional" baseado na expansão da indústria no Brasil. Tal aliança incorporava "a burguesia industrial, um setor da burguesia comercial especializado no comércio de produtos industriais locais e as classes

⁸ O direito de voto aos analfabetos só foi restabelecido a partir de 1985.

médias progressistas (profissionais liberais, administradores), assim como políticos urbanos e progressistas". (DREIFUSS, 1981, p. 33-34).

Conforme Dreifuss (1981, p. 34-45), as políticas desenvolvimentistas de Juscelino visavam o desenvolvimento tecnológico e ao acesso às técnicas gerenciais estrangeiras. Visavam também um auxílio transnacional, para solucionar a falta de acumulação primitiva de capital, bem como impulsionar a economia brasileira, essencialmente agro-exportadora, com incremento de maquinário e *know-how*. Essas políticas permitiram e impulsionaram uma associação entre a indústria local e empresas estrangeiras, referenciada pelo autor, e por nós a partir de agora, como interesses multinacionais e associados. (grifo nosso).

O programa de governo implementado por Juscelino, contribuiu para uma nova polarização entre blocos de poder, tendo de um lado o Executivo, relacionado aos interesses industrializantes, e de outro o Congresso, conservador, representando os interesses de uma oligarquia rural e outros interesses tradicionais vigentes.

Segundo o autor, "as práticas do sistema político populista faziam do Congresso um reduto conservador, que era lento e impróprio para a articulação dos interesses multinacionais e associados, favorecidos pelo governo de Juscelino Kubitschek". Dessa forma, para contornar as dificuldades impostas pelo Congresso e para a implantação e realização do Plano de Metas,

[...] foi criada uma ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Eles formavam uma "administração paralela", coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo burocracias velhas e inúteis. Essa administração paralela, composta de diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, os chamados técnicos, e por oficiais militares, permitia que os interesses multinacionais e associados ignorassem os canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista. Na realidade, isso significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

O incentivo à industrialização acabou resultando no aumento da classe trabalhadora industrial, além da criação de novos segmentos de empregos assalariados e do setor terciário. Com o surgimento das Ligas Camponesas, em meados da década de cinquenta, houve também tentativas de sindicalização dos trabalhadores rurais. Na interpretação de Dreifuss, no início da década de sessenta, surgiram duas forças sociais divergentes que desafiaram a forma populista de domínio e que colocaram fim ao mito de que havia um Estado neutro e benevolente, característicos desse regime. Essas duas forças eram os interesses multinacionais

e associados e as classes trabalhadoras industriais, sendo que, no final da década de cinquenta, "o desenvolvimento industrial e a urbanização haviam transformado a psicologia e a consciência coletiva das classes trabalhadoras, enfraquecendo o domínio ideológico que as classes dominantes tinham sobre as subordinadas". (DREIFUSS, 1981, p. 36-37).

Juscelino transferiu para o governo seguinte todos os problemas gerados pelo seu plano de desenvolvimento, incluindo o desequilíbrio regional ocasionado pelo fortalecimento econômico do centro-sul.

As eleições de 1960 trouxeram Jânio Quadros como candidato ao governo, lançado pela ação conjunta do partido conservador UDN (União Democrática Nacional), do partido conservador moderado PDC (Partido Democrata Cristão) e do bloco modernizante-conservador⁹. Conforme Dreifuss (1981, p. 125-126) "esse alinhamento relacionava-se tanto à política externa aberta de Jânio Quadros quanto ao esforço para arregimentar as massas populares e racionalizar a economia". Ainda, segundo o autor, "a candidatura de Jânio Quadros representou a última tentativa eleitoral civil do grande capital para conseguir compartilhar o poder do Estado com o bloco populista vigente".

Todavia, o vice-presidente da mesma chapa foi rejeitado pelo voto popular, por representar "a expressão de forças tradicionais". Em seu lugar, como era permitido à época, venceu o candidato João Goulart, lançado pela coligação entre o partido de centro, Partido Social Democrático-PSD e de centro-esquerda Partido Trabalhista Brasileiro-PTB. Herdeiro político de Getúlio Vargas, foi "eleito maciçamente por seu posicionamento público distributivo e reformista", postura essa não recebida com entusiasmo pelos interesses multinacionais e associados. (DREIFUSS, 1981, p. 126).

A administração de Jânio foi fortemente influenciada pela participação de membros de grupos econômicos, de associações de classes, de Consultorias e de pessoas vinculadas à ESG, os quais ocuparam importantes cargos na administração pública, bem como postos de comando nas Forças Armadas e Ministérios: "a administração paralela de Juscelino Kubitschek tornava-se governo com Jânio Quadros".¹⁰ (DREIFUSS, 1981, p. 126).

⁹ Sobre a aplicação do conceito à situação brasileira, Dreifuss (1981) sugere consultarmos alguns autores, conforme Nota 2, pg. 107. Todavia, verificamos que: "O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes".

¹⁰ Para maiores detalhes acerca da composição do governo de Jânio Quadros, vide páginas 127 e 128 (Dreifuss, 1981).

Apesar disso, o legado deixado pelo governo anterior não permitiu que as reformas almejadas pelo bloco modernizante-conservador avançassem. Jânio Quadros havia herdado

[...] uma economia enfraquecida em parte pelas diretrizes políticas de Juscelino Kubitschek de promover um crescimento "acelerado", [bem como] uma burocracia e vícios administrativos populistas que se tornavam cada vez mais inadequados às necessidades do bloco multinacional e do grande capital local. (DREIFUSS, 1981, p. 128).

A essa situação juntou-se as exigências de uma mudança social impostas por certos sindicatos e líderes, fortalecidos entre 1956 e 1960 com incentivos do então vice de Juscelino, João Goulart, o que permitiu, com a presença desse último novamente no governo, uma participação popular crescente na política brasileira. Jânio Quadros também sofreu uma forte resistência por parte de setores oligárquicos e de vários partidos que o apoiaram, o que dificultou articulações entre governo e Congresso. Ainda, seu Executivo não conseguiu promover as reformas exigidas pela comunidade industrial, as quais envolviam "sacrifícios das classes trabalhadoras e fortes limitações econômicas e políticas a setores oligárquicos tradicionais, bem como a interesses industriais locais de porte médio". (DREIFUSS, 1981, p. 128-129).

A política populista de conciliação de interesses não foi capaz de acomodar os conflitos gerados por demandas distintas. Como consequência desse cenário, Jânio Quadros renunciou ao comando da nação em agosto de 1961, acreditando poder retornar ao mesmo com maior poder mediante apelos das classes médias e do apoio político de empresários e militares, o que não ocorreu.

João Goulart assumiu a presidência, mesmo contra as expectativas e anseios dos empresários multinacionais e associados, bem como de militares a eles associados, o que culminou numa tentativa de evitar a posse do mesmo. Tal medida foi garantida graças a formação de um "bloco de poder popular, do qual participavam a burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados". (DREIFUSS, 1981, p.130).

Diante do veto militar à posse de João Goulart e numa nova tentativa de limitar seus poderes, um acordo que lhe garantisse a presidência foi firmado, retirando-lhe, porém, parte dos poderes constitucionais, os quais foram transferidos para um primeiro-ministro, cargo esse criado com a instituição do sistema parlamentarista. Entretanto, o regime presidencialista

voltou a vigorar a partir de janeiro de 1963¹¹. João Goulart, cujas propostas para eleição de 1960 iam contra os interesses dos grupos ligados ao capital internacional, buscou não somente reconstituir o sistema e regime político vigente, fragilizado pelos esforços em reorganizar a correlação das forças econômicas dentro das classes dominantes existentes, como também um apoio maior ao seu projeto nacional-reformista. Além das forças populares em geral, a pequena e média burguesia industrial, que intencionava ampliar seu mercado aos consumidores de baixo poder aquisitivo, foi favorecida com o novo posicionamento nacional-reformista. Um novo bloco de poder agro-industrial, apoiado pelas classes trabalhadoras e pelo campesinato mobilizado, formou-se na expectativa de restabelecer o sistema político brasileiro. Esse novo bloco, denominado modernizante-reformista, de interesses agro-industriais, visava a "atingir o poder do capital transnacional e associado, a controlar os empreendimentos agro-exportadores e os setores mais recalcitrantes da oligarquia rural". Também apoiaram o novo bloco modernizante-reformista facções dissidentes do PSD, da UDN e do PDC, organizações como a Frente Parlamentar Nacionalista-FPN, assim como um "heterogêneo dispositivo popular-militar nacionalista". Figuras políticas populares, assim como alguns intelectuais, reconhecidos internacionalmente, também fizeram parte dessa nova composição. (DREIFUSS, 1981, p. 130-131).

Diferente de seus antecessores, João Goulart passou a tomar algumas medidas fortemente contrárias aos interesses multinacionais e associados. Tais medidas contemplavam, entre outras: uma lei que restringia a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes, o que implicou, também, em "um controle mais rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil, retirando-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte durante a administração de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros"; tentativas de "conseguir o monopólio estatal da importação de petróleo e [de] desapropriar as cinco refinarias privadas no Brasil, assim como [de] rever as concessões de mineração dadas às corporações multinacionais"; reajuste dos salários mínimos e do "poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados, estabelecendo uma política de controle de preços e [supervisão] da distribuição dos bens básicos de consumo"; "reestruturação do sistema tributário, baseado em taxação de renda"; reforma eleitoral, incluindo analfabetos; "reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares". Também foi decretado "o

¹¹ Durante todo esse processo, João Goulart conseguiu destruir "toda a trama de forças de reforma que haviam eleito Jânio Quadros". Dentre os que apoiaram a volta ao presidencialismo, vale destacar figuras que ambicionavam disputar as eleições presidenciais de 65, sobretudo Carlos Lacerda e José Luís de Magalhães Pinto, do bloco modernizante-conservador e associado do IPES. Esse último, sobrinho de José Magalhães Pinto, também candidato à presidência nas eleições seguintes. (Dreifuss, 1981, p. 149 - Nota 26).

primeiro e tímido estágio da Reforma Agrária [que visava] a desapropriação, com compensação prévia e efetiva, de áreas não cultivadas localizadas a curta distância de ferrovias e rodovias". (DREIFUSS, 1981, p. 131-132).

Dreifuss (1981, p. 132-133) discorre sobre os resultados produzidos pela política de expansão de Juscelino Kubitschek na economia dos primeiros anos da década de sessenta. Entre outros, o aumento da inflação, o que diminuiu a capacidade de consumo de bens duráveis pelas classes médias, os quais, por sua vez, eram produzidos pelas grandes empresas multinacionais. Diminuiu também o potencial de poupança dessas classes, impactando nos recursos de financiamento da industrialização privada.

Outras medidas governamentais contribuíram para reduzir, ainda mais, os investimentos multinacionais e a expansão de seus negócios. Além daquelas que limitavam os privilégios do capital estrangeiro,

[...] o governo começou a se preocupar em melhorar as condições de vida das camadas populares, bem como em implementar uma distribuição mais equitativa dos níveis crescentes de produtividade resultantes das mudanças tecnológicas do final da década de cinquenta. Tentou-se uma distribuição de renda através de aumentos salariais e, indiretamente, através da alocação de uma parte maior de recursos públicos para a educação gratuita, para os serviços de assistência médica gratuita, para a habitação e transporte público. O governo implementou também uma política de controle de preços sobre bens de consumo, ao mesmo tempo que tentava controlar os lucros desmedidos das companhias multinacionais em áreas vitais como a de produtos farmacêuticos. (DREIFUSS, 1981, p. 132-133).

Ao contrário das administrações anteriores, que beneficiavam as grandes corporações - especialmente aquelas ligadas ao capital multinacional e associado, que tinham como público alvo um reduzido mercado com poder aquisitivo mais alto -, o governo redirecionou o tipo de produção "principalmente produtos alimentícios, vestuário e aparelhos eletrodomésticos básicos", estimulando, assim, "as indústrias de porte médio e os setores agrários, que produziam bens básicos de consumo para um grande mercado de baixa renda". (DREIFUSS, 1981, p. 132-133).

A falta de investimentos, sobretudo em setores básicos da economia, como petróleo, aço, eletricidade, portos, transporte e construção, desencadeou várias greves e, conseqüentemente, críticas ao governo, visto que a produção e administração desses setores encontravam-se a cargo de empresas estatais. Habilmente, as classes dominantes utilizaram aquela situação para inferir ataques contra o governo e a classe trabalhadora, por intermédio da mídia. A classe dominante bipolarizou ideologicamente a situação: de um lado o estadismo

nacional-reformista, veementemente condenado; do outro o capital oligopolista-associado, o qual levaria o país novamente ao desenvolvimento. (DREIFUSS, 1981, p. 133-134).

Várias exigências foram feitas pelo empresariado multinacional, como forma de conter a crise econômica, dentre elas

[...] um controle rígido de salários, medidas para diminuir a inflação e cortes nas despesas públicas para serviços sociais, [além de uma] reorientação de diretrizes econômicas favorecendo uma concentração de rendas e uma arrecadação compulsória sobre a renda das classes trabalhadoras por meio das agências estatais [a qual] seria também usada como fonte de acumulação de recursos para a capitalização privada. (DREIFUSS, 1981, p. 134).

Uma análise feita em 1964 por Roberto Campos, então ministro do planejamento, apontou como fatores desencadeantes da paralisação do desenvolvimento em 1963, entre outros, a crise política entre Executivo, Congresso e demais agentes, os planos estatizantes do governo, as greves ocasionadas por questões de cunho político, bem como, "a infiltração comunista que ameaçava subverter a ordem social e econômica"¹². (DREIFUSS, 1981, p. 134-135).

O regime populista de convergência de classes viu-se esgotado, diante do caos político-econômico, tornando-se impossível ao governo administrar, a contento, as divergentes reivindicações impostos tanto pelos trabalhadores, quanto pelas classes médias e empresariais. Não é parte do escopo desse trabalho tratar em minúcias os desdobramentos do que Dreifuss caracteriza como polarização de duas forças antagônicas - trabalhadoras e dominantes. Todavia, é importante observar que, segundo o autor, isso se deu graças a politização da classe trabalhadora e seu desprendimento ideológico oriundo da classe dominante.

Como resultado das pressões exercidas pelas forças sociais trabalhadoras urbanas e vendo sua liderança política ameaçada, o bloco oligárquico-industrial retirou seu apoio a João Goulart, restando-lhe apenas o apoio dos trabalhadores mobilizados, o que culminou numa reação política do conjunto da classe dominante. (DREIFUSS, 1981, p. 135-136).

Foi naquele momento, onde a classe dominante percebeu a crise do populismo e o crescente envolvimento das classes trabalhadoras no processo político, que a então associação de interesses passou para a ação no sentido de desestabilizar e tomar o poder.

¹² A preocupação com o "caráter comunista" do governo permeia todo o ideário militar, visto se tratar do contexto de Guerra Fria. A ameaça comunista estaria, inclusive, na pauta da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela ESG e fortemente influenciada pelo General Golbery do Couto e Silva.

1.2 - A administração paralela do bloco multinacional e associado

Para que possamos entender como surgiu o complexo IPES/IBAD, responsáveis por toda a ação que, segundo Dreifuss, desarticulou o governo de João Goulart, é necessário revermos como se formou a administração paralela, criada para defender os interesses multinacionais e associados e possibilitar sua expansão no Brasil.

Conforme aponta o autor [...]

Esta estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia* empresarial¹³. Esses agentes sociais modernizante-conservadores, todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos¹⁴ do novo bloco em formação eram:

- a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;¹⁵
- b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia;
- c) oficiais militares. (DREIFUSS, 1981, p. 71).

Essa estrutura recebia, ainda, apoio direto de seus próprios governos, bem como, das classes dominantes de seus países de origem. (DREIFUSS, 1981, p. 71).

O poder desse novo bloco estava assentado em sua capacidade tecnológica e seu controle de capital. Ao se instalarem em um determinado país, buscavam formar elites locais, que ao se ligarem "organicamente [a essas multinacionais] por laços sócio-culturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas [ou] atitudes econômico-políticas", tornavam-se líderes e diretores dessas empresas, desprendendo-se dos problemas internos de seus países e voltando-se aos interesses pessoais, ou seja, o crescimento, mesmo que dependente, do capital internacional. (DREIFUSS, 1981, p. 72).

¹³ O termo empresário (utilizado nessa obra) inclui industriais, banqueiros e comerciantes. Para maiores detalhes, vide Nota 1. (DREIFUSS, 1981, p. 107).

¹⁴ Para a aplicação do termo "intelectuais orgânicos", Dreifuss se remete a Gramsci, o qual assinala que "Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico, mas também nos campos social e político. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal etc." (DREIFUSS, 1981, p. 107 - Nota 3).

¹⁵ Dreifuss ressalta que membros-chaves das diretorias de multinacionais importantes, também costumavam ser acionistas, o que gerava um interesse direto em tais empresas, ao contrário de outros profissionais com posição de destaque, que não possuíam os meios de produção. (DREIFUSS, 1981, p. 108 - Nota 4).

Para garantir o domínio econômico e o crescimento do capital internacional e associado dentro da economia brasileira, fazia-se necessário, também, o apoio político. Para tanto, utilizou-se a estratégia de ter dentro de seus quadros

[...] diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes [que] proporcionavam apoio político através dessas posições [...] Esses profissionais e empresários acumulavam também o cargo de diretoria em diferentes companhias multinacionais e associadas, o que os tornou capazes de exercer considerável pressão econômica nas administrações de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros". (DREIFUSS, 1981, p. 72).

Um outro grupo, que compunha o bloco econômico burguês modernizante-conservador, refere-se ao composto por técnico-empresários, ou seja, economistas, engenheiros, administradores, entre outros, que também ocupavam cargos de diretorias nas grandes companhias. Presentes nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado, esse grupo "fincou raízes em princípios da década de cinquenta e se expandiu enormemente durante a administração de Juscelino Kubitschek", organizando e estruturando um "complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio" e tornando seus interesses particulares em nacionais. (DREIFUSS, 1981, p. 72).

O bloco de poder multinacional e associados também era composto por executivos (administradores e técnicos), que, com uma "rede tecno-burocrática [exerciam] influência dentro dos aparelhos de Estado". Esses profissionais não tinham qualquer autonomia e também não faziam parte da burguesia multinacional, mas representavam seus interesses.

Conforme dito anteriormente, essa estrutura de poder promoveu uma verdadeira administração paralela, a qual, com sua visão racional-empresarial de crescimento, influenciou fortemente a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, enfatizando a enorme importância das grandes empresas privadas nesse processo.

Segundo Dreifuss (1981, p. 73) [...]

A rede tecno-burocrática de influência dentro do aparelho estatal era formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado. Esses executivos estatais asseguravam os canais de formulação de diretrizes políticas e de tomada de decisão necessários aos interesses multinacionais e associados, organizando a opinião pública. Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas sócio-econômicos nacionais.

Como meio de disseminar tais valores, eram promovidos seminários e palestras dentro da Escola Superior de Guerra - ESG, associações comerciais e industriais, clubes sociais de prestígio e centros culturais, cujo público alvo eram as elites a serem cooptadas.

Para enfatizar a importância das empresas privadas no processo de desenvolvimento e crescimento da economia brasileira, mesclando os interesses privados aos públicos, bem como, para evitar críticas e pressões dos políticos conservadores do Congresso, foi elaborado um "planejamento indicativo e alocativo"¹⁶, estrategicamente estruturado, o qual, além de apontar os problemas brasileiros de ordem sócio-econômico, traçava as metas e soluções para eles.

Com o intuito de viabilizar a implantação desse processo, frente a uma velha burocracia não preparada para operar nesse novo sistema, mas que também não poderia ser desconsiderada, foram criados Grupos Executivos, os quais, operando em bases diferentes nas áreas para as quais haviam sido criados, conseguiam esvaziar o poder vigente. (DREIFUSS, 1981, p. 112 - Nota 29).

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico, estabelecida em dezembro de 1949, também teve grande influência nesse processo. Conforme o autor, seguindo suas recomendações

[...] foi estabelecida uma série de agências e órgãos públicos, dos quais o mais importante parece ter sido o Banco Nacional de Desenvolvimento - (BNDE) [...] O BNDE e outras agências tecno-burocráticas e grupos executivos tornaram-se os novos focos de poder dos interesses multinacionais e associados. Na realidade, foi a análise dos *think-tanks* mistos do BNDE/CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina] e da Escola Superior de Guerra de 1953-1954 que forneceu as diretrizes para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. (DREIFUSS, 1981, p. 75-76).

Ainda [...]

Como consequência de um posicionamento ideológico e político que considerava ser necessário ao estágio de desenvolvimento atingido pelo Brasil o uso de técnica, perícia e *know-how* administrativo produzidos nos centros internacionais do capitalismo, criaram-se várias escolas de administração pública e de empresas e agências tecno-burocráticas governamentais. Tais escolas e agências tinham um duplo objetivo, o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar como *think-tanks* empresariais e governamentais. (DREIFUSS, 1981, p. 76-77).

Conforme visto anteriormente, aliou-se aos empresários e técnicos um pequeno grupo de oficiais militares, que, após a Segunda Guerra Mundial, estreitaram laços com os Estados Unidos e se tornaram "um grupo modernizante-conservador dentro do processo de

¹⁶ Segundo Dreifuss (1981, p. 74), coube ao Coronel Golbery do Couto e Silva "o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos 'guerreiros frios' que lutavam por um desenvolvimento empresarial seguro do Brasil, [expor] o problema de forma precisa.". Para mais informações, vide Notas 21, 22 e 26, p. 111 do livro. Sobre parte de seus pensamentos e sua influência nos trabalhos produzidos pelo IPES vide item 1.4 desse capítulo.

desenvolvimento" do Brasil, filiando-se, inclusive, a partidos políticos como UDN - União Democrática Nacional e, em menor escala, ao PDC - Partido Democrático Cristão. Outros tornaram-se, também, diretores importantes ou acionistas de corporações privadas. (DREIFUSS, 1981, p. 77-78).

O perigo comunista viria a se juntar ao ideário de desenvolvimento militar, ganhando força e se propagando, mais intensamente, durante o governo de João Goulart. Além de levar várias turmas aos Estados Unidos pela ESG, outro processo de educação e treinamento dos militares brasileiros foi o complexo político de acordos militares Brasil-Estados Unidos, sobretudo o Programa de Assistência Militar - PAM e o Acordo de Assistência e Defesa Mútua. Oficiais americanos e brasileiros passaram, então, a propagar ideias de colaboração mútua contra o comunismo.¹⁷ (DREIFUSS, 1981, p. 79).

Dentre essas organizações, que se formaram para defender os interesses multinacionais e associados, comuns aos seus integrantes, Dreifuss destaca três diferentes estruturas políticas:

a) Escritórios de consultoria tecno-empresarial (escritórios técnicos), como o Consórcio Brasileiro de Produtividade - CBP e Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos - CONSULTEC, surgiram da necessidade dos empresários em se obter um planejamento, perícia técnica e administração eficientes aos seus propósitos, por intermédio dessas agências especializadas.

A sua função ostensiva era providenciar a perícia técnica e orientação necessárias, executar os estudos de viabilidades e dar consultoria geral. Os escritórios técnicos serviam também como firmas de consultoria para os interesses multinacionais e associados os quais, penetrando em um novo mercado, tinham de lidar com o que parecia ser uma legislação populista complicada e uma burocracia difícil. (DREIFUSS, 1981, p. 82-83).

Segundo o autor [...]

[esses] escritórios técnicos participaram do primeiro estágio de consciência empresarial coletivo, [...] serviram de ponte entre a visão individual dos empresários e uma crescente solidariedade de interesses no incipiente bloco multinacional e associado [...] e estabeleceu em sua interação com a administração do Estado [...] anéis burocrático-empresariais¹⁸. Através desses anéis, o bloco multinacional e associado conseguiu promover seus interesses econômicos concretos e assegurar reformas dentro dos limites do bloco histórico¹⁹ populista existente, flanqueando as estruturas

¹⁷ Sobre o papel e ideologia da ESG, vide notas nas páginas 114, 115 e 116. (DREIFUSS, 1981).

¹⁸ Sobre o conceito de anéis burocráticos, vide Nota 14. (DREIFUSS, 1981, p. 110).

¹⁹ Esse conceito de Gramsci é "definido como a 'unidade de estrutura e superestrutura, de elementos opostos e distintos' 'ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é a reflexão do conjunto das relações sociais da produção'", e nessa análise tal conceito "é empregado como a 'articulação interna de uma dada situação histórica', isto é, a integração e incorporação [articulação] de diferentes classes

corporativistas associativas. (DREIFUSS, 1981, p. 84, notas de rodapé nossas).

Dreifuss salienta, que a estrutura montada por esses escritórios técnicos possibilitou tecer uma poderosa rede onde tecno-empresários mantinham contatos políticos, burocráticos e empresariais. Entretanto, isso não era suficiente para consolidação de seus interesses.

No início da década de sessenta a percepção burguesa das limitações sócio-políticas e das restrições ideológicas do populismo atingia uma nova dimensão. Os tecno-empresários tiveram de reconhecer que, para implementar uma forma particular de 'planejamento nacional', eles precisavam assegurar a paz social e apoderar-se do comando político, ou seja, controlar o Estado. Os tecno-empresários participaram então da ação organizada da burguesia para quebrar o regime e o sistema populista e conquistar o poder do Estado em 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 86).

Dentro dessa estrutura, destaca-se o papel central que a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda - CONSULTEC, também conhecida como Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos desempenhou na articulação paralela de interesses empresariais durante a década de cinquenta e, depois, na derrubada do regime vigente. Em seus quadros existiam membros-chave que participavam das tomadas de decisões e dos grupos de formulação de diretrizes, defendendo o sistema capitalista no interior do aparelho de Estado. (DREIFUSS, 1981, p. 86, 89).

Ainda, dentro do núcleo da CONSULTEC, operava uma outra organização, a APEC - Análise e Perspectiva Econômica, cujo objetivo era a defesa de "interesses públicos e privados" contra ideologias e ideólogos opositores às suas diretrizes. Por intermédio de várias publicações, sobretudo a respeito da importância do papel que o capital privado tinha no desenvolvimento do país, "disseminava seus pontos de vista entre empresários, configurando a posição ideológica destes [travando uma intensa e articulada] batalha ideológica e política contra o bloco de poder populista e o aparelho estatal em geral". Também propagavam suas ideias entre os militares, tendo alguns de seus membros sido alunos, professores ou oradores convidados da ESG. Esse órgão teria forte participação na campanha ideológica e política desferida contra o governo de João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p. 89-90).

b) As associações de classe: vimos acima a presença de organizações de classes em períodos anteriores aos anos 60. Entretanto, face as mudanças nas diretrizes econômicas, as antigas oligarquias, ligadas a interesses de exportação e de comércio exterior, foram sendo

sociais [opostas] e categorias sociais [distintas] sob a liderança de uma classe dominante ou bloco de frações." (DREIFUSS, 1981, p. 40 - Nota 21).

substituídas e em meados dos anos cinquenta, a maioria das associações de classe existentes eram dirigidas por novos grupos ligados aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados. Além de orientar os empresários sobre assuntos relacionados à produção e administração,

[...] essas associações classistas de empresários e tecno-empresários modernizante-conservadores davam assistência a questões políticas mais amplas, funcionando, na verdade, como agência de *lobbying*, alcançando sua mais alta expressão política em suas tentativas de compartilhar do governo com forças sócio-econômicas tradicionais durante a presidência de Jânio Quadros em 1961. (DREIFUSS, 1981, p. 93).

Dentre as associações vigentes na época, Dreifuss destaca a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP - ambas com organização idêntica -, a Federation of the American Chambers of Commerce do Brasil e o Conselho Nacional das Classes Produtoras - CONCLAP, como sendo os foros de pressão política mais significativos.

No início dos anos 60, a FIESP e o CIESP tornaram-se os canais que representavam os interesses dos grandes industriais locais, a maioria ligada aos interesses multinacionais e associados. A Federation of the American Chambers of Commerce representava politicamente os interesses de corporações americanas e européias. Todavia, a associação que mais expressava os interesses vigentes era a CONCLAP. Por intermédio de manifestos públicos, essa organização fazia violentos ataques ao regime populista vigente e ao comunismo, defendendo a empresa privada, a estabilidade financeira e o capital estrangeiro.

Conforme o autor,

[...] os militantes do CONCLAP e os líderes de associações de classe semelhantes (por exemplo, das Associações Comerciais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e outros centros industriais, formaram, juntamente com a FIESP, o CIESP e a Federation of the American Chambers of Commerce, um forum importante de interesses políticos e econômicos que proporcionou a infra-estrutura para a ação de classe do bloco de poder burguês no período de 1962 a 1964. Reunidos para esses fins sob uma nova organização militante, eles estariam à frente da luta ideológica, política e militar contra o Executivo de João Goulart e as forças populares. (DREIFUSS, 1981, p. 97).

Dreifuss (1981, p. 97-100) destaca ainda, que além da existência de associações de classe de caráter geral, foram estabelecidas em meados da década de cinquenta, associações setoriais, as quais, ameaçadas por um governo nacional-reformista em 1961, engrossaram a lista de contribuintes financeiros da ação de classe contra o governo de João Goulart, no período de 1962-1964.

c) Grupos de ação expressando os interesses empresariais modernizante-conservadores, sendo o IBAD o mais importante deles. (DREIFUSS, 1981, p. 83)

Criado em fins da década de cinquenta, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD foi instituído com a finalidade de "defender a democracia", tendo como participantes relevantes membros do CONCLAP, da American Chambers of Commerce, da ESG e de tradicionais e importantes associações de classe do Rio e de São Paulo. (DREIFUSS, 1981, p. 102).

Através do IBAD, os intelectuais orgânicos das classes empresariais se mostraram dinâmicos em estabelecer ligações com empresários, militares e detentores de altos cargos públicos, bem como em mobilizar o público em geral. O IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais²⁰ e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover ainda alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organizações de pressão dentro das classes médias" (DREIFUSS, 1981, p. 102-103, nota de rodapé nossa).

Também sincronizou suas atividades a movimentos anti-comunistas e a organizações católicas, sobretudo, de extrema direita. (DREIFUSS, 1981, p. 103).

Ainda, segundo o autor,

Até 1962, o IBAD já havia dado origem a dois canais com propósitos diversos. Um deles foi a Ação Democrática Popular - ADEP, uma ação política patrocinada pela estação da CIA no Rio de Janeiro que manejava campanhas eleitorais e *lobbying*. O outro foi a Incrementadora de Vendas Promotion S.A., [a qual] exercia função de agente publicitário [e disseminadora das ideias políticas] do IBAD e da ADEP nas estações de rádio, jornais, revistas e canais de televisão em todo o Brasil. (DREIFUSS, 1981, p. 103).

Já em 1962 o IBAD estaria coordenando seus esforços com outra organização importante, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES, que por sua vez, se interou com os escritórios técnicos, os militares da ESG e os empresários multinacionais e associados. (DREIFUSS, 1981, p. 104).

1.3 - A formação do IPES e seu papel na derrocada de João Goulart

O IPES não era com certeza, como frequentemente é descrito, um movimento amador de empresários com inclinações românticas ou um mero disseminador de limitada propaganda anticomunista; era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força tarefa estrategicamente

²⁰ O IBAD teria apoiado, veladamente, Jânio Quadros nas eleições de 1960. (DREIFUSS, 1981, p. 103)

informada, agindo como vanguarda das classes dominantes. (DREIFUSS, 1981, p. 185).

A história desse Instituto tem um destaque a parte nesse trabalho, pois, conforme dito anteriormente, Dreifuss considera fundamental a atuação de seus membros, para a desestabilização do governo vigente. O autor dá uma importância ainda maior a guerra psicológica travada por sua elite orgânica, cujo objetivo foi moldar a opinião pública contra as medidas sócio-econômicas implementadas por João Goulart, traduzidas e acentuadas como uma iminente ameaça à instauração de um governo de caráter comunista.

Conforme apontam seus estudos, "o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, assim como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBAD e o Conselho Superior das Classes Produtoras - CONCLAP" foram gestados durante os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. (DREIFUSS, 1981, p. 160).

O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais. Com base no argumento de Gramsci, se não todos os tecno-empresários, empresários e militares, "pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade". Essa elite dos intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica²¹ do bloco econômico multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus "próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro desenvolvimento, transcendem os limites da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados". Essa é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam "partido". (DREIFUSS, 1981, p. 161).

Até 1960 não havia nenhuma liderança política reconhecida e organizada dos interesses multinacionais e associados. Foi a partir de então que alguns empresários de São Paulo e Rio de Janeiro passaram a se reunir e a recrutar outros pares, no sentido de "estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política" (DREIFUSS, 1981, p. 163). Ainda [...]

Tal reação empresarial precisaria contar com representação setorial para ser eficaz e deveria ter um sentido "popular" mais abrangente, de uma forma que já estava sendo estimulada em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Rio pelo primeiro grupo organizado de ação empresarial, o IBAD, e já sendo desenvolvida pela militante associação de classe, o CONCLAP.

²¹ Referências sobre o papel da elite orgânica, vide Nota 2, (DREIFUSS, 1981, p. 209). Ainda, "[n]esse caso particular, entendem-se por elite orgânica os líderes e membros que faziam parte da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo, de tal forma que seus esforços e aqueles das organizações a que pertenciam eram sincronizados e coordenados pelo IPES ou apoiaram diretamente a sua campanha."

O IPES foi ativado em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, mas teve início, oficialmente, em 29 de novembro de 1961. A partir de então, expandiu-se rapidamente para outras cidades como Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, entre outras.

Segundo Dreifuss (1981, p. 163-164), o IPES se apresentava a seus simpatizantes e defensores, como uma organização de "respeitáveis homens de negócio" e "intelectuais", cujo objetivo era a participação nos acontecimentos políticos e sociais, contribuindo com estudos e sugerindo soluções para os problemas enfrentados pelo país, sempre visando o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil. Ainda, se apresentava ao grande público como uma "organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres - e como um centro de discussões acadêmicas". Entretanto, seu objetivo não revelado era uma campanha política, ideológica e militar contra o governo nacional-reformista de João Goulart.

Sua primeira missão foi a de cooptar todas as frações de classes empresariais, levando-as a crer em seu papel primordial, como classe única e unida, na condução econômica e social do país, frente a ameaça de uma "socialização" da economia.

Um dos exemplos da campanha de conscientização de classe refere-se ao que observou Rafael Noschese, então presidente da Federação das Indústrias de São Paulo: "já se passou o tempo em que empresários se preocupavam apenas com os problemas econômicos e financeiros de suas empresas. Hoje eles não podem se alienar da responsabilidade social contida nas empresas que eles dirigem". (DREIFUSS, 1981, p. 169).

Conforme o autor, a campanha de conscientização de classe, promovida pelo complexo IPES/IBAD, começou a surtir efeitos na medida em que conseguiu o apoio de cerca de 500 corporações multinacionais e associadas, sediadas no Rio e em São Paulo, suprindo o IPES dos meios necessários para desenvolvimento de seu trabalho. (DREIFUSS, 1981, p. 169).

É interessante observar que tal movimento não aconteceu somente no Brasil. Conforme Dreifuss (1981, p. 169), "ao final da década de cinquenta, por toda a América Latina, havia um substancial desenvolvimento de organizações dedicadas a manter 'a liberdade política e econômica' [sic]", tendo o IPES mantido relações com várias delas, tanto na América Latina, como nos Estados Unidos e países da Europa e Ásia.

Também recebia materiais de propaganda e pesquisa do Latin American Information Committee - LAIC, que por sua vez era patrocinado e financiado por corporações dos Estados Unidos. (DREIFUSS, 1981, p. 171).

Pelo menos duas reuniões foram realizadas em Nassau (nas Bahamas) em 1962 e 1963, onde assuntos que "afetavam os interesses multinacionais e associados, tais como o planejamento governamental e privado, o Mercado Comum Latino-Americano, o papel político e social da empresa privada e o combate ao 'comunismo'" foram discutidos. Ainda foram discutidos "os problemas comuns ao IPES e às várias instituições congêneres representadas no encontro, tendo em vista que prenunciava em toda a América Latina um período de distúrbios e agitação política." (DREIFUSS, 1981, p. 171).

Vale ressaltar que o próprio governo dos Estados Unidos apoiou diretamente as ações dessas organizações, sobretudo, no caso brasileiro, a deposição do governo de João Goulart, desde que "fosse substituído por um governo anticomunista que ficasse ao lado do mundo 'livre' ocidental". (DREIFUSS, 1981, p. 172).

Era fundamental à elite orgânica cooptar o máximo de setores da sociedade para sua organização, mesmo com suas diferenças ideológicas e pessoais. "A articulação das diversas expressões associativas, políticas e intelectuais do poder de classe dominante permitiu ao IPES, por volta de 1963, representar o conjunto mais expressivo da burguesia brasileira, capaz de agir política e militarmente com efetiva autoridade". Sob sua liderança, o IPES reuniu "as mais diversas associações de classe, sindicatos comerciais e industriais, grupos de pressão, escritórios de consultoria e anéis tecnoburocráticos, ativistas militares e facções políticas de centro direita". Era necessário que o IPES representasse "as várias correntes, não permitindo que nenhuma ficasse de fora", sem comprometer, com isso, a efetiva ação de classe. Com seu núcleo consolidado, "o IPES conformou um movimento abrangente sob sua égide, evitando, assim, aqueles perigos de diluição ideológica e inoperância política contra os quais Ivan Hasslocher havia feito advertência."²² (DREIFUSS, 1981, p. 179-180).

1.3.1 - As estruturas de tomada de decisão e de ação do IPES

Uma vez constituído, o IPES se organizou de maneira tal que São Paulo e Rio de Janeiro, por intermédio de um Comitê Nacional conjunto, coordenavam outros centros espalhados pelo Brasil.

²² Em seu trabalho *As classes produtoras diante do comunismo*, publicado em janeiro de 1962, o então coordenador geral do IBAD alertava para o fato de existirem muitas entidades e órgãos das classes produtoras empenhadas no combate ao comunismo. Entretanto, dado ao grande número de participantes, com poderes iguais, mas com pontos de vistas diferentes, tais estruturas se tornavam inoperantes. Ivan Hasslocher advogava a urgência em se constituir, dentro do seio da elite orgânica, uma organização sigilosa e de maior qualidade. (DREIFUSS, 1981, p. 165)

"A instituição era dirigida por um Conselho Orientador - CO, um Comitê Diretor - CD e um Comitê Executivo - CE, cada um deles estruturado nos diferentes centros regionais. A principal unidade política ficava nas duas seções mais importantes do Rio e de São Paulo, com um reduzido CE (quatro a dois membros no máximo)". (DREIFUSS, 1981, p.172).

O grupo formado no Rio de Janeiro tinha a liderança política e comandava os grupos de estudo. Já as operações encobertas, realizadas em várias áreas de atuação do IPES, eram administradas por grupos de ação concentrados em São Paulo. Havia uma diferença entre os grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo o General Heitor Herrera do IPES, os homens de São Paulo "raciocinavam sempre em termos regionais", enquanto "os homens do Rio de Janeiro tinham mais visão". (HERRERA apud DREIFUSS, 1981, p. 179).

Cabia ao CE estudar, elaborar e submeter ao CD os programas de atividades que o IPES tivesse em mente desenvolver, bem como realizar as decisões tomadas pelos Conselhos. Para tanto, era responsável pelos Grupos de Estudo e Ação, os quais supriam o IPES com todas as informações e ações necessárias ao cumprimento de suas metas.

Para o objetivo desse trabalho, destacamos alguns grupos de estudo e ação e suas respectivas orientações:

a) Grupo de Levantamento da Conjuntura - GLC: também conhecido como Grupo de Estudo, era responsável pelo levantamento de informações nos campos político e social e pelo planejamento estratégico para a ação da elite orgânica. Em contato direto com alguns oficiais militares

[...] o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informação para controlar a influência 'comunista' no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares-chave e demais pessoas por todo o Brasil... O GLC distribuía entre os militares uma circular bimestral mimeografada, sem identificação de fonte, que descrevia e analisava a atividade 'comunista' por todo o país e que incitava a opinião militar contra o Executivo e contra a mobilização popular... (O) GLC compilava dossiês dos indivíduos e grupos 'comunistas', bem como distribuía um mapa que identificava a estrutura e pessoas-chave das supostas organizações subversivas". (DREIFUSS, 1981, p. 188).

O líder nacional desse grupo de ação era General Golbery do Couto e Silva. Sua equipe "produzia os trabalhos táticos e estratégicos e fornecia as *Diretrizes, doutrina e projetos*". (DREIFUSS, 1981, p. 186).

b) Grupo de Assessoria Parlamentar - GAP: era responsável pela coordenação política da campanha anti João Goulart, cooptando parlamentares, exercendo pressão e interferindo diretamente nas decisões políticas em favor de seus objetivos.

c) Grupo de Opinião Pública - GOP: Segundo Dreifuss, esse grupo tinha como meta a "disseminação dos objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita, levando à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos". Entretanto, a "**sua função manifesta era a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis**". (DREIFUSS, 1981, p. 192, negrito nosso).

Faziam parte dessa verdadeira máquina de propaganda agências publicitárias, jornais e revistas, rádio e televisão, onde trabalhavam escritores e jornalistas, entre outros intelectuais. (DREIFUSS, 1981, p. 192).

O público alvo do programa de doutrina e propaganda eram as classes médias, trabalhadores de indústrias, estudantes, militares, donas-de-casa e profissionais, para os quais eram desenvolvidos materiais "compatíveis com os diferentes segmentos culturais, políticos e sociais de opinião pública." Também fazia parte desse público, o próprio pessoal ligado ao IPES. (DREIFUSS, 1981, p. 193).

Segundo o autor, o cargo de Chefe Geral de Opinião Pública pertencia também ao "dissimulado" General Golbery do Couto e Silva, o qual preparou todo o esquema do programa de projeção de doutrina do IPES. Para o General era fundamental "preparar o público ideologicamente para uma tomada de governo". (DREIFUSS, 1981, p. 193).

d) Grupo de Publicações / Editorial - GPE: Entre outras coisas, era responsável pela divulgação /distribuição dos materiais produzidos pelo IPES, contendo mensagens ideológicas apropriadas. "Juntamente com o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Opinião Pública, o GPE conduzia de fato uma campanha de **guerra psicológica** organizada pelo IPES". (DREIFUSS, 1981, p. 194, negrito nosso).

Faziam parte de suas atividades a elaboração, tradução e distribuição de materiais impressos, cujos teores eram anticomunista, antitrabalhista e antipopulista. Publicavam, traduziam e reimprimiam livros, artigos e panfletos devidamente selecionados, sobretudo aqueles que promoviam o regime democrático.

Com o objetivo de alcançar toda a população brasileira, foram cuidadosamente produzidos, para cada segmento da sociedade, materiais específicos e acessíveis. Para tanto, contavam com proprietários, diretores e outros associados ao IPES, ligados a várias empresas de publicação e companhias editoriais. Compunham esse grupo diversos literatos, bem como profissionais da mídia e de agências de publicidade.

e) Grupo de Estudo e Doutrina- GED: fornecia materiais para outros grupos e seus trabalhos eram "básicos para a formação da Opinião Pública". Também preparava estudos que se tornaram a base para teses e diretrizes, entre outros.

Segundo o autor, o GED era a "estufa ideológica" do IPES. A base de sua ideologia estava amparada no postulado apresentado pela Aliança para o Progresso, pela "Mater et Magistra" e pelo teor anticomunista da Carta de Punta del Leste. (DREIFUSS, 1981, p. 196-197).

Advogava a ideia de que "o Estado deveria intervir na economia apenas para preservar o mercado livre do monopólio, promover desenvolvimento econômico e contribuir para a paz social". O IPES "admitiria o liberalismo no campo econômico, mas não aceitá-lo-ia na área política". Por compartilhar da doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela ESG, era um convicto disseminador de suas ideias. (DREIFUSS, 1981, p. 197).

Em São Paulo, esse grupo era encarregado pelas "linhas de doutrinação que definiam a filosofia do IPES". Também era encarregado da

[...] campanha de levar a mensagem ideológica do IPES aos vários setores do público e de converter trabalhos que fixavam posições e diretrizes em ação política, supervisionando e coordenando a ação político-ideológica nas várias populações-alvo: trabalhadores de indústria, funcionários públicos e privados, camponeses, estudantes, mulheres das classes médias e a Igreja. (DREIFUSS, 1981, p. 198).

1.3.2 - A guerra psicológica e a campanha de pânico anticomunista

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. (DREIFUSS, 1981, p. 230).

As atividades desenvolvidas pelos grupos de estudo e ação da elite orgânica, cujo objetivo era "conter as forças populares, desagregar o bloco histórico-populista e levar os interesses multinacionais e associados ao governo político através de um golpe de Estado civil-militar", foram praticadas entre 1962 e 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 229).

Conforme dito anteriormente, a campanha ideológica "multifacetada" contra o Executivo de João Goulart e sua base aliada foi lançada em várias frentes, pois, para que seus objetivos tivessem resultados, era fundamental obter a unificação das várias frações da sociedade sob uma liderança sincronizada comum.

Isto posto, o complexo IPES/IBAD passou a operar com todos os recursos disponíveis. Conforme apontou o então líder ipesiano Glycon de Paiva, era necessária a "preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção

militar."²³. Na opinião de Paiva, tal ação política deveria ser sigilosa e suas recomendações sugeriam a [...]

criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação, o profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços de esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massas e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário. (DREIFUSS, 1981, p. 230, negrito nosso).

Fazia parte do plano de ação da elite orgânica, que as manobras orquestradas pelo IPES permanecessem encobertas. Dessa forma, convencionou-se que eventuais responsabilidades pelo desenvolvimento de tal campanha deveria recair sobre a ADEP, o IBAD, a ADP, a Promotion S.A. e o SEI, entre outros que operavam em conjunto com o IPES, tal como a ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa. (DREIFUSS, 1981, p. 231).

Duas modalidades de ação foram consideradas pela elite orgânica, cujas atividades visavam efeitos de longo e curto prazo: A) ação ideológica e social; e B) ação político-militar.

A) Ação ideológica e social

Com atividades político-ideológicas destinadas ao Congresso, sindicatos, movimento estudantil e clero, tais ações consistiam em dois tipos de doutrinação: uma geral e outra mais específica.

A doutrinação geral visava moldar a opinião pública por intermédio de manipulação de notícias, atacando o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo, estimulando percepções negativas do governo vigente e inserindo sua ideologia aos responsáveis por tomadas de decisões políticas e ao público em geral. (DREIFUSS, 1981, p. 231).

Para tanto, foram contratados/cooptados diversos colaboradores para a produção e divulgação de vasto material, por intermédio do rádio, televisão, jornais e outros veículos, cujo objetivo era atingir intelectual e emocionalmente seu público.

O IPES alistava um grande número de escritores profissionais, jornalistas, artistas de cinema e de teatro, relações públicas, peritos da mídia e de publicidade [além] de articular e canalizar o apoio de algumas das maiores companhias internacionais de publicidade e propaganda, criando, assim, uma extraordinária equipe para a manipulação da opinião pública". (DREIFUSS, 1981, p. 232).

²³ "Parecia claro para a elite orgânica que sem o visível apoio popular, a sua ação encoberta dentro das Forças Armadas e outros setores da sociedade tornar-se-ia difícil. Ademais, os militares não seriam levados a favorecer uma posição golpista sem o palpável apoio público." (DREIFUSS, 1981, p. 220 - Nota 137).

Dentre os materiais produzidos e divulgados pelos grupos de estudo e ação do IPES, encontravam-se diversas publicações de artigos, veiculados em jornais e revistas de renome, muitos escritos e assinados por escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais de prestígio, bem como jornalistas influentes. Além disso, foram promovidos simpósios, palestras, conferências de personalidades famosas, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propagandas no rádio e na televisão. Também publicavam, direta e indiretamente, livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos. Diversos detentores de meios de comunicação estavam alinhados à ideologia ipesiana, impulsionando sua própria campanha. (DREIFUSS, 1981, p. 232-234).

Vários intelectuais e jornalistas, que adotavam pontos de vistas diferentes, eram apontados como esquerdistas e seus nomes citados em materiais, como aquele intitulado "Levantamento da Infiltração Comunista na Imprensa". (DREIFUSS, 1981, p. 234).

Outra ação realizada pela elite orgânica se deu em forma de Manifestos, produzidos por diversos segmentos e divulgados pela imprensa entre 1962 e 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 235).

Conforme Dreifuss (1981, p. 236), "algumas das publicações produzidas pelo complexo IPES/IBAD tinham um caráter de propaganda 'deturpadora', ou seja, eram basicamente fatuais e continham informação cuidadosamente selecionada à qual adicionava-se uma certa 'torção'. Já outros trabalhos eram mentiras declaradas ou ficção".

Na televisão, a guerra psicológica se deu com a apresentação de programas de entrevistas, onde jornalistas e entrevistados, perguntas e respostas, eram frutos de trabalhos produzidos e selecionados pelas equipes de ação da elite orgânica, sempre em consonância com seus preceitos. Com forte influência nos meios de comunicação, a elite orgânica conseguia, também, bloquear indivíduos e programas indesejáveis ou desfavoráveis. (DREIFUSS, 1981, p. 245-249).

O rádio era um poderoso instrumento de repercussão da ideologia ipesiana, sobretudo por conseguir atingir a grande parte da população analfabeta e pobre, sem condições financeiras para adquirir um aparelho de televisão. Por intermédio de financiamentos concedidos pelos IPES a diversos programas, várias estações de rádio em todo o Brasil contribuíram com a campanha da elite orgânica. (DREIFUSS, 1981, p. 248).

Filmes e cartuns foram desenvolvidos para um vasto público, cuidadosamente elaborados de acordo com o nível de entendimento de cada segmento, sem, todavia, desmerecer o conteúdo a ser transmitido. (DREIFUSS, 1981, p. 250).

Para o público alfabetizado, foram desenvolvidos diversos cartuns e charges. Já para o grande público, o IPES produziu filmes, cujas fitas foram projetadas em todos os cinemas do país, tanto em seções regulares, quanto em seções especiais. Para o público que não tinha condições financeiras para frequentar cinemas, ou mesmo para levar suas mensagens as áreas mais longínquas, eram montados projetores sobre carrocerias de caminhões e em ônibus especiais. Tais filmes foram, ainda, exibidos pela televisão em programas de atualidades.

"Companhias de publicidade contribuíam financeiramente para a produção de filmes que transmitiam mensagens específicas do IPES e a ideologia empresarial" e visavam atingir o operariado industrial, os trabalhadores rurais, o "lumpen-proletariado", entidades de classe, universitários, donas de casa etc. O IPES produziu também uma série de filmes com um apelo duplo às Forças Armadas e ao público em geral, "difundindo e legitimando o papel da 'construção nacional' dos militares. Elaboravam-se filmes sobre a Marinha Mercante, a Força Aérea, a Marinha de Guerra e o Exército". (DREIFUSS, 1981, p. 251).

A doutrinação específica consistia em "moldar o setor empresarial em uma classe 'para si' e impeli-la para a ação, apoiando e participando do esforço geral liderado pela elite orgânica". (DREIFUSS, 1981, p. 252).

Além dos empresários, compunham o público alvo desses esforços intelectuais, jornalistas, estudantes universitários e militares das Forças Armadas. Essa doutrinação visava formar uma consciência de classe e um posicionamento político comum, para que houvesse um engajamento harmônico na ação do IPES, sobre o sistema político e o desenvolvimento da organização como um todo. (DREIFUSS, 1981, p. 252).

A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também patrocinava e organizava conferências, discussões e simpósios em escolas, faculdades, residências, clubes sociais e esportivos, associações estudantis e profissionais e nos seus escritórios, com o objetivo de doutrinar e recrutar outros participantes para sua causa.

A mensagem que a elite orgânica disseminava de marcante tom anticomunista e objetivos sócio-econômicos modernizantes, envoltos em uma aura profissional-tecnocrata, exercia uma grande atração sobre novos recrutas entre os empresários, militares e as classes médias. Ela servia ao propósito de sustentar e fomentar a legitimidade do envolvimento antigovernista das Forças Armadas na política. (DREIFUSS, 1981, p. 252).

A Igreja católica foi outro segmento cooptado pela elite orgânica. Era de fundamental importância aos interesses do IPES que houvesse tal alinhamento, pois

[...] o clero proporcionava a tão necessitada comunicação com as bases sociais populares, constituindo-se na única estrutura nacional verdadeira além das Forças Armadas. Ela representava o órgão ideal para atingir as classes médias, das quais estudantes, intelectuais, os movimentos femininos

organizados e os militares obviamente faziam parte, assim como para agir por seu intermédio no seio das classes camponesas e as trabalhadoras urbanas. (DREIFUSS, 1981, p. 254).

O Grupo de Doutrina e Estudo de São Paulo se encarregava de atividades, cujo objetivo era convencer o público da "incompatibilidade do Socialismo e da Doutrina Social da Igreja", esvaziando também essa base de apoio às reformas de João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p. 254).

Além da disseminação de ideias e recrutamento de novos seguidores, diversos cursos também foram ministrados em todos os níveis da sociedade no sentido de formar um novo grupo de gestores. Esses cursos englobavam várias questões de ordem econômica, social e política, bem como sobre "aspectos principais da conjuntura nacional". Visavam ainda "pesquisar e estipular o referencial para a solução dos principais problemas da situação brasileira e a apresentar pesquisas feitas pelos grupos de trabalho de variados participantes". (DREIFUSS, 1981, p. 258).

Na zona rural, militantes ipesianos difundiram suas ideias durante viagens, participando de acontecimentos e "organizando as classes dominantes rurais ideologicamente, politicamente e de outras formas". Para os problemas agrários existentes, propostas político-econômicas completas foram apresentadas, bem como realizadas intervenções no Congresso Nacional. (DREIFUSS, 1981, p. 269 - Notas 93 e 94).

B) Ação político militar

Conforme dito anteriormente, era imprescindível aos interesses da elite orgânica, que as Forças Armadas fossem cooptadas, pois somente com o envolvimento dos militares a destituição de João Goulart seria possível. Ainda, a mobilização da opinião pública contra o governo vigente era de fundamental importância para evitar um fracasso semelhante ao ocorrido contra a posse presidencial em 1961, pois era claro que "sem manifestações inequívocas da opinião pública, as Forças Armadas não se sentiriam autorizadas a intervir". (DREIFUSS, 1981, p. 375).

O envolvimento de militares nos assuntos de Estado foi algo bastante recorrente em nossa história. Conforme apontamentos anteriores e tomando-se como base o recorte temporal feito pelo autor, vimos a participação militar desde o Estado Novo, quando conflitos e tensões marcaram o período, sobretudo aqueles gerados pela divergência de interesses entre a burguesia industrial emergente e o bloco oligárquico, até então à frente do poder político.

O Estado Novo surgiu porque a burguesia industrial se mostrou incapaz de liderar os componentes oligárquicos do "estado de compromisso" ou para impor-se à nação através de meios consensuais, de maneira a criar uma infraestrutura sócio-econômica para o desenvolvimento industrial. Conflitos e tensões marcaram o seu relacionamento [entre industriais e proprietários de terra], e foi esse elemento de competição mútua que tornou possível, e até mesmo necessário, que o aparelho burocrático-militar do Estado Novo tivesse um papel de intermediário, o que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política da nação. (DREIFUSS, 1981, p. 22-23).

Ainda, o incentivo a industrialização permitiu que militares fizessem parte na administração do Estado, realçando "um discurso 'nacionalista' que foi identificado com o desenvolvimento industrial privado da nação", intensificando a convergência de pensamento entre eles.

Todavia, as ideias de desenvolvimento industrial e organização política do país dentro da oficialidade militar foi aprimorada após a Segunda Guerra Mundial, com experiência ideológica e militar adquiridas durante a campanha na Itália e mesmo depois, com o envio de alguns oficiais para participar em cursos de instrução e treinamento nos Estados Unidos. Esses oficiais promoveram suas ideias, filiando-se a partidos como UDN e PDC, bem como criando a Escola Superior de Guerra - ESG, palco de diversos cursos e conferências sobre os rumos desenvolvimentistas a serem trilhados pelo país. (DREIFUSS, 1981, p. 78).

No governo de Juscelino Kubitschek, oficiais militares fizeram parte de uma administração paralela, juntamente com diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais, formando Grupos Executivos, cujo objetivo era contornar as estruturas legais de formulação de diretrizes e tomada de decisão, e, dessa forma, evitar possíveis empecilhos ao crescimento do capital multinacional e associado. (DREIFUSS, 1981, p. 35).

No final da década de cinquenta, verificou-se a mobilização de trabalhadores urbanos e rurais e o enfraquecimento da dominação ideológica exercida até então pelas classes dominantes. As demonstrações de "consciência de classe" dos trabalhadores, sobretudo urbanos, e o aparecimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras, proporcionaram o redirecionamento na orientação das Forças Armadas "passando da defesa do território nacional para uma estratégia de contra-insurreição e hostilidade internas" e contra uma "ameaça subversiva de forças sociais contra a ordem vigente". (DREIFUSS, 1981, p. 36-37).

A influência militar nas questões de Estados fizeram-se ainda mais presentes no governo de Jânio Quadros, quando membros que formavam o núcleo da ESG ocuparam

importantes cargos, sobretudo como ministros e outros cargos chaves. "O governo de Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG". (DREIFUSS, 1981, p. 127).

A renúncia de Jânio Quadros deu ao seu vice, João Goulart, a posição de governante do país. Entretanto, como suas propostas eram contrárias aos interesses do bloco modernizante-conservador, sua ascensão quase foi impedida "por uma mal preparada manobra militar". (DREIFUSS, 1981, p. 130).

A incapacidade de conciliar as diferentes demandas sociais e a preocupação que determinados grupos da sociedade, sobretudo o empresariado e a oficialidade militar, viam nas reformas proposta pelo governo de João Goulart, traduzidas e propagadas como "comunistas", promoveram a criação e atuação do complexo IPES/IBAD para a conquista do Estado.

As pesquisas de Dreifuss apontam que, além de ações para moldar a opinião pública, "os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infra-estrutura de oficiais da ESG, que se colocava no centro da campanha político-militar contra João Goulart". (DREIFUSS, 1981, p. 361).

Atuando tanto no IPES quanto nas Forças Armadas, oficiais de reserva contratados e outros militares da ativa constituíam uma expressiva rede de influência e um poderoso grupo de ação. (DREIFUSS, 1981, p. 366).

Formou-se, ainda, dentro do Exército um "Comando Geral Democrático", cujo objetivo era o de vigiar seus pares não envolvidos na causa, controlando suas atividades. Vários jovens oficiais, a maioria coronéis e tenentes-coronéis foram incentivados a deixarem a ativa e se estabelecerem nas indústrias, nas comunicações e nas administrações do Estado.

A rede formada por oficiais militares permitiu que o complexo IPES/IBAD obtivesse maior volume de informações políticas e uma ampla malha de disseminação da ideologia ipesiana dentro das Forças Armadas. Muitos deles eram convidados a participar de conferências e cursos, onde demandas e interesses empresariais eram expostos, intensificando ainda mais a visão de desenvolvimento e organização projetada pelos intelectuais orgânicos. Conforme mencionado anteriormente, a mensagem anticomunista e de objetivos sócio-econômicos modernizantes exercia grande atração sobre novos elementos a serem cooptados, inclusive os militares. "Ela servia ao propósito de sustentar e fomentar a legitimidade do envolvimento antigovernista das Forças Armadas na política". (DREIFUSS, 1981, p.252).

Ainda, segundo o autor,

A intervenção militar foi descrita, conduzida e percebida como uma "ação salvacionista" legitimada pela doutrina de segurança nacional disseminada em grande parte pela ESG. E mais ainda, uma grande parcela de militares sentia que o governo deixara de se comportar adequadamente, em termos constitucionais, justificando sua própria intervenção como sendo "dentro dos limites da lei". (DREIFUSS, 1981, p. 142).

A coordenação geral das operações Militares e de Informação do IPES estava a cargo do General Golbery do Couto e Silva, o qual desempenhava também um papel central na campanha militar para a deposição de João Goulart, coordenando a articulação encoberta entre vários líderes do movimento, (DREIFUSS, 1981, p. 363).

1.4 - O general Golbery do Couto e Silva, a ameaça comunista e a doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional

A doutrina de Segurança Nacional brasileira foi gestada no contexto da Guerra Fria, quando União Soviética e Estados Unidos lideraram dois grandes blocos de poder. Para barrar o avanço comunista, os estrategistas norte-americanos elaboraram uma doutrina que justificasse e direcionasse as ações militares sob seu comando, disseminando-a, sobretudo, aos demais países das Américas. Para os estudos relacionados com o interesse da segurança nacional e para a elaboração de estratégias militares adequadas, foi criado o National War College.

O Brasil sofreu forte influência dos Estados Unidos, em especial, por intermédio da Escola Superior de Guerra - ESG (1949) - equivalente brasileiro da escola americana - e por acordos militares assinados pelos dois países. Segundo Dreifuss (1981, p. 79) [...]

Através desses veículos, a doutrinação político-ideológica concatenava-se perfeitamente à informação "técnica", combinando-se ambas em uma norma encapsulada que identificava a mente militar das Américas com o centro militar hegemônico, assim como a forma específica de desenvolvimento sócio-econômico.

Ainda conforme o autor, os oficiais americanos ajudaram na formação da ESG entre 1946 e 1947 e "permaneceram no *staff* regular" daquela escola até 1960, mantendo um "oficial de ligação com *status* docente" até 1970.

Estudos realizados por Carlos Alberto Giannasi indicam, que a doutrina desenvolvida na França pós Segunda Guerra, mais precisamente nos anos 50, com as Guerras da Indochina e de Libertação da Argélia, também contribuiu para a brasileira. Roger Triquier, um dos autores militares mais envolvidos na doutrina de segurança nacional francesa, acreditava que as novas guerras objetivavam não mais a rendição do vencido, mas sim sua aniquilação.

[...] desde que terminou a Segunda Guerra Mundial foi criada uma nova forma de guerra [...] a guerra de hoje é o choque de uma série de sistemas políticos, econômicos, psicológicos e militares, com o fim de derrubar o governo vigente num país, para substituí-lo por outro. (Triquier, apud GIANNASI, 2011, p. 97-98).

As palavras de Triquier encontrariam eco nos pensamentos do General Golbery do Couto e Silva, cuja influência na doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional do Brasil é fortemente atribuída. (Maria Helena Moreira Alves, apud Giannasi).

E a guerra moderna [...] guerra total que a todos envolve e a todos oprime, guerra política, guerra econômica, psicossocial e não só militar [...] vem acrescer sobre o velho dilema entre liberdade e segurança [...] Essa é a guerra, total e permanente - global, apocalíptica -, que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada... E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela [...]. (Couto e Silva, apud GIANNASI, 2011, p. 100).

Muitos pesquisadores se dedicam a entender os pensamentos desse personagem tão atuante na nossa história. Não nos cabe aqui um aprofundamento desse tema, mas somente indicar algumas de suas contribuições para a doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional, criada pela ESG - na qual figurou como um dos integrantes mais ativo - e sua fundamental participação dentro do IPES. Mais precisamente, como construiu sua ideologia baseado na insegurança humana, como teceu suas considerações sobre democracia, totalitarismo, ocidente, comunismo e liberdade, e como os materiais produzidos pelo IPES estão carregados de suas concepções.

Dreifuss se refere ao General Golbery como sendo: "o mais hábil e preparado, teórica e politicamente, dos 'guerreiros frios'"; "dissimulado"; "especialista em guerra psicológica", entre outros.

No IPES fazia parte do Comitê Diretor, Comitê Executivo e Comitê Orientador Nacional além de exercer a função de líder nacional do Grupo de Levantamento da Conjuntura, onde sua equipe produzia os trabalhos táticos e estratégicos e fornecia as diretrizes, doutrina e projetos. Também era chefe geral de Opinião Pública, onde preparou todo o esquema do programa de projeção de doutrina do IPES. Como coordenador geral das operações Militares e de Informação daquele Instituto, desempenhou um papel central na deposição de João Goulart.

Tamanha era sua importância dentro da organização que, de acordo com Glycon de Paiva, um dos líderes ipesianos, o General Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe, chegando a enfatizar que "sem seu trabalho, a Revolução de Março não teria sido possível". (DREIFUSS, 1981, p. 363).

Em sua dissertação e posterior artigo sobre as bases do pensamento conservador do General Golbery, Vânia Noeli Ferreira de Assunção nos permite conhecer algumas de suas preocupações. Segundo a pesquisadora, não se pode falar em história do Brasil sem considerar a fundamental atuação desse personagem. Entre outras ações, redigiu, em 1954, o Memorial dos Coronéis, promovendo a demissão do então Ministro do Trabalho, João Goulart e depois o Manifesto dos Generais, contra o próprio presidente Getúlio Vargas. Foi um dos responsáveis por articular o movimento contra a posse de Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart. Também esteve presente no movimento contra a posse de João Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros, tendo sido dele a ideia do regime parlamentarista, implementado durante um curto espaço de tempo. Ainda, segundo Assunção (2005, p. 2), sua especialidade era "agir nas sombras".

Vários pensadores inspiraram suas reflexões. Seu fundamento conservador foi guiado por Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Já as contribuições inovadoras no campo militar receberam influência do general Góes Monteiro.

Todavia, sua ideologia é quase que totalmente pautada na questão do medo, proveniente da insegurança da vida humana "diante de um mundo que não compreendia e onde lutava para sobreviver". Daí a evidente influência de Hobbes, para o qual o homem em seu estado "natural", travando uma luta individual na busca de seus próprios interesses, viveria em guerra permanente. Assim, em busca de uma segurança, que o mundo não lhe oferecia, acabou por projetar uma entidade para a qual "transferiu parte de sua autonomia e de sua liberdade individual, o Estado". (ASSUNÇÃO, 2005, p. 2-3).

O Estado soberano, surgido das fontes profundas do Medo para prover a segurança individual e coletiva na Terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escorreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. (Couto e Silva, apud ASSUNÇÃO, 2005, p. 3).

Hobbes era apontado por Golbery como o principal representante de uma corrente filosófica que tinha por base a questão da insegurança do homem no mundo. Tal corrente, dizia ele, continuava a existir com toda força e a diferença, naquele momento, residiria no método, mas não na superação do medo fundamental, o qual persistia e dominava na teoria dos novos pensadores.

É que o impulso incessante que domina, transparente, toda a dialética hobbiana, tanto quanto o avatar que espicaça aos novos doutrinadores políticos, é o mesmo grande Medo, o medo cósmico que viu, na Terra, o nascimento da Humanidade e de sua verdadeira angústia existencial, o medo

paralisante e tenaz que brota, incoercível, da insegurança eterna do Homem. (Couto e Silva, apud ASSUNÇÃO, 1999, p. 53).

Dessa forma, e conforme considera a autora, "no princípio, era o medo, e o medo fez-se Estado e veio habitar no meio de nós 'o novo Leviatã, esse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poder absoluto'". Hobbes pensou o Estado, à luz da teoria do contrato social, como algo criado racionalmente por uma sociedade em busca de segurança, ou atormentada pela falta dela, dando-lhe poderes para "arbitrar conflitos internos dos homens-lobo em disputa, a fim de que a segurança e a própria existência do todo fosse garantida". (Assunção, 1999, p. 53).

Golbery não deu uma definição clara daquilo que pensava ser o Estado, mas, de acordo com Assunção, somente algumas indicações, utilizando-se de metáforas biológicas para falar sobre Estado e seu processo de constituição e desenvolvimento.

[...] um organismo político com existência real sobre uma dada área e em um momento dado, [...] nada mais [traduzindo] que uma preponderância das forças coesivas políticas, econômicas etc., sobre as forças desagregadoras de toda espécie (ou, pelo menos, um equilíbrio mais ou menos estável entre essas forças opostas)... [A] vida do Estado é multiforme, estendendo-se-lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes". Deve-se preservar sua existência "como entidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em processo de integração continuada, como nação próspera e prestigiada no mundo". (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p. 3).

Para tanto, toda a sociedade organizada como nação, inclusive as elites, deveriam se colocar a serviço do mesmo, pois os Estados sempre foram "os verdadeiros protagonistas no cenário internacional, como intérpretes e paladinos autorizados das aspirações e interesses dos correspondentes grupos sociais". Ainda, "internamente, também era o Estado que realmente conhecia os objetivos da nação e não poupava esforços para atingi-los, numa visão que homogeneizava as relações no grupo social". (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p. 3).

A ideia de Estado, que Golbery procurava projetar, era a de uma instituição que havia eliminado os conflitos e diferenças sociais internos mais graves e que, portanto, representava os interesses de toda uma sociedade. Nesse sentido, não haveria aqui, "o conteúdo classista que permeia as relações sociais no capitalismo, de modo que os interesses econômicos contraditórios, as divergências políticas, sociais, ideológicas internas a cada Estado desaparecem nesse *todo* em que *todos* os interesses são pardos". (Assunção, 2005, p. 7).

Estado e nação se confundiam no pensamento golberyano. Em sua visão a nação englobava "a *base física*, o povo, o Estado política e administrativamente organizado, a estrutura econômico-financeira e as Forças Armadas". Para ele a nação também só poderia existir em segurança, "integrada por um propósito superior – as aspirações nacionais, os interesses superiores do povo, um programa de vida comum, um ideal como destino a realizar-se plenamente". Portanto, para garantir a segurança nacional, objetivos alheios aos da nação deveriam ser contidos. (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p. 7). Ainda, segundo a ESG, a nação era definida como produto da evolução natural das sociedades no tempo e no espaço: nação é a sociedade já sedimentada, baseada em uma identidade coletiva. (Assunção, 1999, p. 43).

Conforme a autora, Golbery caracterizava seus escritos como "um pensamento geopolítico que se orgulha, sobretudo, de suas raízes autenticamente nacionalistas, a fundo embebidas na sólida realidade da própria terra brasileira". (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p.8).

Se encontramos em Vargas e em Goulart um nacionalismo voltado ao crescimento da indústria nacional e o Estado como seu promotor, o nacionalismo preconizado por Golbery e pelos intelectuais da ESG não é avesso ao capital estrangeiro. Ao contrário, na concepção esguiana, o desenvolvimento econômico, atrelado àquele capital, haveria de levar o país ao patamar desejado, evitando, dessa maneira, que correntes comunistas se apropriassem da miséria da população, infiltrando ideais de igualdade, atípicas, inclusive, da natureza humana.

Em suas análises, o historiador Antonio Rago considera que, para os ideólogos da ESG, além do perigo comunista se verificar a nível internacional, poderia residir mesmo dentro de nossa sociedade, como fruto do "seu atraso, das doenças, do analfabetismo, do problema social, do egoísmo das classes dominantes, da má distribuição de renda". A esse raciocínio Rago acrescenta, que:

Uma linha contínua presente no pensamento conservador, portanto, é a de que o comunismo só se apresenta onde a miséria abraça um grande contingente de pessoas. Segundo esta visão do mundo, os comunistas aparecem como agentes manipuladores de um internacionalismo comunista, que se infiltram numa coletividade, como exploradores da miséria do povo, valendo-se de uma idéia de paraíso terrestre, vendendo a ilusão de um mundo feliz. (Rago, 2001, p. 183).

Com a economia brasileira em patamares de subdesenvolvimento, os perigos de subversão pareciam ainda maiores. Dessa forma, o desenvolvimento almejado pela elite civil-

militar só seria possível com a participação do capital multinacional associado a indústria nacional.

O partido da ordem acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como, na guerra contra o comunismo internacional, propiciaria a formação de uma indústria bélica para a segurança nacional. (Rago, 2001, p. 184).

Vimos anteriormente nas considerações de Dreifuss, que a visão esguiana sobre a supremacia norte-americana, sobretudo no que dizia respeito a sua capacidade operativa militar, foi adquirida já na campanha da Itália. Muitos oficiais da FEB regressaram ao Brasil convictos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico e, do ponto de vista militar, significaria "promover o desenvolvimento do próprio aparelho militar com vistas ao papel que o Brasil deveria desempenhar na defesa hemisférica", sendo que toda essa concepção foi incorporada a Doutrina de Desenvolvimento e Segurança Nacional. (Oliveira, apud Assunção, 1999, p. 35-36).

O General Golbery, destacaria o impacto que a democracia e economia norte-americana tiveram sobre os membros da ESG:

A FEB não foi importante apenas por ter ido à Itália. Possivelmente ainda mais importante, os membros da ESG foram aos EUA e viram em primeira mão uma grande potência industrial e democrática. Eu também fui e sofri um grande impacto. Para mim, era absolutamente visível que um país de livre empresa conseguira criar uma grande potência industrial. (Stepan, apud Assunção, 1999, p. 35-36).

Sendo assim, ficou claro para aqueles militares que a segurança nacional só seria possível mediante o desenvolvimento econômico da nação, o que além de impulsionar o crescimento social, dificultando uma possível subversão da sociedade, incrementaria a indústria bélica para garantia da mesma.

Verifica-se, portanto, que todos os pensamentos de Golbery refletem e justificam os meios para garantir a segurança do Estado. Ainda, segundo Oliveiros Ferreira,

[...] é o temor de que a civilização cristã-ocidental desapareça "que inspira o pensamento do gen. Golbery; e de tal forma se faz sentir a presença desse elemento irracional nas páginas introdutórias que se poderia dizer que o conceito de Segurança Nacional desenvolvido na Geopolítica do Brasil nele se baseia, embora acuse Hobbes de haver-se deixado dominar pelo medo". (Ferreira, apud Assunção, 1999, p. 55).

Contraditoriamente ao acima exposto e de acordo com os pensamentos daquele General, a teoria hobbesiana sobre criação do Estado teria acabado por fecundar outras absolutamente diferentes - liberalismo e totalitarismo. Cada um dos Estados criados pelo

"raciocínio lógico e escoreito" dos homens, possuíam suas próprias aspirações e interesses, que em conflito com outro e falhando a diplomacia, inevitavelmente acabariam em guerra. (Golbery, apud Assunção, 2005, p. 4).

Naquela conjuntura de guerra total, onde a busca de segurança com a cessão de poder ao Estado havia fracassado, bem como com o surgimento de novas armas, Golbery colocaria em pauta o "velho dilema entre Liberdade e Segurança", acrescentando-lhe "um colorido profundamente trágico". Portanto, os perigos para o Estado haviam "recrescido em escala exponencial" – “Hoje, a insegurança do Homem é mesma, maior ainda, talvez”, do que aquela que provocou o surgimento do Estado. (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p. 6).

Sua crítica ao liberalismo se inseria nesse contexto. Para ele, o sistema liberal baseado no princípio do *laissez-faire*, onde o mercado deveria funcionar livremente sem intervenção do Estado, estava ultrapassado e poderia, inclusive, ser responsabilizado por vários males que rondavam a sociedade, como crises, inflação e tantos outros mais. (Assunção, 2005, p. 13).

Com relação ao totalitarismo, Golbery o denunciava como “novas mitologias”, cujo objetivo era “seduzir a Humanidade desvalida e temerosa ao escambo ominoso”, induzindo-a a renegar a liberdade para ter mais segurança. Ignorando a necessária moderação, nasciam o fascismo, o nazismo e o stalinismo.

Permuta potencialmente perniciosa, já que o bem-estar, a prosperidade, a liberdade e o prestígio internacional também deveriam ter níveis mínimos para a soberania do Estado e para a integração de seu corpo social – fator fundamental à sua segurança, já que “uma ameaça de desintegração social, de cisão, de cisma no seio da comunidade nacional é sempre um desafio dos mais sérios à própria sobrevivência do Estado-Nação”. (Couto e Silva, apud (e) Assunção, 2005, p. 4-5).

Ao diminuir o poder daquela criação onipotente e autárquica - o Estado -, o liberalismo expôs o homem a insegurança. Por isso, segundo Golbery, via-se o ressurgimento das “ideologias totalitárias”. (Assunção, 2005, p. 19). Ressaltamos aqui, que apesar de suas críticas se referirem aos regimes totalitários como um todo, sua maior preocupação estava voltada para o avanço do comunismo no mundo.

Negar o liberalismo, entretanto, não significava negar a liberdade dos homens. Ao contrário, Golbery acreditava que a mesma era inerente à condição humana e, assim como o bem-estar, deveria ser garantida, para preservação da estabilidade social e, conseqüentemente, da própria segurança nacional. "Um nível mínimo de liberdade, como de bem-estar, era, pois, indispensável para o progresso e para a ordem". (Assunção, 2005, p. 16).

Dessa forma, Golbery achava fundamental encontrar um regime alternativo ao liberalismo inativo, mas que considerasse a importância da liberdade na vida social, para não incorrer no totalitarismo.

Para tanto, ele propunha um Estado democrático, com um “certo tipo de capitalismo dirigido, onde se procura estabelecer a responsabilidade econômica ao governo e, em termos nacionais, alcançar maior progresso com segurança e estabilidade social”. (Maria Selma Rocha, apud Assunção, 1999, p. 48). Em sua concepção, o Estado deveria ser o agente de um *planejamento democrático*, sobrepondo-se, assim, às

[...] duas concepções antagônicas do Estado: para o liberalismo otimista, a do Estado mero guarda-civil, abúlico ante o espetáculo das convulsões sociais de nosso tempo, apático em face das mais clamorosas injustiças sociais, inerte perante seus decididos inimigos, tanto internos como externos; e, no extremo contrário, o Estado-guarnição do totalitarismo impenitente, implantando a ditadura e o terror e, em nome de uma pretensa abolição das injustiças sociais, socializando a miséria, a corrupção, a brutalidade e a ignorância. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 71-72).

Assim, conforme Assunção, ao deslocar a essência do totalitarismo do Estado para o controle social, "Golbery ficava livre para pleitear uma ação estatal forte, principalmente no setor da economia, embora sob moldes diferentes do totalitarismo: o planejamento democrático".

[...] o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas, o meio seguro de coordenar vontades e congregar esforços na consecução de elevados propósitos comuns. (Couto e Silva, apud. Assunção, 2005, p. 19).

Nesse sentido, segundo o General, o planejamento democrático contribuiria para transformar o potencial nacional em poder nacional efetivo, que é a “integração de todas as forças nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta”. (Couto e Silva, apud. Assunção, 2005, p. 19-20).

Dessa forma, era necessário fortalecer o poder nacional do Estado para que, “no balanço vital entre possibilidades e necessidades, entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a Nação, a derrota e a servidão e a morte”. “Maximizar o Poder Nacional, em face das exigências impostas pelo fantasma da guerra que já nos persegue – eis um dever a que se não podem esquivar, de forma alguma, as

Nações atentas ao futuro que de todas se avizinha a passos tão agigantados”. (Couto e Silva, apud Assunção, 2005, p 20).

Com essa finalidade, o general Golbery proporia, ainda, uma aliança estratégica com os Estados Unidos, a fim de que cooperassem com o desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, contra a entrada do comunismo na América Latina. Serviria, conforme Assunção, como exemplo da solidariedade cristã-democrática, mas, sobretudo, "melhoraria o nível das massas, vacinando-as contra aquele vírus malsão". (Assunção, 2005, p. 20).

A ESG propalava a ideia da necessidade urgente de um desenvolvimento, estruturado no capital multinacional, desenvolvimento este, porém, essencialmente técnico, sem nenhuma mudança estrutural. Entretanto, havia uma preocupação com a prática do empresariado de realizar uma superexploração do trabalho, cujo resultado seria a ampliação das condições de pobreza e a insatisfação, utilizáveis pelo comunismo insidioso.

Não obstante, conforme apontamentos de Selma Rocha (apud Assunção), as ressalvas às práticas do empresariado não implicavam, em absoluto, o questionamento da propriedade privada.

Na Doutrina, a liberdade e a democracia têm, inequivocamente, caráter instrumental, pois os manuais constroem os mecanismos de contenção e subordinação da democracia e da soberania à lógica da Segurança e dos ditames do Estado. /../ Já a propriedade é entendida por outro enfoque. Ela é entendida como direito inalienável, como expressão da ordem natural da sociedade. Sua existência é reconhecida como o cerne do capitalismo e, portanto, do Desenvolvimento. (Rocha, apud. Assunção, 1999, p. 49).

Ainda segundo Rocha, mesmo que a crítica ao liberalismo não se estendesse a uma contestação ao direito de propriedade,

[...] o apoio aos capitalistas - vistos como à busca de objetivos próprios, às vezes em detrimento da nação - não era incondicional. Havia que aliar-se ao empresariado, sob a égide do mesmo projeto nacional indicador de investimentos. Sindicatos patronais, federações e institutos burgueses deveriam estar integrados no sistema de desenvolvimento nacional. Em suma, para a Escola, não se pode suprimir a liberdade econômica, o mercado e a propriedade, sob pena de inviabilizar o desenvolvimento em bases capitalistas. Situação bem diferente ocorre com as liberdades políticas e os direitos civis.

Nesse sentido, Rocha ressalta a "total identificação entre política nacional e política estatal", tendo o Estado sido concebido como porta-voz dos interesses da nação. Segundo a mesma, "nenhuma outra força social - partidos ou legislativo, por exemplo - participa[va] da elaboração dos Objetivos Nacionais ou acompanha[va] sua implementação". A doutrina de segurança nacional, desenvolvida pela ESG, também não contemplava a participação de

outros setores da sociedade civil no processo político, mesmo porque nem mesmo concebia sua existência.

As forças sociais organizadas são vistas como grupos de reivindicação ou contestação a ser apaziguados ou combatidos. Os partidos aparecem como agrupamentos que aglutinam e orientam as correntes da opinião pública politicamente significativas; fora dessas atribuições, são concebidos como ameaças, pois podem se constituir em condutores de pressões e antagonismos. A liberdade partidária é, por essa razão, substituída pela pluralidade, que seria suficiente para expressar as correntes significativas de opinião e caracterizar a democracia. “A Escola, nesse caso, atribui, à Política Nacional, por meio do Estado e das elites, a função de controlar o exercício da liberdade e as condições de bem-estar dos cidadãos, baseadas na avaliação das condições de Segurança e Desenvolvimento da Nação. A autoridade prevalece à liberdade”. (Rocha, apud Assunção, p. 49).

Influenciado pela tradição conservadora brasileira, bem como pelos pensamentos de Spengler e Toynbee, Golbery atribuía às classes dominantes, mais precisamente aos estratos dirigentes - ou "elite" - dessas classes, a responsabilidade para conduzir o processo acima.

Golbery deixou claro, que seu discurso estava voltado "às elites dirigentes do país", esperando que suas contribuições fossem capazes “de servir, uma vez que se torn[assem] instrumento apurado” para que estas, aperfeiçoando e adaptando às contingências brasileiras, pela aplicação objetiva das técnicas de planejamento que sugeria, cumprissem a “tarefa primordial que lhes cab[ia]” - “garantir a todo custo a Segurança Nacional nestes tempos dramáticos de tremenda e sem igual instabilidade do mundo”. Isso porque considerava a elite “grupos mais densos e superiormente equipados em poderio e cultura”. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 77).

Em sua visão elitista do mundo, não cabia ao povo, ou "massa", um papel relevante. De acordo com Assunção, na teoria golberyana "o mundo parece girar por si só e a única interferência que sofre é da atuação das elites, que têm o controle absoluto da história, desde que aceitem os desígnios autopostos desta". (Assunção, 1999, p. 77).

Ainda, segundo Golbery, a identificação dos Objetivos Nacionais - ONs, pelas elites repousaria “em uma análise interpretativa dos interesses e aspirações nacionais /.../, que motivam, em cada época histórica, toda manifestação de um povo como Nação” . Todavia, "nem sempre o povo está consciente de seus interesses e pode até tomar atitudes com resultados opostos aos desejados". (Assunção, 1999, p. 77).

Ao caso brasileiro, por considerar a nação mal formada, cujas elites não tinham uma "unificação de interesses" e que não conseguiam "representar interesses universais da sociedade, em que os trabalhadores também são atingidos pela incompletude estrutural das

classes nacionais", Golbery atribuiria ao Príncipe com *Virtú* a responsabilidade da condução do processo sócio-histórico,

[...] com que pelo ascetismo de sua conduta, pela visão mais larga e fundamentada que tem dos problemas nacionais e pelo descompromisso eleitoral com o povo, seja capaz de imprimir ao Estado, sem demagogia e sem histeria, as diretrizes capazes de afirmá-lo como representante de uma Nação em busca de seu destino". (Ferreira, apud. Assunção, 1999, p. 78).

Conforme Oliveiros Ferreira, como os próprios membros da Sorbonne, via as Forças Armadas como esse príncipe. (Assunção, 1999, p. 78).

Dessa forma, caberia à elite a importantíssima tarefa de interpretar os objetivos nacionais, atuais e permanentes, e de incutir nas massas inconscientes estes mesmos objetivos, os quais não seriam capazes de perceber como seus, arrastando-as, consensualmente, "para uma era de atritos mínimos e harmonia". Observa-se, ainda, que para o General Golbery elite e massa faziam parte do mesmo povo, tendo cada uma sua função, diferente mais complementar e dependente uma da outra.

Nesse contexto, Golbery discorreria sobre as "épocas conscientes", onde elites e massas, num esforço conjugado, seriam capazes de dar respostas adequadas aos desafios impostos, assegurando o progresso da própria sociedade que integravam. Assim, ao chegar a esse esforço, elites-massas, [...]

O simples e rústico mecanismo da "mimesis" toynbeeana virá, então, naturalmente reforçado pelo senso generalizado de uma problemática vital, o qual, permeando as próprias massas em quase todos os seus círculos de estruturação cultural, facilite a adesão voluntária e consciente à liderança esclarecida das minorias dirigentes. Somente assim poderão gerações, realmente criadoras, levar a bom termo sua tarefa capital de revisão e reordenação hierárquica dos principais valores sociais, com o mínimo de atritos e o máximo de coerência e de objetividade, dentro do prazo mais curto, cumprindo a missão que de direito lhes cabe. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 78).

Ainda segundo Assunção, para Golbery as elites precisariam ter criatividade para dar as respostas necessárias a cada época. Entretanto, o General não via essa situação na sociedade daquele contexto histórico. No caso brasileiro, em especial, Golbery enxergava as elites como descomprometidas com as necessidades nacionais, preocupadas puramente com seus interesses mesquinhos.

Em nossas leituras, não nos ficou claro de qual momento exato se referia Golbery. Todavia, esses pensamentos podem bem retratar o período pré 1964, uma vez que, conforme Dreifuss, foram necessários esforços do IPES na tentativa de cooptar todas as frações de

classes empresariais, levando-as a crer em seu papel primordial na condução econômica e social do país.

A partir dessa constatação, Golbery teceria uma série de críticas acerca de “minorias dirigentes inescrupulosas e ávidas”, “tirânicas ou predadoras”, “usurpadoras”, “insaciáveis e corruptoras”, “grupos mais densos e superiormente equipados em poderio e cultura” - “a sagaz minoria dirigente”, que se especializavam em “explorar cinicamente a lealdade sincera e muitas vezes desarmada do cidadão comum”, manipulando-o em prol de “seus próprios interesses inconfessáveis”, que, “sob racionalizações mais ou menos bem urdidas”, infiltravam-se nos Objetivos Nacionais. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 79).

Ainda, de acordo com apontamentos de Assunção, Golbery denunciaria a "mistificação do povo" como sendo sempre “a grande, a maior, a mais rendosa tática”, onde os "interesses secundários e mesquinhos de minorias insaciáveis e corruptoras" eram apresentados à população "sob a roupagem vistosa ou inocente de supostos interesses nacionais, como tais impostergáveis” (Couto e Silva, apud Assunção). Nesse sentido tal tarefa seria facilitada, pois, conforme o General, estaríamos vivendo numa

[...] época singular de técnicas aperfeiçoadíssimas no manejo sutil das massas, sobretudo as desarraigadas e quase sempre disponíveis e inconstantes massas cidadinas - meios de comunicações ultrapotentes, envolventes, insidiosos, de amplitude e de alcance nunca vistos, uma verdadeira ciência da propaganda fundada nos mais recentes postulados do “behaviorismo”, da psicanálise, da cibernética e da semântica, a estimular e fixar, a explorar o mecanismo estereotipado dos reflexos condicionados. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 79-80).

Conforme dito anteriormente, toda a preocupação de Golbery estava voltada para o Estado e para segurança nacional. Toda a atividade da nação deveria ser direcionada para a realização dos Objetivos Nacionais e caberia às elites dirigentes a tarefa primordial de garantir a todo custo a Segurança Nacional "nestes tempos dramáticos de tremenda e sem igual instabilidade do mundo”. Dessa forma, os objetivos de uma minoria usurpadora poderiam colocar em risco toda sua primazia.

Entretanto, de acordo com Assunção, mesmo destacando esse fenômeno, a análise de Golbery se detém aí. Ainda que reconhecesse a importância do tema e a ocorrência do problema, o General nunca foi além de sua simples constatação, chegando a considerá-lo *acessório*: “Pouco importa que /.../ muitas vezes se apresentem como interesses e aspirações da coletividade, alguns que o são, afinal, apenas de uma simples minoria”, ou ainda:

Como quer que seja, porém, buscando, realmente, essa elite ou minoria, traduzir os interesses e aspirações, ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para

que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interesses e aspirações, tratando, maquiavélica ou demagogicamente, de mistificar a massa para que adira a seus objetivos particulares de elite ou coagindo-a a tal - isso é, afinal, acessório. (Couto e Silva, apud Assunção, 1999, p. 80).

Portanto, conforme salienta Assunção, as elites não encontrariam "nenhum limite para sua ação egoísta - embora as conseqüências sejam amplamente negativas". Em sua interpretação, "tal displicência com as negatividades da falsa universalização de interesses pode[riam] estar ligada à questão da *mimesis*", ou seja, o fato de a elite estender a defesa de seus interesses para toda a sociedade poderia redundar em que tais interesses *realmente* se tornem sociais, num processo em que

[...] as minorias dirigentes, inescrupulosas e ávidas, seriam levadas a lançar mão de todos os artifícios e todas as formas de mistificação no sentido de apresentar os seus próprios e inconfessáveis apetites egoístas como interesses e aspirações naturais do povo inteiro. Criariam, assim, neste, aos poucos, a viva consciência de que tais interesses e aspirações eram, de fato, algo importante e superior, a ser atendido em permanência. (Couto e Silva, apud. Assunção, 1999, p. 80-81).

Conforme pudemos inferir e, segundo as conclusões de Assunção, todos os esforços de Golbery estavam voltados para a preservação da sociedade tal como se apresentava. Em sua visão conservadora, caberia à elite das classes dominantes a tarefa de conduzir as massas no desenvolvimento do país, tão necessário à segurança nacional e à contenção do comunismo. Todavia, no caso brasileiro, devido a "incompletude das classes nacionais" e da falta de unificação de interesses de suas elites, "a condução do processo sociohistórico só poderia ser assumida pelo Príncipe com *Virtú*, nesse caso as Forças Armadas". (Assunção, 1999, p. 78)

Tendo ocupado o cargo de chefe de estudos da ESG e proferido várias palestras, reunidas no livro intitulado *Planejamento Estratégico*, seus pensamentos são considerados como principais fontes de ideologia da Escola Superior de Guerra, do *corpus* da Doutrina de Segurança Nacional e da Revolução de 64. (Assunção, 1999, p. 52).

1.5 - Considerações

O objetivo desse capítulo foi o de situar os leitores acerca de como Dreifuss pensou o processo histórico anterior ao golpe de 1964, ou seja, a constituição e crescimento de uma burguesia industrial que aliada ao capital multinacional e em composição com alguns intelectuais militares da ESG, engendraram toda uma campanha para a deposição do governo vigente, em prol de seus interesses. Também quisemos trazer para o escopo desse capítulo, os pensamentos do General Golbery do Couto e Silva, com o propósito de evidenciarmos o

quanto as mensagens ipesianas estão repletas de sua ideologia e como utilizou a insegurança humana, insitando o medo, emoção essa que estudaremos ao longo do nosso trabalho.

Dreifuss caracteriza as ações do complexo IPES/IBAD como tendo sido uma campanha política, ideológica e militar contra o governo nacional-reformista, estrategicamente arquitetada pelos seus intelectuais orgânicos durante o período de 1962 a 1964.

Por intermédio de seus especializados grupos de ação e usando todos os meios disponíveis, o complexo IPES/IBAD conseguia estabelecer a presença política, ideológica e militar do bloco de poder multinacional e associado em toda relevante área social de conflito e disputa. (DREIFUSS, 1981, p. 209).

Embora reconheça que, apesar de seus esforços em impor-se na sociedade brasileira como um todo, o complexo IPES/IBAD tenha sofrido resistência e até mesmo derrota em alguns setores, como no caso dos movimentos estudantis, sua campanha ideológica e política para esvaziar o apoio ao Executivo e estimular uma reação generalizada contra o governo foi alcançada.

Mesmo que na historiografia apareçam opiniões divergentes com relação ao golpe, Dreifuss evidencia que tanto os civis quanto os militares tiveram interesse para que as propostas de base do governo de João Goulart não avançassem.

Nosso intuito não foi o de promover debates historiográficos, mas, tão somente analisar a campanha promovida pelo IPES para essa finalidade, verificando se, à luz das pesquisas realizadas em comunicação social e neurociência, ela poderia ter sido eficaz para moldar a opinião pública contra o efetivo de João Goulart, o que procuraremos fazer nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II - A COMUNICAÇÃO SOCIAL - Propaganda

Observamos no Capítulo I o posicionamento de Dreifuss sobre os efeitos da campanha do IPES no comportamento social brasileiro. Em sua interpretação, os intelectuais ipesianos promoveram uma verdadeira guerra psicológica, atrelando as medidas promovidas pelo governo nacional reformista de João Goulart aos acontecimentos mundiais da Guerra Fria, ressignificando a realidade de acordo com seus objetivos. Para tanto, um vasto material propagandístico foi produzido e divulgado com o objetivo era de moldar a opinião pública contra o governo vigente.

Nesse capítulo, analisaremos tal possibilidade, abordando diferentes tipos de propaganda, bem como alguns elementos considerados na hora de comunicar o objeto desejado. Sobretudo em propaganda ideológica, verificaremos como as mensagens e os meios de comunicação são pensados para mediar as relações da sociedade e como o medo pode ser utilizado como instrumento de controle social.

Conforme demonstrou Myers (2015, p. 5), a mídia contribui para influenciar o comportamento humano dentro da perspectiva de análise sociocultural, na medida em que impõe modelos por meio de informações e conteúdos variados. Nesse sentido, a propaganda também se apropria dos meios de comunicação para atingir seus objetivos.

Marília G. Graf, autora do livro *Propaganda de lá para cá*, argumenta que "é impossível estudar, analisar e refletir sobre a propaganda sem sua contextualização histórica e social". Isso porque, além das mensagens produzidas e veiculadas em propaganda influenciarem comportamentos sociais, elas também são influenciadas por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que permeiam essa mesma sociedade. (Graf, 2003, p. 14).

Segundo a autora, a propaganda, que começou como "classificados", cujos textos não vinculavam ilustrações à argumentos, passou, com o decorrer do tempo, a utilizar "a psicologia, a sociologia e demais áreas do conhecimento, como instrumentos para sua criação, realização e comunicação". Considera, ainda, que foi no período entre 1961 e 1964, onde unindo texto com imagem e utilizando o apelo às emoções, a linguagem da propaganda brasileira transformou-se em instrumento de persuasão. (Graf, 2003, p. 14-15).

2.1 - Propaganda ideológica²⁴

Diversos fatores são considerados quando um profissional deseja comunicar produtos, serviços, programas e candidato numa corrida eleitoral ou mesmo ideias de grupos sociais. Segundo o sociólogo e historiador Nelson Jahr Garcia há algumas especificidades nesses tipos de comunicação. Tanto a propaganda comercial quanto a eleitoral são criadas com base em vários dados, envolvendo os receptores da mensagem e os veículos de divulgação, capacitando as agências a criarem anúncios atrativos e convincentes. Os locais e horários apropriados para sua difusão também são analisados. Garcia observa que nesses dois tipos de propaganda, o receptor tem claro o objetivo a que a mensagem se destina, ou seja, estímulos para "a prática de um ou alguns atos isolados".

A pessoa que recebe a comunicação não encontra nenhuma dificuldade em perceber que se trata de propaganda, ou seja, de que existe o fim específico de gerar uma predisposição para a compra ou utilização do serviço, criar uma imagem favorável da empresa ou obter votos. Pode, inclusive, evitar os apelos desligando a TV, mudando a estação do rádio ou simplesmente não prestando atenção. (GARCIA, 1982, p. 3).

A propaganda ideológica, por outro lado, já não é assim tão clara. Sua principal orientação está voltada a envolver o maior número de indivíduos de uma sociedade, direcionando seu comportamento.

A propaganda ideológica, ao contrário, é mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das idéias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. **As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural.** (GARCIA, 1982, p. 3-4, negrito nosso).

Garcia (1982, p. 4) assevera que não é fácil percebermos quando se trata desse tipo de propaganda. No geral, "as idéias difundidas nem sempre deixam transparecer sua origem nem os objetivos a que se destinam". Por meio de controle dos meios de comunicação²⁵, e manipulação de conteúdo de mensagens, "[deixam] passar algumas informações e [censuram]

²⁴ São vastas as leituras e discussões acerca do que vem a ser Ideologia. Para os fins desse trabalho, trataremos de "ideológica" a propaganda que tem por objetivo difundir ideias, comportamentos e visão de mundo e, com isso, moldar a opinião pública.

²⁵ O livro que trata das ideias de Garcia, data de 1982, período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização, estando ainda sob a presidência do General João Batista Figueiredo. Dessa forma, devemos considerar as produções e os meios de comunicação disponíveis à época de sua publicação, assim como aqueles disponíveis no momento histórico em que as propagandas do IPES foram veiculadas.

outras, de tal forma que só é possível ver e ouvir aquilo que lhes interessa". O tom empregado nas notícias é de imparcialidade, como o de narrar apenas fatos ocorridos. Pode-se mostrar alguns acontecimentos, dando maior saliência a uns e a outros não, conseguindo, dessa forma, que a influência não seja percebida. "Mas, em verdade, essa neutralidade é apenas aparente, pois as notícias são previamente selecionadas e interpretadas de molde a favorecer determinados pontos de vista".

A propaganda ideológica sempre foi empregada pelos mais diversos grupos e líderes da história da humanidade, quer seja "para manter o *status quo* e garantir seu poder", ou "para transformar a sociedade". (GARCIA, 1982, p. 7).

Todavia, mesmo variando de acordo com o momento histórico, a propaganda conserva alguns princípios gerais.

Segundo Garcia (1982, p. 8 a 11), para que haja harmonia e integração dentro de uma sociedade, seus membros têm que estar alinhados com ideias e objetivos semelhantes. As ideias são produzidas a partir da percepção que o indivíduo tem de sua realidade dentro do contexto social, ou seja, do "espaço" que ele ocupa, o qual é delimitado por suas relações com objetos materiais e imateriais e com outros indivíduos, como é o caso das classes sociais. Para o sociólogo, "uma classe social se constitui pelo conjunto daqueles indivíduos que têm uma mesma posição e ocupam um mesmo espaço no plano da produção econômica, situação que lhes determina uma mesma forma de participação a nível político e cultural." Sua explanação segue o modelo marxista de divisão de classes - trabalhadores e detentores do capital, bem como a exploração de uma classe pela outra -, onde a ampliação do espaço de uma classe, ou parte dela, implica na diminuição do espaço da outra. Todavia, para que haja mudanças ou necessidade de manutenção das mesmas condições, é preciso que "a classe adquira 'consciência' das suas reais condições de existência e [de tais] possibilidades". Ele considera essa consciência, ou ideologia, como "um conjunto de idéias a respeito da realidade social", tendo como ideias básicas as representações - ideias a respeito de *como está* organizada a sociedade -, os valores - ideias a respeito de *como deve ser* essa organização -, e as normas - ideias *do que deve ser feito* para transformar a realidade ou mantê-la nas condições em que se encontra. **"Uma vez definida, a ideologia serve como modelo para a compreensão da realidade e guia orientador da conduta de todo o grupo e de cada indivíduo em particular"**. (Negrito nosso).

Garcia salienta ainda, que tal consciência surge em um grupo reduzido de pessoas. Entretanto, para que ela possa se propagar e ser efetivada, é necessário que o maior grupo de

pessoas adquira as mesmas ideias. Para tanto, deve-se difundi-las, o que ocorre por intermédio da propaganda ideológica.

O desenvolvimento da propaganda ideológica "envolve um processo complexo, com termos e fases distintas", como a elaboração e a codificação das ideias em mensagens "que atraíam a atenção e sejam facilmente compreensíveis e memorizáveis", bem como a difusão.

No processo de elaboração, o público alvo é considerado. As propagandas ideológicas direcionadas a pessoas pertencentes a mesma classe social não precisam de maior elaboração, pois costumam referir-se a ideias consonantes com seus interesses. Nesse caso, não se trata de persuadir ou de convencer e a propaganda tem apenas um caráter de conscientização de uma realidade existente, demonstrando e indicando a necessidade de mudanças ou de manutenção. Todavia, se a propaganda é direcionada para pessoas de classes sociais distintas, a simples difusão do conjunto de ideias já não é suficiente para promover adesão. Diante disso, o grupo emissor necessita elaborar suas mensagens, adaptando-as às condições dos receptores e criando a impressão de que atendem a seus interesses. "A elaboração, dessa forma, esconde quais são os interesses reais existentes por trás da ideologia, ao mesmo tempo que oculta a realidade vivida pelos receptores, para que estes não possam formular outras idéias que melhor correspondam à sua posição". De acordo com Garcia (1982, p. 14), esse tipo de propaganda não tem caráter de conscientização, mas sim de "mistificação, manipulação e engano".

A forma mais utilizada para elaborar esse tipo de propaganda é a universalização, onde os interesses reais são mascarados e propostas que sugerem atender a todos e satisfazer às necessidades da maioria são apresentadas.

Na elaboração por transferência, bastante recorrente no Brasil, "os interesses contidos na ideologia são transferidos e atribuídos diretamente aos receptores", mesmo que isso não tenha ocorrido. (GARCIA, 1982, p. 15).

Ainda segundo Garcia (1982, p.15-16), as combinações acima também podem ser processadas de maneira sutil, sobretudo quando empregam-se termos muito abrangentes.

Há expressões que não tem significado muito preciso, de tal forma que cada pessoa lhes dá uma interpretação. É o que ocorre com os conceitos de "**democracia**", "**igualdade**", "**justiça**", "**liberdade**" e tantos outros. Quando alguém fala em "democracia" a um grande número de pessoas, cada uma entende a palavra num sentido relacionado à sua própria condição... E a palavra **democracia** é insistentemente utilizada pelos políticos e homens de governo, que raramente explicitam a que se referem concretamente. **A propaganda age, assim, resumindo as idéias em expressões ambíguas dos tipos mencionados. Consegue-se, com isso, que cada um dos que ouvem a mensagem concorde com ela, por acreditar que diga respeito a**

si e a seus interesses e necessidades, e acabe apoiando o sistema econômico e o regime político. (Negritos nossos).

O autor aponta, ainda, que um elemento externo, como por exemplo uma "infiltração comunista", pode ser utilizado como responsável pelos problemas, disfarçando os verdadeiros aspectos da situação, ou atribuindo-os a algumas pessoas ou a certos órgãos e instituições toda a responsabilidade pelas medidas tomadas e implementadas. (GARCIA, 1982, p. 18).

As divergências com países estrangeiros, até mesmo em caso de guerras, têm permitido manipular a população para que esta sinta participar de um todo único. **A única diferença passa a ser entre nacionais amigos e estrangeiros inimigos.** Nesse contexto, todas as idéias e propostas são recebidas como visando ao interesse geral. (GARCIA, 1982, p. 16, negrito nosso).

Apelos como "você também é responsável" ou "O Brasil é feito por nós", insistentemente repetidos em campanhas, acabam por transferir a responsabilidade aos receptores das mensagens, fazendo-os se sentirem culpados pelos problemas, ou **como parte de sua solução.** (GARCIA, 1982, p. 18. Negrito nosso).

Partindo da premissa de que em uma sociedade convivem diferentes grupos e que muitos de seus integrantes sequer conseguem perceber que a dinâmica dessa sociedade interfere diretamente em suas vidas, ideias a serem difundidas necessitam ser codificadas de maneira tal que possam ser recebidas e assimiladas pelo maior número possível de pessoas.

Para o público que tem dificuldades em entender certas ideias complexas, elaboram-se mensagens contendo ideias simplificadas. "A propaganda, dessa forma, procura difundir apenas o essencial do conteúdo de uma ideologia, selecionando uma ou algumas idéias fundamentais, restringindo-se a uma ou algumas fórmulas resumidas e simples ou se limitando a um mero sinal simbólico". (GARCIA, 1982, p. 22).

Para simplificar ainda mais o conteúdo a ser difundido, "palavras de ordem" ou "slogans" são criados. No slogan as palavras utilizadas "contém um apelo aos sentimentos de amor, ódio, indignação ou entusiasmo daqueles a quem se dirige". (GARCIA, 1982, p. 22).

De acordo com Garcia (1982, p. 22-23), o "símbolo" é a fórmula mais sintética que pode ser usada para exprimir uma ideologia. Um dos símbolos mais emblemáticos da história refere-se ao "V", utilizado pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, o qual engloba vários significados. Entre outros, é sugestivo por ser a primeira letra da palavra vitória tanto em inglês, como em francês, espanhol e português, por ser facilmente reproduzível, além de ser o principal objetivo dos aliados.

A associação de uma ideia a outra mais simples permite facilitar o entendimento da mensagem. Ela também pode ser feita por contraste, sendo muito utilizada por grupos de oposição, que apresentam suas propostas recorrendo a imagens do outro regime. (GARCIA, 1982, p. 23)

Garcia (1982, p. 24) observa também que as pessoas já carregam consigo um conjunto de concepções e crenças que permeiam sua cultura e que descuidar dessas informações, pode implicar em risco de choque entre as novas ideias e aquelas já existentes. Nesse caso procura-se mostrar que as ideias presentes são falsas, propondo um novo modelo, ou mescla-se concepções existentes com novas, o que facilita a aceitação das mensagens.

Garcia considera, ainda, a contrapropaganda como outra maneira de neutralizar ideias opostas às aquelas que se pretende difundir.

Pode-se, inclusive, **atuar sobre o temor das pessoas**, associando ideias adversárias a prejuízos e malefícios. Nesse sentido, as campanhas anticomunistas, segundo o autor, são os exemplos mais expressivos. (Negrito nosso).

Nos países do "bloco ocidental", inclusive o Brasil, ainda se repete a técnica que vem sendo posta em prática há anos de divulgar notícias de atrocidades cometidas na União Soviética, China, Cuba, Nicarágua e países africanos. Fala-se em crianças e mulheres fuziladas, homens cruelmente torturados, degolados e queimados. Ao mesmo tempo insiste-se que tais fatos serão sempre inevitáveis para qualquer país que opte pelo sistema socialista. **Com isso, conseguem incutir um tal medo na população que as convencem a apoiar o governo em sua ação repressiva contra os adeptos de ideias igualitárias, sejam socialistas ou apenas superficialmente semelhantes.** (GARCIA, 1982, p. 30. Negrito nosso).

Após a elaboração e codificação da ideologia e estruturado o sistema de controle ideológico, esquematiza-se a difusão das mensagens.

Na imprensa, a seleção das informações, a fragmentação da realidade, implícita na própria forma como são apresentadas as notícias, a página em que se é colocada, a dimensão do texto, o título, a condução da interpretação da notícia, salientando apenas o lado negativo ou positivo, são algumas técnicas empregadas para moldar a opinião pública. (GARCIA, 1989, p.32-33).

Assim como na imprensa, o jornalismo apresentado pela televisão também passa pelo processo de seleção e interpretação das notícias. Segundo Garcia (1989, p. 36), "a forma como são produzidos os programas deu à televisão o caráter de instrumento para tornar a população mais passiva". Desviando sua atenção para assuntos de entretenimentos, induz os telespectadores à alienação.

Nos idos dos anos 60, o rádio era um importante instrumento de propaganda. Além de ser acessível às camadas mais humildes, inclusive analfabetos, esse veículo estabelece um clima de intimidade, "onde o locutor sussurra opiniões para o ouvinte, criando situação de amizade e de descontração informal bastante sugestiva". (GARCIA, 1989, p.36).

2.2 - O cinema como veículo de propaganda

O papel da indústria cinematografia na produção e difusão de documentários e filmes de ficção como propaganda ideológica merece um destaque à parte em nosso trabalho. Garcia observa que utilizam-se imagens verdadeiras nos documentários, extraídas diretamente da realidade, o que lhes dá uma extrema credibilidade. Todavia, as imagens empregadas também passam por seleções, recortes e montagens de maneira tal que confirmem e reforcem apenas ideias que se pretende transmitir.

Estudos realizados pelo historiador Wagner Pinheiro Pereira (2005), comparam a utilização do cinema "como instrumento de propaganda política e de controle da opinião pública" durante os governos de Adolf Hitler, na Alemanha, e de Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos da América, entre 1933 e 1945.

De acordo com Pereira, apesar de serem distintos e antagônicos, aqueles governos apresentavam "semelhanças nos temas e estilos de suas produções cinematográficas". Na década de 30, os filmes refletiam a imagem idealizada de seus líderes políticos. Todavia, com o chegada da Segunda Guerra Mundial, ambos os governos se dedicaram a produzir filmes contra os "inimigos da nação". No caso alemão, os judeus tiveram maior destaque e, em menor escala, os ingleses. Já no caso norte-americano, os alemães e japoneses ocuparam lugar de destaque nos documentários, seguidos pelos italianos. Os russos receberam um tratamento dubio, tanto pelos alemães quanto pelos norte-americanos. Entretanto, após o ataque nazista à Rússia, os russos foram apresentados pelo cinema alemão, como "comunistas, brutos e alcoólatras que violentavam mulheres e assassinavam crianças e civis".

Os filmes nazistas afirmavam que as democracias ocidentais eram nações demoníacas que pretendiam destruir a Alemanha, por isso, os alemães viam-se obrigados a atacar primeiro. Já Hollywood mostrava os Estados Unidos enfrentando uma árdua luta do "bem contra o mal", em que os heróicos e simpáticos soldados norte-americanos travavam uma longa batalha contra os inescrupulosos e malvados nazistas, no fronte ocidental, e os sanguinários e suicidas japoneses, no fronte oriental. Dessa forma, os filmes hollywoodianos retratavam os norte-americanos como os líderes da democracia e os legítimos representantes do "mundo das luzes" em luta contra a escravização imposta pelas ditaduras totalitárias. (PEREIRA, 2005).

Apesar do cinema ter sido usado por Hitler e Roosevelt como forma de propagar as respectivas ideologias, a maneira como as mensagens foram codificadas guardam suas especificidades. Abaixo, discorreremos brevemente sobre como Hitler concebia a propaganda e as massas. Todavia, analisaremos mais atentamente o modelo norte-americano utilizado para persuadir seus soldados a participarem da guerra, visto ser mais próximo daquele utilizado pelo IPES para produção de seus filmes.

Vale ressaltar ainda que, conforme Pereira, Lênin fora o precursor da importância do cinema como arma de propaganda. Segundo o historiador, à época da Revolução Russa de 1917, Lênin já afirmava que "de todas as artes, o cinema é para nós a mais importante. Deve ser e será o principal instrumento cultural do proletariado".

Em determinado momento da história do Brasil, os documentários cinematográficos eram exibidos obrigatoriamente nas telas, antes de uma seção normal de cinema, por imposição legal. Desde 1939, por determinação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), havia uma lei que obrigava o circuito exibidor a incluir um curta-metragem nacional em uma sessão com longa-metragem estrangeiro. Dentre outras regulamentações, o decreto exigia que a filmagem fosse realizada no Brasil em laboratório nacional. Alertava ainda que não seriam aceitos filmes que contivessem propagandas comerciais, industriais ou particulares, a menos que fossem de interesse nacional, a juízo do DIP. (CARDENUTO FILHO, 2008, p. 20).

Segundo Reinaldo Cardenuto Filho (2008, p. 20), o cineasta Jean Manzon, reconhecido entre a classe industrial por seus filmes institucionais e contratado pelo IPES para "produção de filmes documentários a serem distribuídos em todo o Brasil através dos cinemas e das emissoras de televisão"²⁶, conseguia adequar as propagandas comerciais e ideológicas, por ele produzidas, às normalizações da lei, omitindo o nome dos interessados nos créditos de produção e incluindo-os dentro do documentário como "pioneiro da industrialização brasileira", mantendo, dessa forma, o "interesse nacional" estabelecido pela lei.

O escritor e roteirista José Louzeiro (apud Assis, 2001, p. 31), detalha a primazia dos roteiros e as técnicas utilizadas nos 14 filmes produzidos pelo IPES, cujos enredos envolviam ameaças e soluções.

²⁶ Trecho extraído da carta-resposta de Jean Manzon ao IPES, datada de 03/02/1968. (CARDENUTO FILHO, 2008, Anexo 2, p. 334).

2.2.1 - Hitler e o papel preponderante da propaganda

Um dos modelos de propaganda ideológica mais significativos da história refere-se àquele promovido para a ascensão e permanência do nazismo na Alemanha.

Em seu livro *Minha Luta*, obra idealizada em 1924, Adolf Hitler (2001, p. 137) dedicou capítulos inteiros sobre o tema *propaganda*. Durante a Primeira Guerra, Hitler vivenciou os efeitos de materiais propagandísticos sobre "o ânimo das tropas alemãs". Segundo o autor, aqueles distribuídos pelos inimigos, "tomou-os como lição". Quanto ao material alemão, considerou-o "falta absoluta de raciocínio psicologicamente correto", os quais desestimulava e desarticulava seus soldados.

Para Hitler, o serviço de propaganda deveria ser entregue a um profundo conhecedor da alma humana. A propaganda deveria ser popular e dirigida às massas.

O fim da propaganda [é] chamar a atenção da massa sobre determinados fatos, necessidades etc., cuja importância só assim cai no círculo visual da massa... Toda a propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir... A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da massa. A capacidade de compreensão do povo é muito limitada, mas, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim sendo, a propaganda deve-se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho. (HITLER, 2001, p. 135-136).

Em 1921, depois de sua entrada no "Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães", Hitler (2001, p. 431) tomou, imediatamente, conta da direção da propaganda, por considerar aquele setor como o mais importante de todos, inclusive da própria organização do Partido. Era de fundamental importância a propagação de suas ideias ao maior número de pessoas, conquistando, assim, o material humano necessário para a organização.

Nesse sentido, podemos inferir que a compreensão que Hitler tinha sobre o poder da propaganda, bem como sua visão de massa, estavam em consonância com a Teoria das Balas Mágicas, desenvolvida após a Primeira Guerra Mundial e fortemente influenciada pela psicologia behaviorista²⁷.

A escalada eleitoral dos nazistas, segundo Alcir Lenharo, teve muito a ver com a utilização do cinema. Segundo o Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, Joseph Goebbels (apud Lenharo, 1998, p. 52) o cinema era "um dos meios mais modernos e

²⁷ A psicologia behaviorista será retomada no Capítulo III dessa dissertação.

científicos de influenciar as massas". Ainda conforme Lenharo (1998, p. 53), calcula-se que foram produzidos 1350 longas-metragens nos doze anos de domínio do nazismo na Alemanha.

2.2.2 - A propaganda norte-americana: preparando soldados para a Segunda Guerra Mundial

A análise que se segue foi extraída de experimentos realizados por pesquisadores norte-americanos sobre os efeitos de filmes produzidos para persuadir os soldados a participarem na Segunda Guerra.

Segundo o relatório, o bombardeio a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e outros que se seguiram a áreas de vital importância para os Estados Unidos, definiram a entrada daquele país na Segunda Guerra Mundial.

Em sua visão, os japoneses haviam esfaqueado a América pelas costas e isso exigia uma resposta. Atitudes e crenças acerca dos japoneses, alemães e italianos foram rapidamente retomadas e reforçadas pelos meios de comunicação em massa, por milhares de discursos políticos, caricaturas, cartazes e conversas de bares, conforme apontamentos realizados por Shearon A. Lowery e Melvin L. De Fleur (1988, p. 106).

Eles não tiveram problemas em recrutar um contingente de cidadãos e no final da guerra, cerca de 15 milhões de americanos, a grande maioria homens, haviam sido agrupados, classificados, treinados e designados para as diversas tarefas militares.

Os líderes do Exército identificaram a necessidade de ensinar, de maneira rápida, seus soldados sobre a natureza do inimigo, seus aliados, bem como o porquê era necessário estar ali treinando para a guerra, com vistas a complexa tarefa em "moldar sua motivação e moral". Em outras palavras, eles acreditavam que "ao desenvolver uma força de combate eficaz, [era] essencial instilar atitudes e lealdades, que [pudessem] fornecer suportes psicológicos e sociais críticos para sustentar o soldado no combate, quando as coisas [ficassem] difíceis." (Lowery; De Fleur, 1988, p. 106).

As dificuldades em treinar esses soldados consistiam em suas diferenças, tais como: pertencerem a diferentes regiões do país, educação, renda, ocupação, religião, afiliação política, além das desigualdades individuais em inteligência, aptidões, valores, habilidades e outros fatores psicológicos. A ignorância dos recrutas com relação aos assuntos internacionais, mostrou-se como outro sério problema.

A solução encontrada foi a utilização de filmes, o que, além de permitir um treinamento rápido, englobaria grande parte daquele contingente.

No início de 1942, o general George C. Marshall, recém-nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, voltou-se para Hollywood para ajudar na preparação dos filmes de orientação necessários. Especificamente, ele procurou a ajuda de Frank Capra, um diretor bem conhecido. Sua proposta era simples: "Agora, Capra, quero elaborar um plano para fazer uma série de filmes de informação documentais e factuais - a primeira da nossa história - que explique aos nossos rapazes porque estamos lutando e os princípios pelos quais estamos lutando". (Lowery; De Fleur, 1988, p.108).

Convencido de que seria capaz, em pouco tempo Capra produziu sete filmes documentários de 50 minutos e o Exército começou a fazer deles uma parte do seu programa de treinamento. Segundo os autores,

O estilo dos filmes era, em grande parte, objetivo e documental, com citações diretas, referências a fontes oficiais, diagramas animados, cortes de notícias nacionais e cortes de notícias e filmes de propaganda estrangeiros. A apresentação visual foi reunida por uma narração que contava a história da guerra e explicava as cenas. Embora o teor geral dos filmes fosse "deixem os fatos falarem por si mesmos", eles não eram fatos secos. O discurso estrangeiro foi frequentemente traduzido para o inglês com um "sotaque estrangeiro", utilizou-se tomadas de "produção" - para amarrar o material documental -, os filmes foram inteiramente acompanhados com música de fundo e montagens, e truques de filmagem foram usados para conseguir uma apresentação vívida e dramática. (Lowery; De Fleur, 1988, p.108-109).

Centenas de milhares de americanos, que treinavam para a guerra, assistiram à série de filmes intitulada *Why We Fight*. Entretanto, considerou-se apenas quatro desses filmes na análise:

Prelúdio à guerra. Este primeiro filme da série descreveu a ascensão de Mussolini e do fascismo na Itália, a ascensão de Hitler e do nazismo na Alemanha e a forma como uma camarilha militar ganhou o controle no Japão. Em contraste, o filme mostrava como os Estados Unidos haviam seguido uma política não-intervencionista e, dessa forma, não se prepararam para a guerra global. O tema principal do filme era que os três países do Eixo haviam se unido em um plano para conquistar o mundo e dividi-lo para adequar a eles. Não havia nenhuma maneira para que os Estados Unidos ignorassem a guerra, e teve que defender-se. Essa defesa foi ainda mais difícil por causa da falta de preparação.

Os Nazistas atacam. Este filme apresentou conquistas alemãs do passado e similaridades no comportamento de Hitler. O tema principal do filme era que Hitler não podia ser apaziguado e que os Aliados tinham que detê-lo declarando guerra.

Dividir e conquistar. Esta foi uma sequência de *Os Nazistas atacam*. Continuou a mostrar a estratégia dos nazistas. O tema do filme era que as primeiras estratégias defensivas, nas quais os aliados confiaram, eram mal sucedidas face à estratégia e à tática usadas pelos alemães.

A Batalha da Grã-Bretanha. O filme mostrou como Hitler não conseguiu conquistar a Inglaterra, por causa da dura resistência dos britânicos, tanto no ar como no chão. Os britânicos foram bombardeados severamente, mas eles

continuaram seu esforço de guerra apesar dos ataques. Assim, vencer a "Batalha da Grã-Bretanha" deu aos Estados Unidos tempo precioso para se preparar.

Os filmes respeitaram os propósitos traçados por diretiva do Gabinete do Chefe do Pessoal à Divisão de Informação e Educação, responsável pelo programa de orientação, cujas pretensões eram a de fomentar:

1. Uma firme crença no direito da causa pela qual lutavam;
2. Um entendimento que eles iriam encontrar um trabalho duro pela frente;
3. Uma confiança, determinada em sua própria habilidade e nas habilidades de seus camaradas e líderes, para fazer o trabalho que tinha que ser feito;
4. Um sentimento de confiança, na medida do possível, nas circunstâncias, na integridade e capacidade de combate de seus Aliados;
5. Um ressentimento baseado no conhecimento de fatos contra seus inimigos, o que tornou a luta necessária;
6. A crença de que, através da vitória militar, a realização política de uma melhor ordem mundial seria possível.

Os filmes foram projetados para atingir esses objetivos, embora cada um dos sete filmes de *Why We Fight* contasse apenas uma parte da história.

O material produzido parecia ótimo, por isso acreditava-se que, além de ser um meio eficaz de ensinar as informações factuais, os filmes elevariam o compromisso e a moral dos recrutas, dando-lhes suporte para melhor aceitar o papel dos militares e os sacrifícios necessários para alcançar a vitória.

Para testar essa afirmativa e verificar se os filmes estavam atingindo seus objetivos, enviou-se os recursos necessários, envolvendo cientistas sociais e comportamentais distintos para o serviço. "Esses cientistas, em consulta com colegas civis, ajudaram os serviços armados com uma variedade de problemas envolvendo medição psicológica, avaliação de programas, pesquisas de vários tipos e estudos de 'moral'." (Lowery; De Fleur, 1988, p. 110-111).

Uma série de experimentos foi realizada, com o intuito de avaliar o grau em que a exposição aos filmes, descritos acima, resultou em mudanças nos seus expectadores. Essas mudanças foram, grosso modo, a aquisição de informações factuais sobre vários aspectos da guerra e modificação nas interpretações e opiniões dos recrutas sobre os seis objetivos listados anteriormente. Os pesquisadores contavam com algumas vantagens em relação ao seu público alvo. Eles puderam escolher onde, quando, e quantos sujeitos veriam um determinado filme e

já estavam na posse de uma quantidade substancial de informações de fundo, vindas dos registros do Exército, as quais tinham acesso completo. A população que estudavam tinha variações limitadas em termos de idade, sexo, raça e circunstâncias residenciais atuais. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 111-112).

O trabalho de pesquisa apresentado nesse estudo de caso traz aplicações e resultados pormenorizados. Todavia, para efeitos de comparação com os filmes produzidos pelo IPES, estamos considerando somente os pontos gerais das avaliações realizadas, bem como os resultados obtidos sobre os impactos que esse modelo de abordagem provocou nos soldados norte-americanos.

Os analistas desses filmes consideram que não há razões para rejeitar as conclusões dessas experiências. Os filmes foram produzidos pelos melhores talentos da nação na época e, mesmo com os critérios de hoje, quase meio século depois, esses filmes oferecem uma poderosa mensagem, na qual forças totalitárias e militaristas fazem guerra brutal às nações vizinhas que pouco fizeram para provocar tal conflito. **Os filmes retratam, em suma, um argumento muito convincente. Existem poucas características destes filmes, além da filmagem em cor, que poderiam ser usadas para melhorar sua qualidade técnica, dramática ou persuasiva. Vale ressaltar aqui a importância de um narrador conduzir a mensagem que se quer propagar, enquanto as imagens são apresentadas.** (Lowery; De Fleur, 1988, p. 116-117, negrito nosso).

Os resultados obtidos dos estudos de avaliação dos filmes, resumidos abaixo, deixou evidente que alguns objetivos foram conquistados e outros nem tanto. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 116-117).

1. Os filmes da série Why We Fight tiveram efeitos marcantes no conhecimento dos homens sobre os fatos que os levaram à guerra. Houve concentração dos efeitos no limite superior, indicando que métodos de apresentação altamente eficazes são possíveis com este tipo de filme.

2. Os filmes tiveram também alguns efeitos marcantes nas opiniões onde o filme abordava especificamente os fatores envolvidos na interpretação particular, ou seja, quando o item de opinião foi preparado com base na análise de conteúdo de filme e a mudança de opinião foi antecipada a partir dessa análise. Tais mudanças de opinião foram, contudo, menos frequentes e, em geral, menos marcantes do que mudanças no conhecimento factual.

3. Os filmes tiveram apenas poucos efeitos sobre itens de opinião de natureza mais geral que foram elaborados independentemente do conteúdo do filme, mas que foram

considerados nos critérios para determinar a eficácia dos filmes no alcance de seus objetivos de orientação.

4. Os filmes não tiveram efeitos nos itens elaborados para medir os efeitos sobre a motivação dos homens para servir como soldados, o que foi considerado o último objetivo do programa de orientação. Todavia, conforme reconheceram os pesquisadores dentre várias considerações, a motivação para servir e combater nas forças armadas é um fenômeno muito complexo, com muitas dimensões: pressões da família, normas sociais gerais, medo de morte ou de ferimentos ou sentimentos anteriores sobre os combatentes. Tudo poderia ter sido um fator na dinâmica ao tentar modificar essa motivação através do uso de filmes persuasivos. Há uma série de questões adicionais sobre as quais se pode especular: a duração de tempo entre filme e medição é um desses problemas. Por exemplo, pode haver um efeito "dormente" (sleeper effect). Ou seja, apesar de pouca mudança ter ocorrido nos espectadores pelo tempo que as medições foram feitas depois de ver o filme, talvez muito mais tarde as influências do filme poderiam ter sido encontrados. Finalmente, há a questão de toda a configuração dos valores de um determinado sujeito, sistema de crenças e traços de personalidade. Estes podem interagir de forma dinâmica com o novo material de estímulo para produzir um tipo de efeito ou outro. No entanto, apesar de tentativas bastante sofisticadas de abordar algumas dessas questões, não foram obtidas respostas claras sobre o porquê desses filmes alcançarem efeitos claros na área do conhecimento factual, mas não com relação às atitudes e motivações. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 118).

A opinião do público com relação aos filmes, também foi considerada para determinar se tais percepções podem ou não influenciar na capacidade do filme em atingir os objetivos para os quais foi concebido. Perguntas envolvendo se o público gostou do filme, se o achou interessante e/ou objetivo, entediantes, ou se acreditavam tratar-se de uma apresentação tendenciosa, foram elaboradas. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 118 a 121).

Filmes versus outros meios de comunicação

Comparar a utilização de filmes - para treinamento ou orientação - com outros meios de comunicação disponíveis também foi objeto de estudo. Filmes como a série *Why We Fight* são obviamente muito caros para produzir e o processo leva um longo tempo. Em contraste, um programa tipo rádio com uma aula, ou mesmo filmstrips (que são como slides projetados), podem ser usados com narração e são baratos e rápidos para produzir. Finalmente, tentou-se

verificar quais seriam algumas maneiras pelas quais a retenção do material apresentado poderia ser melhorada em um filme usado para treinamento ou orientação.

As pesquisas giraram em torno das seguintes questões: a) se gostaram; b) qual o objetivo dos filmes; c) se os filmes deram uma imagem verdadeira dos eventos descritos.

As avaliações indicaram que não havia problemas flagrantes com os próprios filmes. Em geral os soldados gostaram deles, não os viam como propaganda mentirosa e não se sentiam manipulados indevidamente. As razões para o fracasso dos filmes em alcançar seus objetivos nas áreas de atitudes e moral estavam em outro lugar.

Estudos realizados com documentários de curta duração

Uma outra bateria de estudos de avaliação de audiência de filmes não se concentrou na série *Why We Fight*, mas em outra série separada e bastante diferente. Essas eram apresentações curtas, semelhantes aos noticiários, mostrados em conjunto com longas-metragens regulares no teatro da base. O comparecimento a esses filmes regulares de entretenimento era naturalmente voluntário. No entanto, aqueles que foram ao cinema viram um curta diferente a cada semana, chamado *The War*, como parte do programa regular. Cada um desses curtas foi composto por cinco episódios, com o conteúdo de cada um variando a cada semana. Os mesmos títulos para esses episódios foram usados em cada edição de *The War*.

Foram aplicados dois métodos para estudar as avaliações deste tipo de filme: questionários preenchidos por homens que haviam visto o filme e um dispositivo de gravação especial (chamado de "analisador de programa") usado no próprio teatro. Este dispositivo consistia em uma caixa pequena, entregue para cada espectador, com dois botões claramente marcados. Após assistir ao filme, o espectador poderia apertar o botão "gosto" se tivesse achado o material interessante. Caso contrário, apertava o botão "não gosto". Não havia um botão neutro, mas o espectador podia abster-se de pressionar os botões.

O resultado geral obtido por meio das diferentes aplicações foi: (Lowery; De Fleur, 1988, p. 121).

1. Interesse baixo: para filmes onde mostrava alguém simplesmente falando;
2. Interesse alto: quando se mostravam cenas reais de ação militar;
3. Interesse alto: para filmes com cenas de ação acompanhadas com narração de voz;
4. Interesse baixo: para repetição de cenas vistas anteriormente no filme (como em ver o mesmo avião abatido);

5. Interesse alto: para material altamente realista, ao contrário de “Hollywood com adereços”;

A eficácia relativa a vários meios de comunicação para a realização de um determinado objetivo ainda merece muita atenção na investigação. Os pesquisadores do Exército tentaram sondar esta questão. Eles estavam bastante conscientes de que esta é uma questão muito difícil de responder, baseando-se em pressupostos de que a mídia pode ter propriedades especiais que podem influenciar a mudança na audiência (isto é, que a "mídia é a mensagem" por direito próprio). No entanto, apesar das dificuldades, os investigadores consideraram tal pesquisa como possível, iniciando análises de todos os fatores que poderiam embasar o uso de várias mídias para fins instrutivos ou persuasivos. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 123-124).

Influência intelectual do espectador na avaliação do material factual e em mudança de opinião

Uma pergunta complexa sobre a pesquisa de avaliação dos filmes da série *Why We Fight*, descrita anteriormente, diz respeito ao grau em que diferentes padrões de efeitos foram observados entre diferentes categorias de espectadores. Nos estudos do Exército, foi estudada, sempre que possível, a influência de variáveis demográficas como educação, afiliação religiosa, estado civil, nível intelectual e outras categorias sociais na aprendizagem de material factual e mudança de opinião. Dentre todas essas variáveis, a mais comumente relacionada às diferenças nos resultados foi a capacidade intelectual do espectador. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 124).

Os índices de habilidade intelectual geral estavam prontamente disponíveis e forneceram valiosas informações a esse ponto da pesquisa. Por esta razão, os pesquisadores sentiram-se confiantes de que poderiam categorizar os homens em termos de classificações simples de realizações educacionais (como a conclusão da escola primária, do ensino médio ou da faculdade) e usar isso como uma medida confiável da capacidade intelectual. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 125).

Aprendizagem de Material Factual. Os homens com mais educação já conheciam mais informações factuais sobre a guerra do que aqueles cujas conquistas educacionais eram menores. Todavia os filmes possibilitaram maior aprendizagem sobre os temas.

Os estudos apontaram que a capacidade intelectual era o fator chave na contabilidade de quanto um indivíduo aprendeu com os filmes. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 126).

Alterações na Opinião. As pesquisas revelaram que quanto mais material factual tinha de ser aprendido, especialmente material mais difícil, tanto mais mudança de opinião foi visto apenas entre os homens de nível intelectual superior. Por outro lado, os homens de níveis intelectuais mais baixos muitas vezes mudaram sua opinião com base em um número mínimo de fatos ou aqueles mais fáceis de entender. Para tornar as coisas ainda mais interessantes, as descobertas mostraram que homens de menor capacidade intelectual estavam propensos a mudar de opinião com base em fatos que os homens de nível intelectual superior não consideravam particularmente válidos. (Lowery; De Fleur, 1988, p. 126).

Resultados: Aqueles de menor habilidade tenderam a mudar suas opiniões sobre questões de menor complexidade, menos apoiadas pelos fatos e sobre questões que os homens mais inteligentes achavam difíceis de aceitar. **Portanto, como os autores notaram em conclusões provisórias baseadas apenas nesta pesquisa, parece que os homens com menor grau de educação são mais fáceis de influenciar com a propaganda.** (Lowery; De Fleur, 1988, p. 126, negrito nosso).

Conclusões e implicações gerais dos experimentos acima

Os vários programas de pesquisa descritos nas Experiências sobre Comunicação de Massa constituem um esforço notável para trazer a experiência de pesquisa do psicólogo social e outros cientistas sociais para os problemas práticos impostos pelas urgências de uma crise nacional. Os estudos de avaliação de filmes mostraram que esta forma de comunicação poderia ensinar efetivamente material factual a um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo. Os estudos também mostraram que era possível alterar opiniões e interpretações desses fatos e que pelo menos algumas dessas opiniões permaneceriam estáveis ao longo do tempo. No entanto, ficou claro que os filmes não criaram efeitos mais gerais sobre atitudes e motivações mais amplas. Em outras palavras, os efeitos dos filmes foram claramente *limitados*. Tais comunicações não eram as formadoras de todas as estruturas psíquicas de suas audiências que haviam sido assumidas pela teoria da bala mágica de décadas anteriores. As descobertas das Experiências sobre Comunicação de Massa conduziram claramente a uma hipótese de "efeitos limitados" a respeito das influências de curto prazo de uma única comunicação em suas audiências, ao invés de uma interpretação de "efeitos poderosos".

Os resultados de suas experiências apoiaram a perspectiva de que os efeitos da comunicação de massa são fortemente influenciados pelas diferenças individuais entre os

membros da audiência. As diferenças individuais levaram à percepção seletiva, interpretação e mudança. Tais fatores como a posição inicial do sujeito demonstraram ser muito importantes na compreensão dos resultados. Da mesma forma, houve diferentes influências que estavam relacionadas com as categorias sociais (por exemplo, o grau de educação) da audiência. Curiosamente, no entanto, os pesquisadores não olharam para as relações sociais que prevaleceram entre os seus sujeitos como uma fonte de influências sobre os seus resultados. Pesquisas sobre o papel dos meios de comunicação em uma campanha eleitoral revelaram tais influências, mas os resultados desse trabalho não estavam disponíveis para os pesquisadores do Exército na época.

Talvez, acima de tudo, a pesquisa do Exército sobre como persuadir o soldado americano representa um ponto de virada significativo no estudo da comunicação em massa. Pode ser visto retrospectivamente como o fim de uma era em que as suposições da teoria da bala mágica ainda eram consideradas viáveis. Em seu lugar, e em muitos aspectos como resultado dessas experiências, uma nova busca começou - uma busca pelas "chaves mágicas" de persuasão. Os pressupostos básicos da teoria das chaves mágicas da comunicação persuasiva estão intimamente relacionados com o que DeFleur chamou de "abordagem psicodinâmica" à persuasão. Supõe-se que há um conjunto de características que podem ser incorporadas na mensagem que irá modificar a estrutura ou funcionamento dos processos cognitivos / emocionais dentro do indivíduo. Estes, por sua vez, levarão a mudanças nas decisões e nos padrões subsequentes de ação explícita, se tudo correr bem, na direção desejada pelo mediador. Assim, é importante descobrir se uma forma de comunicação de um lado ou uma de dois lados irá alterar as opiniões de forma mais eficaz. Se a opinião é alterada, pode-se supor que alguma forma de ação será então alterada. Os autores das Experiências em Comunicação de Massa acreditavam plenamente que havia uma relação regular entre estados de atitude e de opinião e formas de ação explícita - um conjunto de suposições que não parecem tão atraentes hoje.

Mas na época, quando os pesquisadores não se perturbavam com o pensamento de que opiniões e atitudes poderiam não estar relacionadas ao comportamento manifesto, a abordagem das chaves mágicas para a pesquisa de comunicação parecia ser muito promissora. De fato, tornou-se a perspectiva dominante na pesquisa sobre a comunicação persuasiva por muitos anos a seguir:

Inúmeros estudos tentaram identificar maneiras pelas quais podemos persuadir as pessoas a ver algum objeto perceptual de maneira diferente e, assim, levá-las a agir em direção a esse objeto de maneiras modificadas. Se apenas a combinação correta de palavras,

estrutura de mensagem, apelos emocionais, tipo de comunicador ou modo de apresentação pode ser encontrada (assim a visão vai), então as orientações subjetivas das pessoas podem ser remodeladas e seus padrões de comportamento manifesto podem ser influenciados. Todavia, a busca por essa chave abriu novos leques de informação, que mereceriam outro trabalho de grandes proporções.

Particularmente para nós, os estudos acima são importantes se compararmos a estrutura dos filmes norte-americanos àqueles produzidos pelo IPES. Sobretudo, para tentarmos entender até que ponto esse tipo de abordagem pode ser eficaz em modificar a opinião pública. Essa análise será retomada no item Capítulo IV dessa dissertação.

2.2.3 - A propaganda ideológica do IPES

Conforme já mencionado no Capítulo I, item 1.3.2, dessa dissertação, a campanha desse Instituto, praticada entre 1962 e 1964, levou em consideração a diferença entre os diversos segmentos da sociedade e respectivos pontos de interesses para codificar mensagens de maneira tal que ecoasse na maioria de seus elementos, numa tentativa de moldar a opinião pública àquelas ideias capitaneadas pela elite orgânica do IPES.

Segundo Dreifuss (1981, p. 192), o Grupo de Opinião Pública tinha como meta a "disseminação dos objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita, levando à opinião pública os resultados de sua pesquisa e estudos". Entretanto, seu verdadeiro objetivo era "a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis".

Faziam parte dessa verdadeira máquina de propaganda agências publicitárias, jornais e revistas, rádio e televisão, onde trabalhavam escritores e jornalistas, entre outros intelectuais. (DREIFUSS, 1981, p. 192).

O público alvo do programa de doutrina e propaganda eram as classes médias, trabalhadores de indústrias, estudantes, militares, donas-de-casa e profissionais, para os quais eram desenvolvidos materiais "compatíveis com os diferentes segmentos culturais, políticos e sociais de opinião pública." Também fazia parte desse público, o próprio pessoal ligado ao IPES. (DREIFUSS, 1981, p. 193).

Isto posto, os grupos de ação responsáveis pela produção e divulgação do material propagandístico, passou a operar com todos os recursos disponíveis. Conforme apontou o então líder ipesiano Glycon de Paiva, era necessária a "preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar". Na opinião de Paiva, tal ação política deveria ser sigilosa e suas recomendações sugeriam

[...] a criação de um caos econômico e político, o fomento à insatisfação, o profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços de esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massas e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário. (DREIFUSS, 1981, p. 230).

As ações desenvolvidas pelo IPES respeitaram a duas modalidades: ideológica e social, combinando doutrinações gerais e específicas, e político-militar. (DREIFUSS, 1981, p. 231-232).

A doutrinação geral da ação ideológica e social visava:

. Infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista de João Goulart. Em uma abordagem positiva, argumentar que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente a métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia;

. Atacar o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. Sua abordagem negativa podia ser vista em uma grosseira propaganda anticomunista, constituindo uma pressão ideológica, que explorava o **"encurralamento pelo pânico organizado"**. (Negrito nosso).

Diversos canais e técnicas de persuasão foram empregados para esse propósito, tais como rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, panfletos, livros etc. Todavia, para o objeto desse trabalho, privilegiamos analisar o conjunto de filmes, mais precisamente, o conteúdo e técnicas empregadas no título "O Brasil precisa de você".

Segundo Dreifuss (1981, p. 250),

Para atingir um público grande, o IPES dependia de uma série de filmes extremamente eficazes, produzidos por ele próprio e de outras fitas às quais obteve acesso. Eles eram apresentados em todos os cinemas pelos quatro cantos do país, tanto em seções regulares quanto especiais. Eram passados em um "sistema de cadeia", por arranjo feito com empresas de distribuição e donos de cinemas ligados ao IPES. Organizações subsidiárias e relacionadas, como o Serviço Social da Indústria - SESI, circulavam filmes feitos pelo IPES. A televisão também os exibia, como era o caso do programa de atualidades populares de Silveira Sampaio.

Ainda conforme seus apontamentos, para atingir aqueles que não tinham condições financeiras, "o IPES montava projetores em caminhões abertos e ônibus com chassis especiais", promovendo sua divulgação não só em favelas e bairros urbanos mais pobres das maiores cidades, como também por todo o interior do Brasil. (DREIFUSS, 1981, p. 250).

Os filmes também eram projetados em fábricas, igrejas, entidades de classe, grêmios estudantis, entre outros lugares. (DREIFUSS, 1981, p. 251).

Em carta, Jean Manzon, cineasta contratado pelo IPES, asseverava a seus dirigentes que as técnicas empregadas em seus filmes constituíam "o mais rápido veículo capaz de levantar com a máxima eficiência a opinião pública em favor das teses defendidas pelo IPES". Garantia, ainda, que seus documentários seriam exibidos com exclusividade em todo o Brasil, para um público que atingia em "média 15 milhões de espectadores". (CARDENUTO FILHO, 2008, p. 334-335).

De fato, se considerarmos o Censo de 1960, apenas 4,6% dos lares brasileiros tinham televisão. Dessa forma, as informações do crítico de cinema Luiz Alberto Sanz e do pesquisador Clóvis Molinari, sobre o cinema ser o meio de entretenimento com maior alcance naquele período, parecem ser possíveis. Sanz ressalta, ainda, que metade da população brasileira era analfabeta e que aquele era o público que ia ao cinema.²⁸ (Marinho, 2015).

O arquivo de filmes foi recuperado e encontra-se no Arquivo Nacional-RJ. Uma cópia dos filmes também pode ser consultada na Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Dentre outras informações, os filmes foram catalogados pelo Arquivo Nacional²⁹, conforme segue:

Descrição do conteúdo dos filmes

Título: O Brasil precisa de você

Conteúdo: Convocação contra a demagogia e a agitação social, que desestabilizam o país, com ênfase na necessidade de defesa da democracia, da superação do sub-desenvolvimento e da justa distribuição de riquezas.

Título: Nordeste problema nº 1

Conteúdo: A falta de perspectivas do homem nordestino, submetido à seca e à falta de planejamento governamental para a região; a necessidade de se investir na construção de hidrelétricas, na industrialização e no aproveitamento dos vales úmidos; a importância da implementação da dedução do imposto de renda das empresas nacionais para investimento no Nordeste, e no financiamento à empreendedores locais.

Título: História de um maquinista

Conteúdo: A precariedade do transporte ferroviário no país, com locomotivas ultrapassadas, comunicações deficientes e dormentes enferrujados, consequência da falta de uma política para o setor; a necessidade de modernização dos equipamentos, do saneamento administrativo e da construção de novas linhas férreas, com técnicas modernas e integradas aos terminais marítimos e rodoviários.

²⁸ O Prólogo. Direção: Gabriel F. Marinho. Documentário produzido diretamente para TV, 2015 (1h34min).

²⁹ Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/>. Consulta realizada em nov/2014.

Título: A vida marítima.

Conteúdo: O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos na manutenção da estabilidade financeira da categoria; o trabalho dos estivadores e a atuação do Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos na defesa dos salários dos trabalhadores.

Título: Depende de mim.

Conteúdo: As atividades dos trabalhadores de diversas categorias como, pedreiros, tintureiros, sapateiros, carpinteiros, aeronautas, agricultores, e outros, demonstrando que do voto de todos depende a manutenção da democracia, da liberdade e a defesa das tradições cristãs.

Título: A boa empresa.

Conteúdo: A atuação da igreja como moderadora nas relações conflitantes entre patrões e empregados contribuindo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e para o aumento da produtividade das empresas.

Título: Uma economia estrangulada.

Conteúdo: A necessidade de renovação da marinha mercante brasileira formada por navios velhos e estaleiros obsoletos; a importância da modernização e racionalização do transporte marítimo, visando diminuir os seus custos.

Título: O IPES é o seguinte.

Conteúdo: As propostas do IPES e seus objetivos: defesa do poder aquisitivo da população, redistribuição da renda nacional, combate a polarização esquerda-direita, defesa da educação, do saneamento, da modernização das indústrias, da desburocratização do estado, da saúde e do desenvolvimento agrícola, como necessários para o rápido crescimento do país.

Título: Portos paralíticos.

Conteúdo: A precariedade da situação dos portos brasileiros, representados no norte pelo porto de Manaus e no sul pelo porto de Santos; os serviços deficientes e a necessidade de reorganização dos sindicatos e administrações portuárias e investimentos do governo federal.

Título: O que é o IPES.

Conteúdo: Convocação à organização pela defesa das instituições democráticas e cristãs contra o totalitarismo; o repúdio à inflação, excesso de partidos políticos e o sub-desenvolvimento; as propostas do recém criado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: estabilidade da moeda, moralização da estrutura governamental e redistribuição da renda; a necessidade de ação, através da mídia, entre os estudantes e trabalhadores do campo e da cidade.

Título: Criando homens livres.

Conteúdo: A importância da educação na formação da cidadania e o exercício do voto contribuindo na escolha de bons governantes.

Título: Deixem o estudante estudar...

Conteúdo: A necessidade de investimentos na criação de bibliotecas, reaparelhamento das universidades, salários dos professores, barateamento do livro didático, visando melhor rendimento dos estudantes universitários e protegendo-os contra a agitação política.

Título: Que é a democracia?

Conteúdo: O Brasil como um país de tradição democrática, em contraposição aos países do leste europeu, dominados pelo regime comunista; a importância de se votar nos candidatos que defendam a democracia.

Título: Conceito de empresa.

Conteúdo: Convocação aos empresários para a união e divulgação do valor social de suas empresas e da importância do empresariado na manutenção da saúde, da educação e da economia do

país, propondo a comunicação direta dos empresários com os trabalhadores, evitando a manipulação destes por agitadores políticos e defensores da estatização das empresas.

As técnicas de imagens e narração utilizadas para produção dos filmes do IPES nos remetem àquelas empregadas nos filmes produzidos pelo Exército norte-americano, descritas no item 2.2.2 acima. Similaridades maiores com documentários e projetos televisivos norte-americanos, produzidos após a Segunda Guerra Mundial, foram encontradas por Cardenuto Filho:

O terceiro bloco de documentários, finalizados por Jean Manzon entre agosto e dezembro de 1962, é o mais aguerrido de todos. Com as eleições diretas em outubro de 1962 e com a proximidade do plebiscito nacional de seis de janeiro de 1963, os filmes do IPES, financiados para intervir nos rumos da política brasileira, se tornam mais agressivos, num tom combativo e hostil ao incorporar, definitivamente, as técnicas de propaganda experimentadas pelos Estados Unidos nos anos da Guerra Fria. (CARDENUTO FILHO, 2008, p. 66).

A estrutura e as técnicas empregadas nos filmes serão discutidas com mais detalhes no Capítulo IV, item 4.2 dessa dissertação.

2.3 - O apelo ao medo

O apelo ao medo merece um destaque a parte em nossa dissertação, pois é a partir de seu desencadeamento que iremos assentar nosso entendimento acerca da necessidade de considerar em estudos de acontecimentos históricos, fatores biológicos como influenciadores do comportamento humano.

O recurso acima parece ser recorrente na história da humanidade, como forma de moldar a opinião pública e direcionar todo um comportamento social.

O mesmo apelo à ameaça comunista, fortemente trabalhado pelas campanhas do IPES, e instituída como prática política de repressão pelo medo durante a ditadura militar, não se mostrou algo novo na nossa história. Ao contrário, a mesma fórmula já havia sido aplicada contra os "inimigos do regime varguista" e a ideia de *desordem* - agitação, conspiração ou contestação à ordem pública - atrelada aos agentes da *subversão social*, em geral resumidos sob o conceito de comunistas, foi bastante utilizada nos discursos para garantir a hegemonia política daquele governo.

A *repressão pelo medo* garante a manutenção da ordem social, ao exigir um constante estado de vigilância por parte do Estado. Este, por sua vez procurava sempre manter uma situação de alerta geral, em que todos se vigiavam desconfiando de inimigos visíveis e invisíveis. (MAGALHÃES, 2008, p. 26).

Estados de vigília permanente, onde todos vigiam todos também aparecem na historiografia da Alemanha no período nazista.

Em sua análise acerca do "perigo vermelho", Rodrigo Patto Sá Motta (2002), observa que no Brasil o anticomunismo surgiu até mesmo em momento anterior, logo após a Revolução de 1917, importado dos principais países capitalistas, cujas preocupações e repressão ao movimento traduziam-se nas propagandas produzidas e veiculadas por eles. Todavia, foram nos períodos de 1935 a 1937 e 1961 a 1964, que o fenômeno anticomunista se manifestou de forma mais intensa em nosso país.

Independentemente do objetivo - manipulador, ideológico ou proselitista - em promover o temor ao comunismo no Brasil, o fato é que desde 1917 movimentos, organizações e campanhas alimentaram o imaginário do povo brasileiro, moldando a figura do comunismo e transformando-o em ameaça real e próxima.

No Brasil, os valores religiosos católicos e o caráter ateu atribuído ao "inimigo da nação" se constituíram na principal base da mobilização anticomunista. No campo político o comunista foi traduzido como opositor à liberdade e à propriedade privada.

O Levante Comunista de 1935 forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado pelos anticomunistas do país.

Ainda segundo Motta (2001, 2002),

É natural e compreensível que pessoas cuja formação espiritual e moral tenha sido estruturada com base no catolicismo enxergassem no comunismo um inimigo. Os comunistas de fato pretendiam destruir a Igreja e atacar seus valores essenciais, substituindo-os por uma moral comunista ou "proletária". Embora em algumas conjunturas os PCs tenham estabelecido políticas de "mão estendida" na direção dos católicos, a realidade de perseguição aos religiosos e fiéis nos países sob governo comunista não era de molde a inspirar confiança nos seguidores da Igreja romana. E o mesmo raciocínio pode ser feito para os liberais: o comunismo realmente significava o fim da propriedade privada e a implantação de ditaduras políticas.

Em palestra proferida no Seminário³⁰ *As doenças e os medos sociais*, realizado entre 21 e 22 de outubro de 2008, o cientista social Nilson Moraes considerou, entre outros pontos, que "o medo é [...] uma estratégia de sujeição e controle social que atravessa o tempo, classes e grupos sociais e culturas, ele faz das relações e das representações uma ameaça permanente".

³⁰ O Seminário *As doenças e os medos sociais*, apresentado entre 21 e 22 de outubro de 2008 no anfiteatro do Depto. de História da FFLCH/USP, foi resultado da parceria do Núcleo de Memória e História da Saúde do Instituto de Saúde SES/SP e do Módulo de Discriminação do LEER - Laboratório de Estudos de Etnicidade, Racismo e Discriminação da Universidade de São Paulo.

Em campanhas de riscos voltadas à saúde pública, por exemplo, o apelo ao medo é utilizado como forma de conscientização da população. Embora consideráveis pesquisas de laboratório mostrassem que mensagens persuasivas, que despertam medo, motivam mudança de comportamento, uma meta-análise³¹ aplicada a elas resultaram em algumas considerações. (WITTE; ALLEN, 2000, p. 591-592).

Ao longo de 50 anos de pesquisa foram identificadas três variáveis independentes:

1 - **o medo**: definido como uma emoção de valência negativa, acompanhada por um elevado nível de excitação;

2 - **a ameaça percebida**: composta por duas dimensões:

2.1 - *percepções de susceptibilidade à ameaça* - o grau em que a pessoa se sente em risco de sofrer a ameaça;

2.2 - *severidades de sofrer a ameaça* - a magnitude do dano esperado da ameaça.

Apesar de o medo ser conceituado como emoção e a ameaça como cognição, eles estão intrinsicamente e reciprocamente relacionados. Dessa forma, **quanto maior a ameaça, maior o medo sentido**.

3 - **a eficácia percebida**: composta por duas dimensões:

3.1 - *auto-eficácia percebida*: sua crença sobre sua capacidade de realizar a resposta recomendada;

3.2 - *a eficácia percebida da resposta*: sua crença sobre se a resposta recomendada funciona para evitar a ameaça.

Precursor sobre o tema no Brasil, Leandro Leonardo Batista, doutor em Comunicação Social e professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, desenvolve projetos nessa área, cujo objetivo é "alarmar o receptor sobre algum perigo, em geral ligado a um comportamento, e que, para causar este alarme, faz uso de conteúdos com forte apelo emocional que causam um forte impacto no público-alvo" ³².

Estudos sobre os apelos ao medo e suas implicações em campanhas de saúde pública mostraram que o simples fato de comunicar o risco e dar explicações convincentes sobre o mesmo não são suficientemente capazes de moldar a opinião pública e impulsionar uma mudança de comportamento no sentido de evitá-lo. Isso porque existem outros elementos concorrendo para isso. Segundo Batista (2008, p. 439), tais estudos demonstraram que

³¹ Kim Witte e Mike Allen. Artigo publicado em Health Education & Behavior (outubro 2000): disponível em <http://heb.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/5/591>.

³² Projeto de pesquisa disponível em: <http://www3.eca.usp.br/projetos/projeto?sid=1869>.

"mesmo tendo uma plenitude de dados estatísticos e fatos reais claros, o julgamento de humanos, no que tange a riscos (e a outros temas também), depende da interpretação e da determinação da relevância de tais dados por essa mesma população".

Batista (2008, p. 442-443) considera ainda que, indivíduos se opõem a algum tipo de risco muito mais pelo medo de suas consequências do que pela preocupação com a probabilidade de sua ocorrência. Mais ainda, as recomendações para evitar o risco só são passíveis de serem seguidas se o indivíduo acreditar que possui capacidade de defesa.

Como resultado da meta análise acima mencionada, os pesquisadores concluíram que [...]

Apelos de medo têm sido usados desde a antiguidade por pregadores e professores. Eles são utilizados por médicos, pais, policiais e políticos, tudo em um esforço para fazer os indivíduos pensarem ou agirem de uma certa maneira. [Tais apelos] motivam mudanças de atitude, intenção e de comportamento, especialmente apelos de medo acompanhados de mensagens de alta eficácia. [...] No entanto, os apelos ao medo devem ser usados com cautela, uma vez que podem ter efeito contrário se o público-alvo não acreditar que ele é capaz de evitar efetivamente uma ameaça. (WITTE; ALLEN, 2000, p. 607).

Os estudos acima auxiliam nossos entendimentos com relação a possível eficácia das mensagens ipesianas em moldar a opinião pública contra o governo de João Goulart, se traçarmos comparações entre os dois tipos de campanhas, o que será demonstrado no Capítulo IV, item 4.3.2 dessa dissertação.

2.4 - Considerações

Com esse capítulo quisemos demonstrar como as propagandas ideológicas buscam moldar a opinião pública e como os profissionais da área atuam para elaborar, codificar e difundir o conjunto de ideias de determinados grupos sociais.

Analizamos também como a propaganda ideológica do IPES considerou a diversidade da sociedade brasileira, utilizando diversos formatos e veículos de mídia na difusão de suas mensagens e como a estratégia de apelo ao medo, recorrente na campanha ipesiana, pode ter contribuído para instigar comportamentos contrários ao governo de João Goulart.

Guardadas as especificidades de cada indivíduo e a influência da sociedade, não devemos descuidar de que a composição genética de indivíduos da mesma espécie é

basicamente a mesma, o que implica em acreditar que o cérebro recebe e processa os estímulos igualmente em todos os seres humanos.

Partindo desse princípio, no próximo capítulo analisaremos como o cérebro humano exerce essa função.

Não faz parte do escopo dessa dissertação (e nem de nossa competência) aprofundar um assunto de tamanha complexidade. Por essa razão, trataremos apenas do *apelo ao medo*, face à ameaça comunista e a desordem social daquele momento histórico, demonstrando os circuitos neurais que são recrutados por essa emoção.

Entretanto, essa incursão no mundo do cérebro não seria inteligível sem antes considerarmos alguns conceitos e estudos sobre evolução, cognição e emoção.

CAPÍTULO III - A BIOLOGIA - O comportamento humano, o cérebro e a mente

O que é exatamente um pensamento? Não parece ter peso nenhum. Parece efêmero e inefável. Não se acharia que um pensamento tem forma, cheiro ou qualquer instanciamento física. Os pensamentos parecem uma magia tremenda... Mas, como as vozes, os pensamentos são escorados por matéria física. Sabemos disso porque as alterações no cérebro mudam o pensamento que podemos ter... Nossas esperanças, sonhos, aspirações, medos, instintos cômicos, ótimas ideias, fetiches, senso de humor e desejos surgem desse órgão estranho - e quando o cérebro muda, mudamos nós. (EAGLEMAN, 2012, p. 11-12).

O interesse por conhecer a composição e funcionamento do cérebro vem contagiando diferentes leitores e promovendo diversas leituras sobre o tema. As recentes descobertas estão sendo utilizadas, entre outras, com o intuito de estimular o desempenho pessoal e profissional e como ferramenta para o aprimoramento em técnicas de persuasão. Em especial e para esse trabalho, utilizamos tais conhecimentos como forma de explicar cientificamente o comportamento humano e sua relação com as estruturas cerebrais.

Nesse capítulo, procuramos explorar alguns conceitos e estudos realizados em Psicologia e Neurociência, com o objetivo de entendermos como nosso cérebro recebe, processa e responde a estímulos captados pelas vias sensoriais, como, por exemplo, propagandas ideológicas analisadas no Capítulo II.

Partindo do princípio de que as peças propagandísticas desenvolvidas pelo IPES entre 1962 e 1964 tinham como objetivo moldar a opinião pública contra o governo de João Goulart, atrelando suas reformas e a desordem social daquele momento histórico à uma potencial ameaça comunista, as mensagens ipesianas foram caracterizadas como **estímulos condicionadores de medo**.

Dessa forma, para chegarmos ao comportamento resultante do condicionamento do medo e considerando que o mesmo sofre influências biológicas, psicológicas e socioculturais, iniciamos nossos estudos abordando como os psicólogos behavioristas analisam o comportamento e como a psicologia cognitiva e evolucionista revolucionou seu entendimento. Mais precisamente, no item 3.2 - *A Psicologia e a natureza humana*, verificamos como a Psicologia enxerga a biologia e o processo evolutivo também como fatores determinantes da natureza humana.

Como a análise do comportamento pela Psicologia envolve também a parte biológica do organismo, o item 3.3 - *O sistema nervoso e o cérebro - estrutura e funções* traz a concepção de alguns neurologistas, à luz das teorias evolucionistas, acerca do

desenvolvimento de nosso organismo, em especial a arquitetura do cérebro humano, tratando no item seguinte, 3.4 - *A mente*, sobre a geração de nossa mente consciente e inconsciente.

Em outras palavras, podemos dizer que nosso organismo regula a ação mútua entre os diversos sistemas que o compõe e interage com o ambiente, produzindo representações em nosso cérebro, o que conhecemos como mente. Sobretudo, como captamos o mundo em nossa volta e damos significado às diversas interações entre nosso organismo e o ambiente é tratado no item 3.5 - *Sensação e percepção*.

Nossa percepção é alimentada por sensação, cognição e emoção, sendo que essas últimas caminham lado a lado como parceiras mentais, interferindo em nossas tomadas de decisões e em nossos comportamentos, consciente ou inconscientemente. Por esse motivo, no item 3.6 - *Cognição e emoção*, analisamos como nossos receptores sensoriais e o sistema nervoso captam os estímulos - nesse estudo de caso, estímulos condicionadores de medo - como são processados pelos nossos circuitos neurais, e como provocam determinadas reações e ações. Também tratamos sobre os estados emocionais de medo e ansiedade e as diferenças entre emoções / sentimentos, sentimentos / pensamentos.

Não é objeto desse trabalho contemplar uma descrição minuciosa da fisiologia do cérebro e suas funções. Todavia, achamos importante demonstrar, mesmo que superficialmente, a concepção de alguns autores sobre o cérebro e o comportamento humano com base na Biologia e na Psicologia evolucionista. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelo neurocientista Joseph LeDoux, entre outros, foi de fundamental importância para entendermos como o cérebro recebe, processa e reage a estímulos condicionadores do medo.

3.1 - Estudo do comportamento e sua relação com a mente

Nos dias de hoje a mente humana está intrinsecamente relacionada com o comportamento. Todavia essa integração nem sempre foi contemplada. Durante certo período de tempo, a Psicologia desconsiderou o estudo da mente, pois o escopo de pesquisa na perspectiva behaviorista era somente o comportamento humano objetivamente observável. Tal modelo prevaleceu até o final da década de 1940, quando várias críticas começaram a surgir, o que colocou o estudo da mente em posição de destaque. (OLIVA et al., 2006, p. 53). O advento dos computadores eletrônicos, onde "engenheiros, matemáticos, filósofos e psicólogos perceberam prontamente semelhanças entre o processamento de informações pelos computadores e o funcionamento da mente" contribuiu sobremaneira para essa mudança de paradigma. (LEDOUX, 2001, p. 24).

A psicóloga Angela Donato Oliva (et al, 2006, p. 54) salienta que a substituição do estudo do comportamento pelo estudo da mente não foi tarefa fácil para os cientistas dos anos cinquenta. Uma nova ciência - a Ciência da Cognição - surgiu naquela década, fruto de iniciativas multidisciplinares e da convergência de diversas áreas como Psicologia Cognitiva, Ciências da Computação e Linguística. Esse movimento cognitivista tinha várias concepções e retomava, sobretudo, o conceito da consciência como sendo algo biológico e social. Os princípios da teoria da evolução das espécies, apesar de reconhecidos, ainda não influenciavam significativamente os estudos em Psicologia daquele momento. Foi somente a partir dos anos de 1990, principalmente, que a Psicologia incorporou as teorias de Charles Darwin nos estudos das bases biológicas do comportamento humano, o que resultou no surgimento da Psicologia evolucionista.

Oliva ressalta ainda que, com vistas à objetividade e *status* científicos, até meados do século passado a Psicologia não priorizava as emoções em seus estudos, assim como também não o fizeram os cientistas cognitivistas, que privilegiavam tão somente a razão e a lógica. Todavia, a Psicologia Evolucionista vem considerando também as emoções como protagonistas no estudo da mente, assim como têm feito os neurocientistas Antonio R. Damásio e Joseph LeDoux, conforme observaremos ao longo desse capítulo.

A moderna Psicologia evolucionista põe as emoções em foco, entendendo-as como programas super-ordenados que coordenam muitos outros, ou seja, como soluções de problemas adaptativos de mecanismos de orquestração: organizam percepções, atenção, inferência, aprendizagem, memória, escolha de objetivos, prioridades motivacionais, estruturas conceituais, categorizações, reações fisiológicas, reflexos, decisões comportamentais, processos de comunicação, níveis de energia e de alocação de esforços, coloração afetiva de eventos e de estímulos, avaliações da situação, valores, variáveis reguladoras, como auto-estima, e assim por diante. Cada emoção atua sobre vários outros programas adaptativos, desativando alguns, ativando outros e mudando os parâmetros de terceiros, permitindo que todo o sistema opere de modo eficaz e harmonioso, toda vez que se defrontar com certos tipos de condições. (OLIVA et al, 2006, p. 56-57).

3.2 - A Psicologia evolucionista e a natureza humana

A psicologia evolucionista, síntese entre a psicologia cognitiva e a teoria da evolução, parte do pressuposto de que os seres vivos passaram por um processo evolutivo, cujo objetivo era adaptá-los ao ambiente em que viviam e, assim, preservar a espécie. Segundo Maria Emília Yamamoto,

[...] o homem, assim como todos os seres vivos, é o produto de um processo evolutivo. Isso significa que **nossa natureza é determinada, além de nossa**

cultura, pela nossa biologia. Nossas características, não apenas anatômicas, mas também neurocognitivas e **de comportamento,** foram selecionadas em respostas a pressões evolutivas durante o processo de nossa evolução... Darwin, ao propor a teoria da evolução, estabeleceu que o processo evolutivo só poderia ocorrer se houvesse variabilidade genética na população e se essa variabilidade influenciasse diferencialmente a sobrevivência e a reprodução. Aqueles que apresentam características que favorecem essas capacidades deixam mais descendentes e passam essas mesmas características adiante. Quando isso acontece ao longo de várias gerações essas características transformam-se em adaptações, que são traços, sejam eles anatômicos, fisiológicos ou cognitivos, que permitem ao indivíduo resolver da melhor maneira possível os problemas que o ambiente apresenta. (YAMAMOTO, 2009, **negrito nosso**).

Barkow, Cosmides e Tooby (1992, apud Oliva, 2006, p. 54), pioneiros da abordagem evolucionista na psicologia, "consideram a existência de uma **natureza humana universal** constituída de mecanismos psicológicos, produtos da evolução". (**negrito nosso**).

Desse modo, cérebro e mente também passaram por adaptações. Tudo o que comprometia a preservação da espécie foi-se alterando diante das exigências do meio em que se estava inserido.

A compreensão acerca do comportamento humano e da formação do cérebro e mente numa perspectiva evolucionista é também compartilhada por outros estudiosos, como é o caso do psicólogo e linguista Steven Pinker, **para o qual as ciências sociais têm muito a aprender com o darwinismo e a genética** (**negrito nosso**). Pinker sugere que o entendimento dos comportamentos sociais não podem ser reduzidos à psicologia ou à biologia, mas precisam levar essas áreas em consideração. Segundo o psicólogo,

[...] a mente é um sistema de órgãos de computação, projetados pela seleção natural para resolver os tipos de problemas que nossos ancestrais enfrentavam em sua vida de coletores de alimentos, em especial entender e superar em estratégia os objetos, animais, plantas e outras pessoas... Darwin [nos] mostrou que “órgãos de extrema perfeição e complexidade, que justificadamente despertam nossa admiração”, não se originam da providência de Deus, mas da evolução de replicadores ao longo de períodos de tempo imensamente longos. À medida que os replicadores se replicam, erros aleatórios de cópia às vezes emergem, e os que por acaso melhoram a taxa de sobrevivência e reprodução do replicador tendem a acumular-se no decorrer das gerações. Plantas e animais são replicadores, e seu mecanismo complexo, portanto, parece ter sido projetado para permitir-lhes sobreviver e reproduzir-se. (PINKER, 1998, p. 32-33)

Para Pinker (1998, p. 34) a psicologia evolucionista reúne duas revoluções científicas - a cognitiva e aquela ocorrida na biologia evolucionista - que formam uma combinação poderosa. "A ciência cognitiva ajuda-nos a entender como a mente é possível e que tipo de mente possuímos. A biologia evolucionista ajuda-nos a entender *por que* possuímos esse tipo de mente específico".

3.3 - O sistema nervoso e o cérebro - estrutura e funções

A Psicologia reconhece a influência da biologia no comportamento humano. Por esse motivo, é necessário que se entenda como os neurocientistas, sobretudo aqueles que consideram a teorias evolucionista, compreendem a constituição e funcionamento de nosso organismo e de nosso cérebro e como ele gera o tipo de mente que possuímos.

Antes de qualquer coisa, vale ressaltar que a neurociência estuda o sistema nervoso e suas ligações com toda a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre cérebro e comportamento. Dentre os temas estudados, podemos citar o controle neural das funções digestiva, circulatória, respiratória, térmica e do equilíbrio entre todas as funções do nosso organismo para mantê-lo em funcionamento, assim como das funções sensoriais e motoras, da locomoção, reprodução, alimentação e ingestão de água, os mecanismos da atenção e memória, aprendizagem, emoção, linguagem e comunicação. Também faz parte do seu campo de pesquisa a descoberta de causas e mecanismos de doenças relacionadas ao sistema nervoso, procurando métodos de diagnóstico, prevenção e tratamento. (VENTURA, 2010, p. 123).

Várias técnicas foram desenvolvidas com o objetivo de estudar as conexões do cérebro com a mente e o comportamento, tais como a PET (tomografia por emissão de pósitrons), "que descreve a atividade do cérebro mostrando o consumo de seu combustível químico, glicose". Em um exame utilizando essa técnica, a pessoa recebe uma dose de glicose temporariamente radioativa e a PET localiza a radioatividade. "[...] os 'pontos ativos' da PET mostram quais áreas do cérebro se tornam mais ávidas enquanto a pessoa realiza cálculos matemáticos, observa imagens de rostos ou sonha acordada". Com a técnica de RM (ressonância magnética) é possível obter um retrato detalhado dos tecidos moles do cérebro. A RMf (RM funcional) "pode revelar o funcionamento do cérebro, bem como sua estrutura". (MYERS, 2015, p. 47).

Dentro do recente desenvolvimento das neurociências em geral, a disponibilidade de exames de neuroimagem morfológica e funcional - entre os quais se destacam as imagens de ressonância magnética atualmente usuais na prática médica -, tornou-se possível a avaliação mais pormenorizada das estruturas encefálicas também de pacientes psiquiátricos, tanto em relação à pesquisa quanto ao nível assistencial. A compreensão dos avanços nos diversos campos abrangidos pelas neurociências e a própria interpretação dos exames de ressonância magnética do encéfalo atualmente rotineiros passaram, evidentemente, a requerer um maior conhecimento neuroanatômico, que no caso da psiquiatria e das suas áreas afins diz respeito às estruturas neurais relacionadas com o comportamento. (RIBAS, 2007, p. 64)

3.3.1 - Uma pequena história sobre a evolução das espécies

Assim como outros pesquisadores, Antonio R. Damásio (2011, p. 48-49), renomado neurocientista que pesquisa o cérebro e as emoções humanas também considera a teoria da evolução nos estudos sobre o comportamento. Ele acredita que a evolução possibilitou o desenvolvimento de diferentes tipos de cérebro e que comportamentos eficientes e adaptativos podem emanar até mesmo de seres vivos sem cérebro algum, como é o caso dos seres unicelulares "que apresentam um comportamento aparentemente inteligente e deliberado", ou em seres, cujos cérebros parecem não possuir mente ou consciência. Todavia a natureza privilegiou o cérebro humano com o desenvolvimento de mecanismos que vão além da necessidade de sobrevivência da espécie. Os seres humanos são capazes de criar a música, a pintura, a literatura. São capazes de amar, de falar, de ler e escrever sua história ao longo do tempo e de promover sua cultura. "Sem a consciência - isto é, sem uma mente dotada de subjetividade -, você não teria como saber que existe, quanto mais saber quem você é e o que pensa". (DAMÁSIO, 2011, p. 16).

Para chegar ao cérebro consciente e descobrir seus fundamentos, Damásio remonta a história da evolução, desde o surgimento do ancestral de todos os organismos, há 3,8 bilhões de anos atrás, até cérebros tão bem desenvolvidos como é o caso do cérebro humano.

Cerca de 2 bilhões de anos depois, quando colônias bem-sucedidas de bactérias individuais deviam parecer as donas do planeta, chegou a vez dos organismos unicelulares dotados de núcleo. As bactérias também eram organismos individuais, mas seu DNA não se aglutinara em um núcleo. Os organismos unicelulares com núcleo eram um degrau acima. Essas formas de vida são conhecidas tecnicamente como células eucarióticas. (DAMÁSIO, 2011, p. 50).

A formação das células eucarióticas se deu por intermédio da união de bactérias "que deixaram sua condição independente e se tornaram parte de um novo e conveniente agregado. Certo tipo de bactéria originou as mitocôndrias; outro tipo, como as espiroquetas, contribuiu com o citoesqueleto e com os cílios para aquelas que gostavam de nadar, e assim por diante". Estrategicamente, ao longo da evolução os organismos multicelulares foram montados "agregando bilhões de células para constituir tecidos, reunindo diferentes tipos de tecido para constituir órgãos e ligando diferentes órgãos para formar sistemas".

Diferente das células dos organismos unicelulares, que precisam sobreviver por conta própria, os multicelulares vivem em sociedade, tendo cada parte sua função. "O governo de um organismo multicelular é altamente descentralizado, embora possua centros de liderança

com poderes avançados de análise e decisão, como o sistema endócrino e o cérebro". (DAMÁSIO, 2011, p. 51-52).

Um sistema de controle automático - o metabolismo de células e órgãos, a respiração, a digestão de alimentos, temperatura etc. - regula esse tipo de organismo, permitindo seu funcionamento e garantindo sua sobrevivência mesmo sob a forte influência do meio externo (LENT, 501). O processo de obtenção desse estado equilibrado é conhecido como homeostase³³.

Conforme nos aponta Damásio (2011, p. 53), a mesma determinação vista em seres humanos com mente consciente de se manter vivo por todo o tempo, também pode ser encontrada nos genes que regem os organismos unicelulares.

Desprovido de conhecimento consciente, sem acesso aos intrincados mecanismos de deliberação disponíveis a nosso cérebro, o organismo unicelular parece ter uma atitude: quer viver tanto quanto sua dotação genética lhe permite. Por mais que nos cause estranheza, esse ímpeto, com tudo o que é necessário para implementá-lo, *precede* o conhecimento explícito e a deliberação sobre as condições de vida, uma vez que o organismo claramente não os possui. O núcleo e citoplasma interagem e executam complexas computações voltadas para a manutenção da vida da célula [...] Obviamente, os componentes da célula responsáveis por esses ajustes adaptativos são dispostos e instruídos pelo material genético da célula.

Em organismos multicelulares, a sobrevivência do ser é garantida graças à comunicação e interação de partes do organismo, as quais promovem os rearranjos necessários às adaptações exigidas pelo ambiente.

3.3.2 - O sistema nervoso e os neurônios

O sistema nervoso corresponde a "veloz rede eletroquímica de comunicação do corpo, que consiste em todas as células nervosas dos sistemas nervosos periféricos e central". (MYERS, 2015, p. 575).

Tal sistema "é um conjunto de células que se tocam através de finos prolongamentos, formando trilhões de complexos circuitos intercomunicantes". (LENT, 2010, p. 5).

³³ Homeostase: uma tendência a manter um estado interno equilibrado ou constante; a regulação de qualquer aspecto da química corporal, como a glicose no sangue, em um nível específico. (MYERS, 2015, p. 570).

Figura 1. O sistema nervoso central do homem aloja a imensa maioria dos neurônios, e está contido no interior da caixa craniana (o encéfalo) e da coluna vertebral (a medula espinhal). Já o sistema nervoso periférico é constituído de uma menor proporção de neurônios, mas apresenta uma extensa rede de fibras nervosas espalhadas por quase todos os órgãos e tecidos do organismo. No desenho, apenas a metade esquerda foi representada. (LENT, 2010, p. 7)

3.3.3 - O cérebro e os neurônios

Seu cérebro é formado de células chamadas neurônios e glia, - centenas de bilhões delas. Cada uma das células é complicada como uma cidade. Cada uma delas contém todo o genoma humano e por elas transitam bilhões de moléculas numa economia complexa... O órgão de um quilo e trezentos em seu crânio - com sua consistência rosada de gelatina - é um tipo estranho de material computacional. É composto de peças miniaturizadas que se autoconfiguram e ultrapassa em larga medida qualquer coisa com que sonharíamos construir. (EAGLEMAN, 2012, pg. 9-10).

O cérebro, objeto de nosso estudo, faz parte do sistema nervoso central, sendo constituído por diversas células denominadas de neurônios e glia.

Os neurônios são as principais células cerebrais, sendo apoiados por células gliais, as quais também lhes fornecem partes dos nutrientes. "Os neurônios não podem sobreviver sem as células gliais, mas tudo indica que eles são a unidade cerebral fundamental para o comportamento e a mente". (DAMÁSIO, 2011, p. 366)

Segundo Damásio (2011, p. 56), em cérebros mais modestos, os neurônios assistem outras células do corpo, recebendo sinais dessas células e "promovendo a liberação de moléculas químicas... ou possibilitando a ocorrência de movimentos". Mas, em seres cujos cérebros são mais elaborados, os neurônios conseguem mapear, fazendo uma representação do estado interno e externo do corpo dentro do cérebro.

Os neurônios não são essenciais para o processo básico da vida, como demonstram facilmente todos os outros seres desprovidos deles. Mas, em seres complexos com muitas células, os neurônios assistem o corpo multicelular como um todo na gestão da vida. Esse é o propósito dos neurônios e o propósito do cérebro que eles constituem.

Sem entrarmos nos detalhes químicos e físicos da comunicação, podemos dizer que os neurônios fazem as transmissões necessárias por intermédio de axônios - a principal fibra de saída de sinais - e dos dendritos - fibras de entrada de sinais - interligando-se uns aos outros em uma área fronteira denominada sinapse. (DAMÁSIO, 2011, p. 367). A informação de um neurônio é transmitida para outro por meio de liberação de pequenas moléculas, chamadas neurotransmissores, as quais influenciam, entre outras coisas, em nossos movimentos e nossas emoções. Os neurônios não se tocam. A transmissão é efetuada dentro de uma pequena fenda - sináptica - existente entre as membranas dos neurônios.

Figura 2 - Comunicação entre neurônios

Figura 3 - Sinapses entre neurônios

Os bilhões de neurônios existentes no cérebro fazem trilhões de conexões entre si, sendo que tais conexões obedecem a determinados padrões de ligação, ou seja, um neurônio não se conecta com outro sem que haja uma função para isso. Todavia, apesar de nossos genes carregarem certos padrões de conexão, esses diagramas já sofrem influências de vários fatores ambientais dentro do útero materno. Essas alterações de padrão de conexão tendem a aumentar, na medida em que experiências individuais em ambientes únicos e atividades

diárias influenciam no fortalecimento, enfraquecimento ou até mesmo na anulação de certas conexões, graças à plasticidade³⁴ de nosso cérebro.

Damásio (2011, p. 58) também analisa a origem dos neurônios na história da evolução. Segundo o neurocientista, "é provável que os neurônios sejam originários de células eucarióticas que comumente mudavam de forma e produziam extensões tubulares de seu corpo conforme se moviam, sondando seu ambiente, incorporando alimentos, tratando da vida". Dessa forma, embora se verifique o funcionamento dos neurônios de forma diferente das demais células, não podemos descuidar de que os mesmos tivessem mantido "um parentesco próximo com outras células do corpo".

O cérebro humano tem sua composição e a posição de seus componentes de forma semelhante em todos os seres humanos. Entretanto, cada cérebro é único. (DAMÁSIO, 2011, p. 363).

Conforme pode ser visto nas figuras abaixo, o cérebro humano é composto por áreas específicas, responsáveis pelo processamento de algumas informações. A figura 4 refere-se a funções cerebrais e suas localizações. Foram obtidas em experimentos realizados em animais e posteriormente confirmadas em seres humanos por meio do estudo de lesões e das técnicas de imagem funcional. A figura 5 mostra áreas do cérebro humano e funções correlatas.

Figura 4 - Funções cerebrais (LENT, 2010, p. 29)

³⁴ Plasticidade: é a habilidade do cérebro de mudar, especialmente durante a infância, reorganizando-se após uma lesão ou construindo novas vias baseadas na experiência. (MYERS, 2015, p. 573).

Figura 5 - Áreas do cérebro

Até aqui verificamos a fisiologia do nosso cérebro e sua constituição numa perspectiva evolucionista. No próximo item, vamos verificar como o cérebro cria representações do mundo que nos cerca e como interage com os diversos sistemas de nosso organismo, ou seja, como o cérebro produz a mente.

3.4 - A mente

3.4.1 - Definições

Conforme dito anteriormente, a mente humana tem atraído a atenção de diversos estudiosos na atualidade, mas a história da Psicologia mostra que nem sempre ela esteve presente na análise do comportamento humano.

Joseph LeDoux (2001, p. 36-37), autoridade reconhecida internacionalmente no campo da ciência neurológica, acompanha a concepção da *mente* ao longo de nossa existência. Segundo o neurocientista, para os gregos a *mente* era dotada de "aspectos conhecidos e desconhecidos". Para Descartes tratava-se apenas daquilo "de que temos consciência, igualando mente e consciência". Sendo a consciência algo que somente os humanos possuem, "outros animais passaram a ser vistos como criaturas desprovidas de mente". Freud restabeleceu "o elo mental entre os animais e seres humanos" ao considerar também o inconsciente como ocupante da mente e como "a sede dos instintos e emoções primitivas". O conceito de *mente* foi rejeitado por completo pelos behavioristas, visto que em seus estudos o que realmente importava eram os "fatos observáveis - os comportamentos objetivamente

mensuráveis -" e a "consciência, subjetiva e não observável (exceto pela introspecção), não poderia ser analisada cientificamente". A ciência cognitiva resgatou o conceito grego de *mente* como "razão e lógica", sobretudo com o advento dos computadores eletrônicos, quando a mente passou a ser vista como um mecanismo de processamento de informações. E como as leis da lógica estavam intimamente relacionadas com a linguagem, a ideia de mente em animais que não possuíam tal aptidão não era bem aceita.

Procurando fazer uma analogia entre o cérebro humano e o funcionamento de computadores, Pinker (1998, p. 32) define a *mente* como sendo o resultado daquilo que o cérebro faz.

A mente é o que o cérebro faz; especificamente, o cérebro processa informações, e pensar é um tipo de computação. A mente é organizada em módulos ou órgãos mentais, cada qual com um design especializado que faz desse módulo um perito em uma área de interação com o mundo.

Já Damásio (2011, p. 95-96) nos permite compreender a mente como "uma sequência espetacular de mapeamento incessante e dinâmico no cérebro".

3.4.2 - Como o cérebro cria a mente

Vinte e quatro horas por dia, seu corpo é bombardeado por todo tipo de estímulo exterior. Enquanto isso, em um mundo interior silencioso e aconchegante, o cérebro flutua em absoluta escuridão. Por si só, ele não vê nada. Não ouve nada. Não sente nada. *Então, como o mundo lá fora entra?* (MYERS, 2015, p. 173).

Damásio considera que, para além da gestão da vida, o que diferencia o cérebro humano é sua habilidade de criar mapas. Esses mapas são "padrões" ou "imagens" conhecidos por nós como visões, sons, sensações táteis, cheiros, gostos, dores, prazeres etc. e sobre eles raciocinar. "O cérebro humano mapeia qualquer objeto que esteja fora dele, qualquer ação que ocorra fora dele e todas as relações que os objetos e as ações assumem no tempo e no espaço". Além de formar uma imagem ou representação das coisas exteriores ao nosso corpo - pessoas, animais, lugares, temperaturas do ambiente, texturas de objetos, sons altos e baixos, sabores, entre outros - nosso cérebro também forma representações do corpo propriamente dito, desde a pele até as vísceras.

Em outras palavras, o cérebro tem a capacidade de representar aspectos da estrutura de coisas e eventos não pertencentes ao cérebro, o que inclui as ações executadas por nosso organismo e seus componentes, como membros, partes do aparelho fonador etc. Como exatamente ocorre esse mapeamento é difícil de explicar. Não se trata de mera cópia, de uma transferência passiva do que está fora do cérebro para seu interior. A montagem conjurada pelos sentidos envolve uma contribuição ativa vinda de dentro do cérebro,

disponível desde cedo no desenvolvimento, e a ideia de que o cérebro é uma tábula rasa já perdeu credibilidade há um bom tempo. (DAMÁSIO, 2011, p. 88-89).

Os mapas cerebrais, que se desenvolvem a partir dos estímulos captados pelos nossos receptores sensoriais, vão ativando partes do cérebro até que o mesmo consiga formar a "imagem" daquilo que foi captado.

Quando olhamos para um objeto - uma cruz, por exemplo -, partículas de luz (fótons) atingem nossa retina e a distribuição dessa atividade, - partículas ativadas e desativadas - que caracterizam esse padrão (a cruz), ativam determinados neurônios, formando um mapa neural. A partir daí, outros mapas se formam em níveis subsequentes do sistema nervoso, até que se atinjam outras áreas do cérebro e o mesmo interprete o objeto como sendo uma cruz. (DAMÁSIO, 2011, p. 92). Se o receptor já aprendeu que aquele determinado estímulo corresponde a esse padrão, tal informação estará armazenada na memória e ele o reconhecerá, por intermédio da evocação ou resgate da mesma na memória. Caso contrário, o cérebro processará o novo aprendizado.

Os mapas cerebrais "são resultado da atividade momentânea de alguns neurônios e da inatividade de outros". Eles não são estáticos. Mudam constantemente na medida em que tanto os objetos quanto nós mesmos nos movimentamos, numa contínua interação, e nosso cérebro mapeia todos os estímulos captados pelos nossos receptores sensoriais. (Damásio, 2011, p. 91).

O mapeamento de estímulos auditivos, por exemplo, "começa na orelha, em uma estrutura equivalente a retina: a cóclea, localizada na orelha interna, uma de cada lado". De lá, segue por uma sequência de caminhos, ativando células e neurônios até chegar a partes do cérebro onde o som é identificado. "Ouvimos uma orquestra tocar ou a voz de um cantor quando neurônios ao longo da cadeia auditiva se tornam ativos e quando a disposição cortical final distribui espacialmente todas as ricas subestruturas sonoras que chegam a nossos ouvidos". (DAMÁSIO, 2011, p. 94).

Outro exemplo dado por Damásio (2011, p. 96), refere-se à questão da linguagem escrita. Segundo o neurocientista,

[...] as palavras escritas que o leitor vê impressas são de início processadas em seu cérebro como imagens verbais (imagens visuais de linguagem escrita) antes que sua ação no cérebro desencadeie a evocação de outras imagens, de um tipo *não verbal*. Os tipos de imagens não verbais são aqueles que nos ajudam a exibir mentalmente os conceitos que correspondem às palavras.

Conforme dito anteriormente, para Damásio (2011, p. 95-96) a produção da mente é dada a partir de "uma sequência espetacular de mapeamento incessante e dinâmico no

cérebro", resultantes da interação do corpo com todas as coisas dentro e fora dele, traduzidas como "imagens concretas e abstratas, em curso ou previamente gravadas na memória".

3.4.3 - *Mente consciente e inconsciência*

Milhões de informações [...] se apresentam aos meus sentidos, que nunca entraram propriamente na minha experiência. Por quê? Porque elas não têm nenhum interesse para mim. Minha experiência é aquela na qual eu consisto em prestar atenção. [...] Todo mundo sabe o que é a atenção. É a tomada de posse pela mente, de forma clara e vívida, de um entre os muitos objetos ou cadeias de pensamento simultaneamente possíveis. A focalização, a concentração da consciência, fazem parte da sua essência. Ela implica o afastamento de algumas coisas de modo a que se possa lidar efetivamente com outras. (KANDEL, 2009, p. 340).

Durante o tempo inteiro e ao mesmo tempo somos bombardeados por uma série de estímulos, quer sejam visuais, auditivos, táteis etc., numa constante interação física entre objetos e nosso corpo, e várias são as mudanças no corpo e no cérebro durante essa interação.

Os padrões neurais são formados transitoriamente nas diversas regiões sensoriais e motoras do cérebro que normalmente recebem sinais provenientes de regiões específicas do corpo. A montagem dos padrões neurais transitórios é feita a partir de uma seleção de circuitos neuronais recrutados pela interação. Podemos conceber esses circuitos neuronais como tijolos preexistentes no cérebro para serem usados na construção das imagens. (DAMÁSIO, 2011, p. 98).

O sistema de gestão da vida está em constante alerta acerca dos perigos que a colocam em risco e recruta nossa atenção sempre que detecta uma possível ameaça, além de recrutar nossa atenção para novos aprendizados. No caso dos seres humanos, cujo cérebro é mais desenvolvido, "a consciência nos permite experienciar os mapas (gerados pelo cérebro) como imagens, manipular essas imagens e aplicar sobre elas o raciocínio". (DAMÁSIO, 2011, p. 87-88).

O conceito de consciência também passou por algumas variações, assim como ocorreu com a mente. Conforme apontamentos de Myers (2015, p. 66),

Para a maioria dos psicólogos atuais, consciência é nossa percepção de nós mesmos e do ambiente à nossa volta. Nosso foco de percepção nos permite reunir informações de variadas fontes ao refletirmos sobre o passado e planejarmos o futuro. E mantém nossa atenção concentrada quando aprendemos um conceito ou comportamento complexo - digamos, dirigir um carro -, tornando-nos cientes do veículo e do tráfego. Com a prática, dirigir deixa de exigir atenção exclusiva, liberando-nos para direcioná-la a outros pontos.

Os neurocientistas cognitivos evidenciaram a existência daquilo que chamam de *processamento dual* (dual processing): o princípio de que a informação é frequentemente processada de maneira simultânea em vias separadas, consciente e inconsciente. Isso implica em dizer que não temos consciência da maior parte das operações realizadas pelo nosso cérebro. "A percepção, a memória, o pensamento, a linguagem e as atitudes, todos operam em dois níveis - uma entrada principal consciente, deliberada, e uma 'via subterrânea' inconsciente, automática". (Myers, 2015, p. 67).

Embora estejamos inclinados a acreditar que somos responsáveis pelas nossas escolhas, estudos realizados com o auxílio de imagens de Ressonância Magnética funcional (RMf) mostraram que "a consciência às vezes chega atrasada para a pessoa que toma a decisão". Imagens de RMf do cérebro realizadas em um experimento, onde os participantes deveriam pressionar o botão com o dedo esquerdo ou direito, "permitiram aos pesquisadores prever - com 60% de precisão e com 7 segundos de antecedência - a decisão dos participantes". (MYERS, 2015, p. 68). "Nosso cérebro funciona principalmente no piloto automático, e a mente consciente tem pouco acesso à fábrica gigantesca e misteriosa que funciona por baixo dela". (EAGLEMAN, 2012, p. 13). Podemos tomar como exemplo quando estamos dirigindo e nos deparamos com outro carro numa possível ameaça de colisão. Antes que tenhamos uma percepção consciente do fato, nosso pé já seguiu para o freio, na tentativa de evitar o acidente. Isso prova que é bom não termos consciência de todos esses processos, pois seríamos incapazes de sobreviver com uma concentração intencional a tudo que nos rodeia.

Segundo Myers (2015, p. 68) "por meio da atenção seletiva, sua atenção consciente focaliza, como um feixe de luz, apenas um aspecto muito limitado de tudo aquilo que você vivencia". Isso significa dizer que dos 11 milhões de bits de informação por segundo, captados pelos nossos cinco sentidos, apenas 40 bits são processados conscientemente. "Ainda assim, a via inconsciente da mente faz por intuição grande uso dos outros 10.999.960 bits".

A busca por compreender as funções mentais como processos que poderiam ser reproduzidos por computador, possibilitou aos cientistas cognitivos evidenciar que os resultados conscientes de determinadas operações, como a fala, eram produzidos pela ação inconsciente das engrenagens mentais. "Não planejamos conscientemente a estrutura gramatical das sentenças proferidas", mas conseguimos nos expressar de maneira tal que sejamos entendidos. Para designar esses processos inconscientes, o psicólogo John Kihlstrom (apud LeDoux) cunhou a expressão "inconsciente cognitivo".

Esses processos estão presentes em diferentes graus de complexidade mental, desde a análise contínua das características físicas dos estímulos, realizada por nossos sistemas sensoriais, até a recordação de fatos passados, a expressão gramaticalmente correta, a imaginação de objetos que não estão presentes, a tomada de decisões e muito mais. (LEDOUX, 2001, p. 27-29).

"O inconsciente cognitivo também é o responsável por complexas avaliações das origens mentais de crenças e atitudes". Exemplo disso foi o resultado de experimentos realizados por Richard Nisbett e Timothy Wilson (apud LeDoux, 2001, p. 29-30), entre outros, com sujeitos do sexo feminino, os quais foram incumbidos de escolher, dentre as meias dispostas numa mesa, aquelas que mais lhes agradavam. Entretanto, as participantes do experimento não foram informadas de que as meias eram todas iguais. Quando questionadas sobre suas escolhas, elas deram diversas justificativas - tais como textura e delicadeza das meias -, o que levou os cientistas a concluírem que "quando não há estímulos evidentes e plausíveis, as pessoas criam razões e acreditam nelas", com base em "convenções sociais ou de concepções sobre o modo como as coisas costumam ser em tais situações, ou ainda de simples suposições".

Experimentos com pacientes de cérebro seccionado realizados por Michael Gazzaniga e por LeDoux (2001, p. 30-31), levaram-nos às mesmas conclusões resultantes das experiências de Nisbett e Wilson, ou seja,

[...] as pessoas costumam ter todos os tipos de atitude, mas sem terem consciência das razões (visto que o comportamento é produzido por sistemas cerebrais de atividade inconsciente) e que **uma das principais tarefas da consciência é fazer de nossa vida uma história coerente, um autoconceito**. Isso é feito produzindo explicações para o comportamento com base em nossa auto-imagem, em lembranças do passado, em expectativas futuras, na situação social presente e no meio ambiente físico em que se produz o comportamento [...] Embora muita coisa ainda seja desconhecida no que diz respeito ao inconsciente cognitivo, parece claro que grande parte da vida mental acontece fora dos limites da percepção consciente. Podemos ter acesso introspectivo ao resultado do processamento (na forma de conteúdo consciente), mas nem todo processamento dá origem a um conteúdo consciente. **Não obstante, o processamento de estímulos que não ganha a percepção na forma de conteúdo consciente pode ser armazenado irrestrita ou inconscientemente e mais tarde passa a exercer influência significativa sobre o pensamento e o comportamento**. Além disso, é bom ressaltar que as informações podem ser simultaneamente processadas em separado por sistemas que produzam ou não conteúdos conscientes, produzindo a representação consciente em alguns sistemas e inconsciente em outros. (LEDOUX, 2001, p. 30-31, negrito nosso).

3.5 - Sensação e Percepção

Nossa percepção³⁵, ou processo de organização e interpretação do mundo que nos cerca, sofre influência não apenas de nossa genética, visto que já nascemos equipados para processarmos informações sensoriais, mas também pelas nossas experiências e aprendizagens e pelas nossas emoções. Temos, então, que nossa percepção é alimentada por sensação³⁶, cognição e emoção.

Conforme Myers (2015, p. 174), construímos nossas percepções tanto com base em nossas sensações (processamento bottom-up ou de baixo para cima até o nosso cérebro), quanto com base em nossas experiências, expectativas e pelos efeitos culturais e contextuais adquiridos (processamento top-down ou de cima para baixo).

Em suas análises, psicólogos da Gestalt³⁷ verificaram que nosso cérebro organiza fragmentos de dados sensoriais em formas significativas, filtrando informações sensoriais e inferindo percepções de maneira que nos façam sentido. Conforme dito anteriormente "a experiência esculpe o que a natureza concedeu. Por meio da experiência, formamos conceitos, ou *esquemas*, que organizam e interpretam informações não familiares". Portanto, parte de nossa percepção é inata e parte aprendida. Ainda segundo Myers (2015, p. 208-209), "crer é ver" e uma vez que tenhamos formado uma ideia errônea acerca da realidade, nossa capacidade em enxergar a verdade torna-se comprometida. "Nossas experiências, suposições e expectativas podem nos proporcionar um conjunto perceptivo³⁸, ou predisposição mental, que influencia em grande medida (de cima para baixo / *top-down*) o que percebemos". Como um dos exemplos oferecidos pelo cotidiano, Myers cita a publicação em um jornal britânico, onde fotografias, segundo o periódico, afirmavam ser de um "monstro" no Lago Ness. As informações e imagens veiculadas pelo jornal gerou nas pessoas submetidas a elas um conjunto perceptivo que também as fizeram crer se tratar de um monstro. Entretanto, quando as fotografias foram analisadas por Steuart Campbell (1986 - apud Myers, 2015, p. 208) sob

³⁵ Percepção: o processo de organização e interpretação das informações sensoriais, habilitando-nos a reconhecer objetos e eventos significativos. (MYERS, 2015, p. 573).

³⁶ Sensação: o processo pelo qual nossos receptores sensoriais e o sistema nervoso recebem e representam energias de estímulos do ambiente. (MYERS, 2015, p. 575).

³⁷ GESTALT: um todo organizado. No início do século XX, um grupo de psicólogos alemães observou que, ao receber um amontoado de sensações, a tendência das pessoas é de organizá-las em uma gestalt, palavra alemã que significa "forma" ou "todo". Os psicólogos da Gestalt enfatizavam nossa tendência a integrar partes de informações em um todo significativo. (MYERS, 2015, p. 199).

³⁸ Conjunto perceptivo: uma predisposição mental para perceber uma coisa e não outra. (MYERS, 2015, p. 208).

um conjunto perceptivo diferente, o que se observou foi um tronco de árvore virado, assim como fizeram outras pessoas não submetidas àquelas informações.

Como exemplo de efeitos culturais e contextuais, Myers nos permite verificá-lo em um estudo, adaptado de Gregory & Gombrich (1973, apud Myers 2015, p. 211), onde quase todos os africanos orientais, submetidos a uma imagem (fig. 6) disseram ver uma mulher equilibrando uma caixa ou lata de metal na cabeça e que a família estava sentada sob a copa de uma árvore. A mesma figura foi percebida por africanos ocidentais, para quem formatos angulares e cúbicos na arquitetura são comuns, como sendo de uma família em ambiente fechado, com a mulher sentada sob uma janela.

Figura 6 - Efeitos culturais e contextuais na percepção (MYERS, 2012, p. 211)

Nossa percepção é alimentada por influências vindas de nossos sistemas sensorial, cognitivo e emocional. O cérebro não possui um sistema dedicado a "percepção". Essa palavra descreve o que acontece em uma série de sistemas neurais específicos, assim como acontece com as diversas formas de emoção, as quais são "mediadas por sistemas neurais distintos, cuja evolução obedeceu a diferentes razões". (LEDOUX, 2001, p. 16).

3.6 - Cognição e Emoção

A ciência cognitiva vê a mente como um computador e, tradicionalmente, tem-se mostrado mais interessada em como as pessoas e as máquinas solucionam problemas lógicos ou jogam xadrez do que as razões que nos fazem às vezes felizes, outras vezes tristes. (LEDOUX, 2001, p. 20).

Conforme visto anteriormente, a cognição e a emoção também interferem no nosso processo de organização e interpretação das informações sensoriais, ou seja, na percepção que temos de objetos e acontecimentos à nossa volta, sendo parte dela inata e parte aprendida.

Cognição e emoção caminham lado a lado como parceiros mentais, interferindo em nossas tomadas de decisões e em nossos comportamentos, quer sejam conscientes ou inconscientes. Isso foi ficando claro na medida em que se verificou que nem todas as tomadas de decisões são realmente racionais. Segundo o economista Robert Frank (apud LeDoux, 2001, p. 33) "[m]uitas atitudes são tomadas deliberadamente e com pleno conhecimento de suas consequências, e, no entanto *são* irracionais. Se fossem evitadas, as pessoas estariam em melhor situação, e elas sabem disso". Por outro lado, as emoções em si não são necessariamente irracionais. Nesse sentido, não haveria irracionalidade em reagir ao perigo se considerarmos a teoria evolucionista sobre nossa espécie. (LEDOUX, 2001, p. 34).

A abordagem evolucionista sobre nossa composição biológica é importante para entendermos nossas emoções, pois, conforme nos aponta LeDoux, a teoria da evolução de Darwin possibilita aos cientistas acreditarem na continuidade da estrutura biológica (e psicológica) do homem e de outros animais. Por isso, pesquisadores se dedicam ao estudo de outras espécies na esperança de chegarem a importantes conclusões sobre o cérebro humano e suas funções. LeDoux (2001, p. 12) caracteriza as emoções como "funções biológicas do sistema nervoso", que também passaram por um processo de evolutivo.

A cognição normalmente é associada à lógica, ao pensamento, ao raciocínio e ao intelecto. Já a emoção é considerada mais ilógica e relacionada a sentimentos. Segundo o neurocientista "[d]esde a época dos antigos gregos, os seres humanos demonstraram uma tendência a separar razão e paixão, pensamento e sentimento, cognição e emoção." Entretanto, "a mente não existe sem a emoção." (LEDOUX, 2001, p. 23-24).

A ciência cognitiva aborda o lado do cérebro ligado aos elementos da razão. Esse ramo do conhecimento

[...] busca entender de que maneira adquirimos o conhecimento do mundo que nos cerca e dele fazemos uso para aí vivermos. Indaga de que maneira reconhecemos determinado padrão de estímulo visual que atinge a retina como um objeto específico, por exemplo, uma maçã, de que maneira determinamos a cor da maçã e como avaliamos, dentre duas maçãs, qual é a maior, como controlamos nosso braço e nossa mão quando pegamos uma maçã que cai de uma árvore, como lembramos onde ou com quem estávamos na última vez que comemos a maçã, como imaginamos uma maçã mesmo sem vê-la, como contamos ou entendemos a história de uma maçã que caiu da árvore ou como concebemos uma teoria que explica por que uma maçã caindo da árvore vai em direção à terra e não ao céu. (LEDOUX, 2001, p. 23).

Ao contrário da cognição - que nos permite decidir como reagir em determinadas situações -, a maioria das emoções envolvem reações físicas e automáticas, onde o cérebro nem sempre funciona independentemente do corpo. Conforme propôs William James (apud LeDoux, 2001, p. 37-40), "as emoções são acompanhadas de reações corporais (coração acelerado, contração do estômago, palmas das mãos suadas, músculos tensos e assim por diante) e nós podemos sentir tanto o que está acontecendo no interior de nosso corpo como no mundo externo".

LeDoux (2001, p. 63) considera que emoção e cognição são funções mentais interativas, porém distintas, "mediadas por sistemas cerebrais interativos mas distintos". Mesmo que uma pessoa perca a capacidade de avaliar o significado emocional de certos estímulos, provocada por danos em determinada região do cérebro, ela consegue percebê-los como objeto, pois a representação perceptual de um objeto e a avaliação de seu significado são processados em separado pelo cérebro.

O cérebro também consegue saber se algo é bom ou ruim antes mesmo de saber do que se trata exatamente, visto que o sentido emocional de um estímulo pode começar a ser avaliado pelo cérebro antes que os sistemas de percepção tenham processado inteiramente o estímulo. Os mecanismos de memória - registro, armazenagem e recuperação - do significado dos estímulos são diferentes daqueles que processam a memória cognitiva dos mesmos.

Outra diferença entre os sistemas cognitivos e emocionais é que uma vez que os sistemas emocionais realizam uma avaliação, as reações ocorrem automaticamente, ao contrário da cognição, que nos dá a possibilidade de escolha.

Damásio, que estuda a base neurológica das emoções e seu papel central no armazenamento de informações e no processo de tomada de decisões, explica que podemos entender as emoções como:

[...] programas e *ações* complexos e em grande medida automatizados, engendrados pela evolução. As ações são complementadas por um programa *cognitivo* que inclui certas ideias e modos de cognição, mas o mundo das emoções é, sobretudo, feito de ações executadas no nosso corpo, desde expressões faciais e posturas até mudanças nas vísceras e meio interno. (DAMÁSIO, 2011, p. 142).

A cientista e estudiosa da doença de Alzheimer, Tânia Araujo Viel³⁹ considera que as emoções

³⁹ Contribuição fornecida por Viel durante reunião de qualificação desse projeto, São Paulo, 2015.

[...] são determinadas pelo estado de espírito associado à liberação de neurotransmissores e modulação hormonal. A maneira como uma pessoa interpreta informações relacionadas a um evento histórico, por exemplo, depende de suas próprias histórias. Biologicamente somos todos iguais, temos as mesmas moléculas. Mas entendemos de maneiras diferentes por causa das nossas próprias experiências. As emoções permeiam isso. Elas tanto podem reforçar, consolidando essas informações, como simplesmente apagar. Pelos dois lados. Então tudo vai depender do tipo de emoção que será recrutada no momento em que você recebe o estímulo, ou no qual você vê na propaganda (informação verbal).

Para LeDoux (2001, p. 12-13) as emoções são "funções biológicas do sistema nervoso... alcançada[s] pela evolução e registrada[s] pelo cérebro" e a palavra "emoção" não é "algo que a mente ou o cérebro realmente possua ou faça". É somente um rótulo para falar sobre aspectos do cérebro e sua mente. Suas diversas formas são mediadas por sistemas neurais distintos, cuja evolução obedeceu a diferentes razões. Conforme o neurocientista, "não existe a faculdade da 'emoção', e tampouco existe um único sistema cerebral encarregado dessa função fantasma". Os sistemas envolvidos para nos defender de possíveis ameaças, são diferentes daqueles que promovem a procriação de nossa espécie. (LEDOUX, 2001, p. 15-16). Ainda segundo ele (2001, p. 93), "as emoções constituem funções que têm sua participação na sobrevivência e cada uma delas pode requerer os diferentes sistemas cerebrais, cuja evolução obedeceu a diferentes razões".

[...] os sistemas cerebrais geradores de atitudes emocionais mantêm-se fundamentalmente preservados ao longo dos vários níveis de história evolutiva. Todos os animais, inclusive seres humanos, precisam satisfazer certas condições para sobreviver no mundo e cumprir seus imperativos biológicos, de modo a transmitirem seus genes à prole. Devem no mínimo obter alimento e abrigo, proteger-se das agressões físicas e procriar. Isto é verdadeiro tanto para insetos e minhocas quanto para peixes, rãs, ratos e pessoas. Cada um desses diferentes grupos de animais possui sistemas neurais para o cumprimento dessas metas comportamentais. E nos grupos que apresentam espinha dorsal e cérebro (peixes, anfíbios, répteis, pássaros e mamíferos, inclusive seres humanos), a organização neural de determinados sistemas comportamentais e emocionais – como os sistemas subjacentes a reações de medo, sexo ou fome – parece ser bastante semelhante nas diferentes espécies. Isso não significa que para entendermos o que é ser humano, precisamos perceber em que somos semelhantes dos outros animais e em que somos diferentes. (LEDOUX, 2001, p. 16-17).

A constatação de semelhança da organização neural de determinados sistemas comportamentais e emocionais em diferentes espécies não significa que os animais citados acima possam manifestar reações emocionais conscientes. Isso porque a ausência de consciência é regra e não exceção na vida mental de todo o reino animal, o que significa que as reações emocionais, tipicamente, são produzidas de maneira inconsciente. Todavia, mesmo

os animais que não conseguem dar sentido ao estímulo recebido, ou seja, que não possuem consciência, desenvolvem mecanismos de defesa diante do perigo. Em seres humanos, que têm capacidade de percepção consciente, manifestam-se reações emocionais conscientes. (LEDOUX, 2001, p.17).

LeDoux nos mostra que, antes que tenhamos a sensação de medo, por exemplo, e a consequente reação geral ao perigo, há um estágio anterior, processado por um sistema que detecta o perigo em primeiro lugar, cuja atuação é inconsciente.

O sistema que detecta o perigo é o mecanismo fundamental do medo e as manifestações conscientes, fisiológicas e comportamentais constituem as reações superficiais orquestradas por esse sistema. Visto que o sistema mental gerador de reações emocionais em pessoas assemelha-se ao dos animais, a investigação de como o cérebro controla essas reações nos animais é fundamental para entender os mecanismos que deflagram reações emocionais nos seres humanos. (LEDOUX, 2001, p. 17-18).

Medo, raiva, felicidade, amor são sentimentos conscientes e "de certa forma não são diferentes de outros estados de consciência, como por exemplo, a percepção de que o objeto arredondado e avermelhado à sua frente é uma maçã". Quem inicia uma reação consciente é um processo inconsciente. Nosso controle sobre reações emocionais é muito pequeno, pois "experiências emocionais conscientes constituem apenas um dos aspectos, e não necessariamente a função principal dos sistemas que as produzem".

Em vista do controle limitado que exercemos sobre as emoções, elas podem invadir a consciência, porquanto a rede de circuitos do cérebro, no presente estágio de nossa história evolutiva, é tão abrangente que as conexões dos sistemas emocionais para os cognitivos são mais intensas do que as conexões dos sistemas cognitivos para os emocionais. O cérebro humano contém cerca de 10 bilhões de neurônios que se interligam de modos extremamente complexos. Embora as correntes elétricas internas e as trocas químicas entre essas células realizem certos feitos surpreendentes e complicados, a criação de nossas emoções destaca-se como uma das façanhas mais desconcertantes e espantosas. (LEDOUX, 2001, p. 18-21).

Cognição e emoção "parecem atuar inconscientemente, e apenas o resultado da atividade cognitiva ou emocional é percebido e adentra nossa mente consciente, mesmo assim, apenas em alguns casos". Podemos, por exemplo, reagir ao perigo antes mesmo de "sabermos" que ele está a caminho (LeDoux, 2001, p. 20-21), conforme demonstrado em nosso exemplo sobre acionarmos o freio do carro antes da nossa percepção consciente de um possível acidente.

O trabalho⁴⁰ de LeDoux, no qual nos baseamos, procura demonstrar como os estudos sobre a função cerebral nos permite entender nossas emoções, enquanto processo psicológico, de novos pontos de vista. Procuramos utilizar seus experimentos com o condicionamento do medo para entendermos os possíveis desencadeamentos das mensagens ipesianas em nossos sistemas emocionais.

3.6.1 - Os circuitos neurais do medo

Conforme dito anteriormente, grande parte do funcionamento emocional se dá de maneira inconsciente e assim como com a cognição, torna-se difícil vislumbrar os efeitos que causam as nossas emoções com o método de introspecção.

Segundo Myers (2015, p. 30), a fisiologia humana se parece com a de muitos animais. Por esse motivo, além da questão da ética em aplicação de experimentos em seres humanos e da possibilidade de interferência dos participantes nos resultados, psicólogos e neurocientistas utilizam animais em seus estudos. "Similarmente, os mesmos processos pelos quais os humanos veem, exibem emoções e se tornam obesos estão presentes em ratos e macacos".

LeDoux também necessitou realizar experimentos em cobaias de laboratório - mais precisamente em ratos -, para ampliar seu conhecimento sobre o cérebro emocional, visto que as técnicas disponíveis para o estudo do cérebro humano, na ocasião em que iniciou suas pesquisas, eram muito limitadas.

O medo tem expressões semelhantes em seres humanos e em outros animais: Talvez nem todas as formas de comportamento emocional possuam longa história evolutiva. A culpa e a vergonha, por exemplo, podem ser emoções especificamente humanas. Entretanto, o comportamento humano de defesa, como veremos, parece remontar ao distante passado evolutivo. Por conseguinte, estudando as reações de medo em animais, podemos clarificar os mecanismos do medo nos homens, inclusive o medo patológico. O que é fundamental, pois razões de éticas e práticas impossibilitariam o estudo aprofundado dos mecanismos cerebrais em seres humanos. (LEDOUX, 2001, p. 119).

Como exposto acima, nossos genes carregam certos padrões que determinam, por exemplo, nosso tipo de sistema nervoso, os mecanismos para que nosso cérebro crie a mente, bem como os tipos de funções corporais que ele pode controlar. Isso também é válido para os sistemas de comportamento emocional. Todavia, nossa maneira de agir, pensar e sentir são

⁴⁰ Joseph LeDoux. O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional, 2001.

únicos e vai depender de muitos outros fatores. O ser humano, como indivíduo, é influenciado pela vida em sociedade e o fato de pertencer a uma cultura também influencia o modo de pensar e sentir desse indivíduo. Segundo LeDoux (2001, p. 125), "algumas, talvez muitas, emoções possuem uma base biológica, mas os fatores sociais, isto é, cognitivos, são igualmente importantes" e nesse sentido o cientista buscou verificar qual a contribuição desses fatores, em especial "de que maneira o cérebro detecta e reage a estímulos que despertam as emoções, como se dá o aprendizado emocional e como se formam as lembranças emocionais, e de que maneira processos inconscientes dão origem a nossas emoções conscientes". (LEDOUX, 2001, p. 9).

Ao contrário dos que estudam algumas funções mentais, como a linguagem, onde teóricos da evolução avaliam como nossa espécie adquiriu essa capacidade, LeDoux (2001, p. 97) procurou analisar "de que maneira a evolução mantém, tenazmente, as funções emocionais da espécie, enquanto vai modificando muitas outras funções cerebrais e características físicas". Ele observa que todos os animais precisam fugir do perigo se quiserem sobreviver e o fato dos humanos terem características específicas, como a capacidade de compor poesia ou solucionar equações, não significa que agirá de maneira diferente quando estiver diante de algo que ameace inesperada e instantaneamente sua existência. Isso porque "o cérebro possui um mecanismo para detectar o perigo e ter uma reação imediata e adequada a este". Cada espécie está adaptada para ter um comportamento específico, "mas a função cerebral subjacente à reação é a mesma - proteção contra o perigo".

Outro legado de Darwin, mencionado por LeDoux (2001, p. 99), refere-se às semelhanças das expressões corporais encontradas nas diferentes espécies. Dentre os vários exemplos reunidos, Darwin salientou "como é comum entre animais de todas as espécies, inclusive seres humanos, urinar e defecar em situação de perigo extremo". Ficou igualmente impressionado com a semelhança das expressões corporais - sobretudo as faciais -, típicas das emoções, encontradas em todos os seres humanos de diferentes culturas. "Ele especulou que em tempos pré-históricos, antes de nossos ancestrais se comunicarem por palavras, sua habilidade de demonstrar ameaças, reconhecimento e submissão com expressões faciais os ajudava a sobreviver". (MYERS, 2015, p. 389).

Figura 7 - Expressões culturalmente universais. Da esquerda para direita, de cima para baixo: felicidade, surpresa, medo, tristeza, raiva e nojo. (MYERS, 2015, p. 389)

Vários estudiosos exploraram a existência de emoções básicas e inatas, considerando as expressões faciais universais, semelhantes nas culturas mais diferentes. Seguindo um caminho diferente, Jaak Panksepp (apud LeDoux, 2001, p. 102-103), revelou quatro padrões básicos de reação emocional em ratos, submetidos à estimulação elétrica em certas regiões do cérebro: pânico, raiva, expectativa e medo.

Com apoio nas teorias de Darwin, observou-se também que "determinadas funções básicas, necessárias à sobrevivência, vêm sendo conservadas ao longo da evolução". Mesmo que a forma física seja diferente e independente de como se dá - com duas pernas, quatro patas, nadadeiras ou asas - Plutchik (apud LeDoux, 2001, p. 110-111) explica que "existe uma equivalência funcional em todos os diferentes padrões de comportamento, qual seja, todos possuem em comum a função de afastar o organismo de uma ameaça à sobrevivência", ou seja, "os sistemas cerebrais envolvidos na mediação das funções são os mesmos nas diferentes espécies".

Ainda segundo LeDoux, nossas reações emocionais se desenvolveram por diferentes razões e diferentes sistemas cerebrais são responsáveis por funções tão variadas. Por essa razão, cada emoção deve ser estudada como uma unidade funcional distinta. "No nível neural, cada unidade emocional pode ser considerada como um conjunto de entrada, um mecanismo de avaliação e um conjunto de saídas".

LeDoux dedicou sua pesquisa ao sistema cerebral do medo que, na verdade, refere-se a sistemas de comportamento defensivo, programados pela evolução para enfrentar o perigo em situações rotineiras, sendo que seu funcionamento independe da nossa consciência -

inconsciente emocional. As interações entre o sistema de defesa para a vida e a consciência representam os fundamentos da sensação do medo.

Para estudar os mecanismos e isolar neurônios e conexões importantes para identificar e entender o comportamento do medo, LeDoux (2001, p. 129) utilizou experimentos denominados **condicionamento do medo**.

Se o cachorro do seu vizinho lhe der uma mordida, provavelmente você tomará o maior cuidado todas as vezes que passar pela sua casa. A casa e o quintal, bem como a visão e os sons da fera, tornaram-se estímulos emocionais para você, em vista da associação com o incidente desagradável. Isto é condicionamento do medo em ação. Ele transforma estímulos inexpressivos em sinais de alerta, pistas que indicam situações potencialmente perigosas com base em experiências do passado com situações parecidas.

Uma forma de realizar esse tipo de experimento é colocar um rato em uma pequena gaiola. Um som é emitido e na sequência é disparado um choque rápido e brando nos pés do animal. Depois de alguns disparos repetidos dessa sequência, o rato começa a mostrar seu medo sempre que ouve o som;

[...] imediatamente imobiliza-se e adota a postura característica de paralisia: agacha-se e permanece inerte, com exceção dos movimentos ritmados do tórax, necessários para a respiração... Essas e outras reações condicionadas expressam-se basicamente da mesma maneira em todos os ratos, e estão presentes também quando o roedor defronta-se com seu arquinimigo eterno, o gato, o que sugere fortemente que, como resultado do condicionamento do medo, o som ativa o sistema neural que controla as reações típicas do encontro com predadores e outros perigos naturais. (LEDOUX, 2001, p. 129-130).

A experiência acima é uma variação dos trabalhos realizados por Ivan Pavlov com condicionamento clássico. Na década de 1920, Pavlov percebeu que seus cães salivavam quando um sino tocava, caso esse som estivesse associado com o momento em que o cão recebia um pedaço de carne. Após um determinado tempo exposto a esses estímulos, o cão salivava diante do estímulo do som, mesmo antes de receber o pedaço de carne. Diante dessa constatação, Pavlov realizou experimentos em situações controladas de laboratório e, com base nessas observações, descreveu o mecanismo do condicionamento clássico, o qual considera que algumas respostas comportamentais são reflexos incondicionados, ou seja, são inatas em vez de aprendidas, enquanto que outras são reflexos condicionados, aprendidos por meio de associações com situações agradáveis ou aversivas simultâneas ou imediatamente posteriores. Mediante a repetição consistente dessas associações é possível criar ou remover respostas fisiológicas e psicológicas em seres humanos e animais. Pavlov, ainda, denominou a

carne de estímulo incondicionado (EI), o sino de estímulo condicionado (EC) e a salivação produzida pelo EC de reação condicionada (RC). (LEDOUX, 2001, p. 131).

Dessa forma, aplicando-se os termos acima e outros utilizados anteriormente por LeDoux em sua experiência, o som - *estímulo condicionado* - é denominado de *gatilho aprendido*, pois o rato necessitou associá-lo ao choque no pé - *estímulo incondicionado* -, após várias sequências. O gato, por sua vez, é considerado como um *gatilho natural*, pois causa uma reação instantânea de medo no rato. Já existe uma programação inata no cérebro dos ratos que não necessitam serem expostos anteriormente aos gatos para que as reações de medo ocorram. (LEDOUX, 2001, p. 131).

Assim como Pavlov, LeDoux (p. 132-133) salienta que além de rápido, o condicionamento do medo também é duradouro e dificilmente é esquecido. "O tempo não é suficiente para apagá-lo". A reação ao medo pode ser reduzida e até extinta se o EC for apresentado várias vezes sem o EI. Todavia isso não significa o fim da relação entre EC e EI. Uma vez constituída essa associação, as reações ao medo condicionado podem ser reestabelecidas nos mesmos moldes, ou reintegradas pela exposição dos animais ao EI ou a alguma outra situação de tensão. "A recuperação, restabelecimento e renovação espontâneos sugerem que a extinção não elimina a memória de que o EC outrora fora associado ao perigo, mas sim, reduz a probabilidade do EC produzir a reação do medo".

A experiência que LeDoux nos apresenta, permite que saibamos como um estímulo - nesse caso um estímulo auditivo-condicionado - entra no cérebro e trilha seus caminhos até chegar ao seu destino final, ou seja, o sistema que controla as reações de medo condicionado.

Inicialmente LeDoux se interessou em saber "quais áreas do sistema auditivo são necessárias para o condicionamento auditivo pelo medo (tarefas do condicionamento pelo medo nas quais um estímulo auditivo serve ao EC)". Procurou saber se lesões em determinadas regiões do cérebro afetariam tal condicionamento. Com base em lesões no córtex auditivo e no tálamo auditivo, LeDoux (2001, p. 139 a 141) verificou que "lesões no córtex auditivo não exerceram quaisquer efeitos sobre o condicionamento nas reações de imobilização ou na pressão sanguínea", mas que lesões no tálamo auditivo impediam totalmente o condicionamento pelo medo. Dessa forma, ele concluiu que "o estímulo auditivo precisa percorrer toda a via auditiva, da orelha até o tálamo, mas não precisa chegar ao córtex auditivo tão longínquo", o que, para ele, constituiu um paradoxo, visto a importância dessa área no processamento de outros estímulos sensoriais.

Figura 8 - Vias do Processamento Auditivo (LEDOUX, 2001, p. 140)

LeDoux utilizou técnicas para identificação das vias cerebrais, buscando saber qual seria o trajeto do sinal ao deixar o tálamo auditivo. Para tanto, precisou injetar uma pequena quantidade de substância identificadora na área de interesse do cérebro. Os neurônios localizados na área a ser mapeada, absorvem essas substâncias químicas, as quais são despachadas ao longo do axônio, até as terminações nervosas.

O destino do identificador pode ser visualizado graças às reações químicas que 'tingem' as áreas do cérebro que contêm a substância transportada. Essas técnicas permitem saber para onde os neurônios de determinada área lançam seus filamentos. Como a informação só pode ser transmitida de uma região do cérebro para outra através dos filamentos, a identificação das conexões dos filamentos de certa área nos mostra para onde as informações processadas numa área são enviadas em seguida. (LEDOUX, 2001, p. 143).

LeDoux (2001, p. 143 a 147) verificou que o tálamo auditivo projetou-se para quatro regiões subcorticais, mas que apenas o desligamento de uma das áreas - a da amígdala - interrompia o condicionamento. Pesquisas posteriores mostraram que lesões no núcleo central - que se concentra em uma sub-região da amígdala - interferem praticamente em todas as formas de medo condicionado. Ainda, com base em pesquisas com lesões e experimentos com rastreadores anatômicos, LeDoux concluiu que o núcleo lateral - outra sub-região da amígdala - é o "responsável pela recepção dos estímulos condicionados no condicionamento pelo medo, e o núcleo central como a interface dos sistemas de controle das reações". Outras sub-regiões da amígdala também contribuem para o condicionamento do medo, como a basal e a basal

acessório. Segundo o pesquisador, existe aproximadamente uma dúzia de sub-regiões que compõem a amígdala, mas, até aquele momento, somente a participação dos núcleos central e lateral foi detectada como fundamental.

Apesar de lesões feitas no córtex auditivo demonstrarem não interromper o condicionamento, as buscas por entender sua função nesse processo continuaram. LeDoux observou que o tálamo sensorial recebe o estímulo emocional e o distribui tanto para o córtex, quanto para a amígdala, conforme demonstra o desenho abaixo.

Figura 9 - As vias Principal e Secundária para a Amígdala (LEDOUX, 2001, p. 150)

Mesmo que o sistema talâmico não consiga estabelecer distinções sutis, o fato é que o trajeto do tálamo para a amígdala é mais curto - "num rato, um estímulo acústico demora cerca de 12 milissegundos 912 milésimos de segundo para chegar à amígdala pela via talâmica, e praticamente o dobro pela via cortical" -, o que possibilita uma reação de alerta mais rápida ao perigo, mesmo que no primeiro momento não se consiga identificá-lo com precisão.

Imagine que você está andando pela floresta e ouve um estalido. O som vai diretamente para a amígdala através da via talâmica. E também parte do tálamo para o córtex, que identifica o ruído de um galho seco que se quebra com um estalido sob a pressão da sua bota, ou então de uma cascavel sacudindo o rabo. Porém, quando o córtex chega a essa conclusão, a amígdala já está pronta para se defender da cascavel. (LEDOUX, 2001, p. 151).

Outros estímulos presentes durante o condicionamento do medo também podem desencadear reações tanto quanto um estímulo condicionado, os quais são denominados de condicionamento pelo medo contextual.

Se um rato for colocado numa caixa e exposto a choques leves na presença de determinado som, ele se tornará condicionado pelo som, como já vimos, mas também ficará condicionado pela caixa. Assim, na próxima vez que for colocado na caixa, as reações de medo condicionado - imobilização, excitação endócrina e autônoma, supressão da dor, potencialização dos reflexos - irão manifestar-se, mesmo na ausência do som. O contexto tornou-se um EC.

Segundo LeDoux (2001, p. 153), o contexto é composto por todos os estímulos presentes. Todavia, eles estão em segundo plano, ao passo que o EC explícito - o som, na nossa experiência com o rato - está sempre em primeiro plano, pois "é o estímulo mais previsível e evidente, no que diz respeito ao choque". Dessa forma, mesmo que a atenção esteja voltada para o estímulo mais evidente (o som EC), os estímulos que fazem parte do contexto são igualmente assimilados.

As informações do contexto são recebidas pela amígdala por outra área do cérebro - o hipocampo. Na verdade, o hipocampo cria representação do contexto que tenha relações entre os estímulos, ou seja, "ao contrário da amígdala, o hipocampo não recebe informações das regiões do cérebro responsáveis pelo processamento de estímulos sensoriais individuais, como luzes e sons", os quais se reúnem antes de alcançar o hipocampo. (LEDOUX, 2001, p. 154).

A figura abaixo representa as regiões do cérebro envolvidas com a recepção dos estímulos para obtenção do condicionamento do medo, o processamento da informação e disparo das reações, tendo a amígdala o papel central desse processo.

Figura 10 - A Amígdala - o Eixo na Roda do Medo (LEDOUX, 2001, p. 155)

Os estudos sobre lesões na amígdala levaram LeDoux (2001, p. 159) e demais cientistas a concluir que sua função fundamental é encarregar-se das reações do medo e que, "ao que parece, essa função foi estabelecida há muitas eras e vem sendo mantida ao longo dos diversos ramos da evolução". Mesmo que em nível de comportamento de defesa contra o perigo - prioridade número um do organismo - é realizada de várias maneiras entre as diferentes espécies, o papel da amígdala é constante. "Quando se trata de detectar e reagir ao perigo, simplesmente o cérebro não mudou muito".

Até aqui abordamos sobre a importância da amígdala e suas conexões de entrada e saída para detectar o perigo, bem como a contribuição da evolução - teoria de Darwin - no desenvolvimento desse mecanismo de detecção e de reação. Entretanto, conforme exposto no início desse item, muitas de nossas emoções também são influenciadas por fatores sociais, isto é, cognitivos. LeDoux acredita não ser exagero sugerir que

[...] conhecendo as diferentes fontes de informações da amígdala e tendo uma certa idéia das funções que essas áreas desempenham na cognição, podemos traçar algumas hipóteses razoáveis sobre as espécies de representações cognitivas capazes de deflagrar reações de medo. Da mesma maneira, se soubermos como o cérebro realiza determinada função cognitiva e se pudermos determinar de que maneira as regiões cerebrais envolvidas nessa função se relacionam com a amígdala, seremos capazes de apresentar algumas hipóteses plausíveis para a estimulação do medo por esse tipo de cognição. (LEDoux, 2001, p. 154-155).

LeDoux (2001, p. 160) salienta, ainda, que a cognição nos confere "a capacidade de optar pelo tipo de atitude que deveremos tomar em seguida, levando em conta nossa situação do momento... e efetuar a mudança da *reação* para a *ação*". As reações automáticas são úteis, conforme já demonstramos, mas, em especial nos seres humanos, elas são momentâneas. Isso porque não estamos apenas envolvidos com a sobrevivência, mas também com situações sociais, as quais, segundo LeDoux (p. 162) constituem, com frequência, encontros de sobrevivência.

As atividades de avaliar uma situação, de pensar sobre as possíveis ações, de prever potenciais resultados em diferentes atitudes, definir prioridades dentre as ações possíveis e escolher uma determinada linha de ação, que resultam na mudança da reação para a ação, parecem ser próprias de regiões como o córtex pré-frontal, área essa que mais se expandiu nos primatas e, de acordo com LeDoux (2001, p. 162), talvez inexistente em outros mamíferos. Outra região do cérebro, que possivelmente esteja envolvida com esse processo, são os gânglios basais, conjunto de áreas no prosencéfalo subcortical.

Essas atividades cerebrais, que nos permitem passar de reatores para atores emocionais, por meio de melhores planejamentos, também nos possibilitou, em contrapartida,

experimental algo conhecido como ansiedade. A evolução estabeleceu o desencadeamento biológico das emoções, mas, conforme LeDoux, a eficácia em lidarmos com elas dependerá de "nossa constituição genética, de experiências passadas e da criatividade cognitiva, para citar apenas alguns dos muitos fatores importantes". (LEDOUX, 2001, p. 162-163).

Ciclismo. Falar Inglês. Promessa de fidelidade. Multiplicação por 7. As regras do dominó. Controle dos intestinos. Preferência por espinafre. Pavor de cobras. Equilíbrio em pé. O significado de "dias de papo pro ar". A letra de uma canção. Ansiedade associada ao som da broca do dentista. Cheiro de torta de banana. O que têm em comum todas essas coisas? São coisas que aprendi e armazenei no meu cérebro. Algumas aprendi a fazer, ou aprendi a esperar; outras constituem experiências pessoais de que me lembro; e outras ainda são simplesmente situações rotineiras. (LEDOUX, 2001, p. 164).

Existem vários sistemas de memória no cérebro, cada um encarregado de diferentes funções de memória. "Embora todos representem formas de memória de longo prazo"⁴¹, são mediados por diferentes redes neuronais". LeDoux (2001, p. 165) trabalha com dois diferentes sistemas de aprendizado utilizados pelo cérebro para compor memórias das experiências emocionais. Ele nos dá o exemplo de uma paciente do médico francês Edouard Claparede, a qual por uma lesão no cérebro perdera a capacidade de produzir novas lembranças. O problema era tão grave que ela não conseguia se lembrar do médico, caso o mesmo saísse e retornasse ao quarto depois de alguns minutos.

Um dia ele tentou algo novo. Entrou na sala e, como todos os dias, estendeu a mão para cumprimentá-la. Ela retribuiu como sempre fazia. Contudo, quando suas mãos se encontraram, ela puxou a sua rapidamente, pois Claparede havia escondido um alfinete na palma da mão, com o qual a espetara. Na próxima ocasião em que voltou à sala e cumprimentou-a, ela seguia sem reconhecê-lo, mas recusou-se a cumprimentá-lo. Não soube dizer por que não quis estender-lhe a mão, mas simplesmente não conseguiu. Claparede passara a significar perigo. Deixara de ser apenas um homem, apenas um médico, para tornar-se um estímulo dotado de significado emocional específico. Embora a paciente não tivesse lembrança consciente da situação, subconscientemente havia aprendido que cumprimentar Claparede poderia causar-lhe dor, e seu cérebro fez uso dessa informação armazenada, dessa memória, para evitar a repetição do incômodo. (LEDOUX, 2001, p. 165).

Segundo LeDoux, o que Claparede experienciou, sem ter ficado claro na época, foi o funcionamento de dois sistemas diferentes de memória: um, encarregado de armazenar nossas experiências, disponibilizando-as para recordações futuras; outro, responsável pelo controle

⁴¹ Memória de longo prazo: o armazenamento relativamente permanente e ilimitado do sistema de memória. Inclui as habilidades do conhecimento e as experiências. (MYERS, 2015, p. 572).

do comportamento, mas armazenando aprendizados sem que tenhamos percepção explícita ou consciência deles.

As memórias das quais conseguimos nos lembrar e sobre elas falar - ter consciência das experiências passadas - são denominadas de memória explícita⁴² ou assertiva. O outro sistema, o qual possibilitou a paciente de Claparede em recusar-se a cumprimentá-lo, cria lembranças implícitas⁴³ ou não-assertivas sobre situações de perigo ou de **algum modo ameaçadoras**. Conforme visto acima, esse tipo de memórias "são produzidas por meio de mecanismos de condicionamento pelo medo - graças à associação com a alfinetada dolorida, a visão de Claparede tornou-se um *gatilho aprendido* de comportamento defensivo (um estímulo condicionado pelo medo)". Ainda segundo LeDoux (2001, p. 166), "**podemos tomar consciência de que o condicionamento pelo medo ocorreu, mas não temos controle sobre essa ocorrência nem acesso consciente ao seu funcionamento**". O cientista também denomina a memória condicionada pelo medo - implícita - de "memória emocional" e a memória assertiva - explícita - de "memória de uma emoção" (negritos nossos).

Pesquisas iniciadas em 1953 - em um paciente com epilepsia grave, submetido à cirurgia -, e realizadas durante 40 anos, levaram cientistas a concluir que existem dois tipos de armazenagem de informações em nosso cérebro: um de curto prazo, cuja duração é de apenas alguns segundos, e outro de longo prazo, que pode estender-se de minutos a uma vida inteira. Ambos constituem processos diferentes, mediados por sistemas cerebrais distintos. (LEDOUX, 2001, p. 169). No caso do rapaz, conhecido como H.M., a cirurgia consistiu em remover amplas áreas dos lobos temporais de ambos os lados do cérebro, o que o tornou incapaz de formar memórias de longo prazo. Todavia, o paciente continuava retendo as informações por alguns segundos, pois o sistema de curto prazo⁴⁴ não foi afetado pelo procedimento cirúrgico.

Outra constatação feita pelos cientistas no caso de H.M. foi a de que o paciente mantinha memórias anteriores à cirurgia, como fatos da infância e do começo da vida adulta, mas, conforme dito anteriormente, após a cirurgia, H.M. não mais conseguia acrescentar novas informações na memória de longo prazo. Essas descobertas sugeriram também que a

⁴² Memória explícita: memória de fatos e experiências de que a pessoa é capaz de lembrar conscientemente e "declarar". (Também chamada de *memória declarativa*). (MYERS, 2015, p. 572).

⁴³ Memória implícita: retenção independente de lembranças conscientes (Também chamada de *memória não declarativa*). (MYERS, 2015, p. 572).

⁴⁴ Memória de curto prazo: memória ativada que retém poucos itens por pouco tempo, tais como um número de telefone enquanto é discado, antes de a informação ser armazenada ou esquecida. (MYERS, 2015, p. 572).

memória de longo prazo compreende pelo menos duas etapas: "uma inicial, que depende das regiões do lobo temporal removidas, e outra posterior, que envolve outras áreas do cérebro, muito provavelmente regiões do neocórtex". Pesquisas posteriores demonstraram que o hipocampo constituía o núcleo principal do sistema de memória de longo prazo e lesões que danificam áreas corticais fundamentais para a ligação entre neocórtex e hipocampo também produziam déficits maiores de memória. (LEDOUX, 2001, p. 170 e 175).

As conclusões gerais no que se referem ao sistema de memória do lobo temporal foram as seguintes:

As áreas de processamento sensoriais do córtex recebem informações sobre os eventos externos e criam representações perceptuais dos estímulos. Então essas representações são lançadas às regiões corticais circundantes, que, por sua vez, enviam as representações processadas ao hipocampo. Este, por seu turno, comunica-se novamente com as regiões adjacentes, que estabelecem contato com o neocórtex. A manutenção da memória de longo prazo (alguns anos) exige que o sistema de memória do lobo temporal esteja intacto, seja porque os componentes desse sistema armazenam traços de memória ou porque os traços são mantidos pelas interações entre o sistema do lobo temporal e o neocórtex. Gradativamente, com o passar dos anos, o hipocampo vai cedendo seu controle sobre a memória ao neocórtex, onde a memória parece manter-se enquanto for uma memória, o que pode significar toda uma vida. (LEDOUX, 2001, P. 176-177).

Outras pesquisas sobre memória também levaram alguns cientistas a considerarem que mesmo pessoas que sofreram danos no sistema de memória do lobo temporal, poderiam ter sucesso ou fracasso em testes de memória, com a simples alteração das instruções fornecidas aos participantes. Aquelas que conduziram os pacientes para a via da memória explícita os levaram ao fracasso. Por outro lado, aquelas instruções, que os conduziram para a via da memória implícita, foram bem sucedidas. Diante dos resultados, os cientistas concluíram que o cérebro possui vários sistemas de memória. Cohen e Squire (apud Ledoux, 2001, p. 181) demonstraram que "a memória assertiva, explícita, é mediada por um único sistema de memória, o sistema de memória do lobo temporal, mas que existem múltiplos sistemas de memória processuais ou implícitos".

No que se refere ao hipocampo, estudos apontaram que ele é "o elo fundamental para um dos sistemas cognitivos mais importantes do cérebro, o sistema de memória do lobo temporal". Conforme figura abaixo, o hipocampo

[...] recebe informações dos estágios mais elevados do processamento neocortical em cada uma das principais modalidades sensoriais. Assim, depois que um sistema cortical realiza tudo que é possível com um estímulo, por exemplo, uma imagem ou um som, ele envia a informação para a região transicional, onde as diferentes modalidades sensoriais podem ser combinadas. Isto é, nos circuitos de transição podemos começar a dar forma

a representações do mundo que não são mais apenas visuais, auditivas ou olfativas, mas que incluem todas essas ao mesmo tempo. Passamos a deixar a esfera puramente perceptual do cérebro para adentrar a conceptual. A região transicional envia então essas representações conceptuais ao hipocampo, onde são criadas representações ainda mais complexas. (LEDOUX, 2001, p. 182-183).

Figura - Informações Corticais para o Hipocampo (LEDOUX, 2001, p. 178)

No que diz respeito às memórias que envolvem emoção e considerando uma variedade de diferentes sistemas de memória, LeDoux (2001, p. 184) salienta que as lembranças que temos de um fato traumático e que podem ser declaradas acerca da experiência - como no caso de um acidente de carro, onde a vítima consegue relatar onde e com quem estava e mesmo dizer que foi horrível -, "não é uma memória emocional, mas sim uma memória assertiva de uma experiência emocional". Isso quer dizer que as memórias assertivas - memória de uma emoção - são mediadas pelo sistema de memória do lobo temporal e para se ter uma memória emocional - implícita - outro sistema deve ser ativado. No caso do sistema de memória do **medo**, por exemplo, o sistema ativado é aquele que envolve a amígdala e regiões correlatas (negrito nosso).

Todavia, de acordo com LeDoux (2001, p. 185-186), em situações traumáticas ambos os sistemas funcionam em associação e lembranças conscientes podem nos deixar tensos e ansiosos. Isso ocorre graças às "muitas conexões que partem do hipocampo e das regiões de transição, bem como de inúmeras outras áreas do córtex, para a amígdala". Também é possível que, conforme já observamos acima, ocorra um processamento inconsciente do estímulo, quer seja porque o próprio estímulo não é percebido ou porque suas implicações não são identificadas.

Estudos realizados por Jim McGaugh e equipe (apud LeDoux, 2001, p. 188 a 190) indicam que a excitação emocional costuma resultar em liberação de hormônios periféricos, como a adrenalina, e que tal hormônio contribui para que a memória consciente explícita de episódios emocionais seja mais intensa, em comparação com a memória explícita de episódios não-emocionais. Isso significa dizer que a adrenalina promove solidificação dos processos de memória de episódios emocionais. Esse hormônio é liberado na corrente sanguínea pela glândula supra-renal, via sistema nervoso autônomo acionado pela amígdala no momento em que essa região detecta uma situação emocional nociva. A adrenalina influencia indiretamente o cérebro, interagindo com outros sistemas ativos naquele momento, como o hipocampo e sistemas de memória do lobo temporal, reforçando as lembranças lá produzidas.

LeDoux (2001, p. 190 a 192) observa que a memória é seletiva e que nem todos os aspectos da experiência são lembrados com a mesma facilidade. Isso porque "as memórias explícitas estão intimamente relacionadas com o foco de atenção durante a experiência" e aquele que a está vivenciando muito provavelmente não conseguirá prestar atenção em todos os detalhes, mas somente àqueles fundamentais ou mais evidentes. Todavia, "as memórias emocionais implícitas podem captar aspectos das experiências que escapam ao foco da atenção e da consciência". Conforme ele salienta, as reações autônomas têm sido excelentes para demonstrar a presença de lembranças emocionais que não foram codificadas conscientemente.

Outro ponto levantado por LeDoux (2001, p. 192) é que "memórias são reconstruções imperfeitas das experiências". Independente das implicações emocionais que as memórias explícitas podem tem, elas não são cópia fiel daquilo que foi experienciado. "São reconstruções do momento da lembrança, e a condição do cérebro no momento da lembrança pode influenciar a maneira como a memória pode ser ativada". Exemplo disso é o caso de testemunhas de uma experiência emocional, as quais dias após o ocorrido relatam a experiência de uma maneira e, se perguntado anos depois sobre o mesmo episódio, relatam de outra maneira, ou com mais detalhes - às vezes incorporados com informações de jornais e televisão. Como explicou Sir Frederic Bartlett (apud LeDoux, 2001, p. 192) "memórias explícitas envolvem simplificações, adições, elaborações e racionalizações de experiências aprendidas, bem como omissões de elementos do aprendizado inicial".

Ainda, lembranças que envolvam episódios emocionais, sobretudo os traumáticos, podem conter falhas na medida em que há um esquecimento total ou parcial dos acontecimentos, em função da intensidade e duração do trauma emocional gerador da memória. (LEDoux, 2001, p. 193).

O estado de espírito em que nos encontramos no momento do aprendizado, também parece fazer diferença quando nos lembramos da experiência. Se no momento da lembrança você se encontrar no mesmo estado ou situação de quando foi gerada a memória, a mesma será mais nítida. Segundo o neurocientista, "as memórias são armazenadas em redes associativas, estruturas cognitivas nas quais os diversos componentes da memória são representados separadamente e encadeados". Dessa forma, "quanto mais pistas estiverem presentes durante o aprendizado e também durante a recordação, e quanto maior o peso dos componentes da memória ativados pelas pistas durante a rememoração, mais provável será a existência de uma lembrança". (LEDOUX, 2001, p. 194).

LeDoux (2001, p. 195 a 203) discorre, ainda, acerca de como os neurônios e suas sinapses contribuem para as funções do aprendizado e da memória, bem como sobre suas interações físicas e químicas, mas, para esse trabalho, não achamos relevante descrevê-las.

Com base em todas essas análises sobre os sistemas neurais envolvidos com a memória, fica mais fácil supor como a paciente de Claparede conseguiu formar uma memória implícita da alfinetada sem ter a capacidade de formar uma memória consciente explícita da experiência. Segundo LeDoux, uma vez que a memória implícita foi formada por meio de um condicionamento do medo e, dessa forma, envolvendo a amígdala, é provável que essa região estivesse ativa e sem avarias, ao contrário do sistema de memória do lobo temporal, possivelmente danificado. Conforme já verificamos,

É a multiplicidade da memória no nível dos sistemas que confere a um determinado tipo de memória sua característica. Os circuitos do hipocampo, com suas maciças interligações neocorticais, adaptam-se muito bem ao estabelecimento de memórias complexas, nas quais uma série de episódios é reunida no espaço e no tempo. A finalidade desses circuitos, segundo Eichenbaum, é o advento da flexibilidade representacional. Nenhuma reação específica está associada a esse tipo de memória - que pode ser usado das mais diferentes maneiras em todo tipo de situação. Em contraste, a amígdala adapta-se melhor ao papel de mecanismo de gatilho para a execução de reações de sobrevivência. As situações-estímulo são rigidamente acopladas a tipos específicos de respostas por meio das funções de memória e aprendizado dessa região do cérebro. Sua conexão visa à preempção da necessidade de pensar sobre as próprias atitudes. (LEDOUX, 2001, p. 205).

Em outras palavras, a recuperação de memórias conscientes, que são armazenadas por um sistema envolvendo o hipocampo e áreas corticais correlatas, se dá com lembranças conscientes, enquanto que a recuperação de memórias inconscientes, cujo sistema envolve as amígdalas, tem como resultado as reações corporais que se preparam para o perigo.

3.6.2 - Medo e ansiedade

LeDoux esclarece que medo e ansiedade estão intimamente relacionados e que ambos constituem reações diante de um perigo real ou imaginário. A diferença entre eles está em sua procedência - o medo emana de um estímulo externo e a ansiedade, do nosso íntimo.

Estudos realizados na década de 70 pelo psicólogo experimental Martin Seligman (apud LeDoux, 2001, p. 216 a 218) apontam que existem diferenças entre a ansiedade humana e o medo condicionado em laboratório. Seus experimentos demonstraram que as fobias⁴⁵ humanas são difíceis de serem extintas e também mais irracionais do que os medos condicionados em animais. Segundo o psicólogo, "as fobias refletem nossa preparação evolutiva para tomar lições sobre o perigo e reter a informação adquirida com toda sua intensidade". Como nosso meio ambiente é relativamente estável e muito diferente do de nossos ancestrais, nossa preparação genética, ao mesmo tempo em que nos possibilita aprender rapidamente coisas consideradas perigosas por eles, nos leva a ter medo de situações que não se apresentam tão perigosas no nosso mundo. "As pessoas tornam-se ansiosas diante de objetos e situações que não foram evolutivamente preparadas - como medo de carros ou elevadores".

A teoria do preparo de Seligman levou outra cientista a mudar uma concepção antiga, sobre a qual repousava a crença de que macacos tinham um medo inato por cobras, levando-os a se protegerem do perigo tão logo o defrontasse. Experimentos realizados por Susan Mikenka (apud LeDoux, 2001, p. 217) não asseveraram apreensão em macacos criados em laboratório, quando expostos pela primeira vez a uma cobra. Verificou-se que grande parte das pesquisas anteriores foi feita quando os filhotes estavam acompanhados de suas mães e que quando estavam longe delas, não demonstravam medo. Tais estudos indicam que "o filhote aprende a ter medo de cobras ao ver sua mãe numa atitude de apreensão". Sugerem ainda "a existência de algum aspecto especial nos estímulos biológicos relevantes que os torna suscetíveis ao rápido e intenso aprendizado pela observação". Nesse sentido, LeDoux acentua que **"seres humanos aprendem muita coisa observando os outros em situações sociais, e sugere-se que a ansiedade, especialmente a patológica, às vezes, até mesmo com frequência, é aprendida pela observação social"**. (negrito nosso).

⁴⁵ Fobia: um transtorno de ansiedade marcado por um medo persistente e irracional e pela evitação de um objeto ou uma situação específicos. (MYERS, 2015, p. 570).

Ainda no que diz respeito à teoria do preparo, LeDoux (2001, p. 233) acrescenta que, "a amígdala de todas as criaturas pode estar pronta para reagir às pistas relevantes para a espécie. Por exemplo, as expressões do rosto constituem importantes sinais emocionais na vida dos primatas, e os neurônios da amígdala de macacos reagem prontamente à visão do semblante dos companheiros".

3.6.3 - Emoções e sentimentos

Apesar de abordarmos, até aqui, a ampla parcela das atividades cerebrais durante uma emoção fora da percepção consciente, LeDoux (2001, p. 245) não desconsidera sua participação. Sua ideia é de que:

[...] uma experiência emocional subjetiva, como por exemplo, a sensação de medo, ocorre quando nós adquirimos a percepção consciente de que um sistema emocional do cérebro, como o sistema de defesa, está em atividade. Para que isso aconteça, precisamos de pelo menos duas coisas. Precisamos de um sistema de defesa e precisamos adquirir a capacidade de estar consciente de sua atividade.

Para refletirmos sobre isso, LeDoux (2001, p. 254) aborda sobre a existência de uma memória de trabalho⁴⁶, considerada como a plataforma sobre a qual se firma a experiência consciente. Segundo o neurocientista, "a memória de trabalho permite-nos saber que o 'aqui e agora' está 'aqui' e está acontecendo 'agora'". Essa percepção fundamenta a ideia, adotada por um grande número de cientistas cognitivos contemporâneos, de que a consciência é a percepção daquilo que se encontra na memória de trabalho.

A memória de trabalho é o processador seriado de capacidade limitada que cria e manipula representações simbólicas. Aí ocorre o monitoramento e controle integrados dos diversos processadores especializados de nível inferior. Em outras palavras, a memória de trabalho é parte fundamental do sistema que dá origem à consciência. (LEDOUX, 2001, p. 256).

LeDoux propõe que "os sentimentos surgem quando a atividade dos sistemas de emoção especializados é representada no sistema que dá origem à consciência", ou seja, na memória de trabalho. E para transformar uma reação emocional em experiência emocional consciente é necessário que tenhamos "um sistema emocional especializado que receb[a] informações sensoriais e produz[a] respostas hormonais, autônomas e comportamentais", que

⁴⁶ Memória de trabalho: um entendimento mais recente da memória de curto prazo, cujo foco é o processamento ativo e consciente das informações recebidas pela audição ou pela percepção visuoespacial, e das informações recuperadas da memória de longo prazo. (MYERS, 2015, p. 572).

tenhamos "*buffers*"⁴⁷ sensoriais corticais que se vincul[e]m a informações sobre estímulos do momento", que tenhamos "um executivo da memória de trabalho que mante[nha-se] a par dos *buffers* de curto prazo, recuper[e] informações da memória de longo prazo", interpretando os conteúdos dos *buffers* "à luz das memórias de longo prazo", que ocorra a "excitação cortical", bem como que tenhamos um "*feedback* corporal". (LEDOUX, 2001, p. 269-270).

LeDoux observa, ainda, que um sentimento consciente de medo só é possível se aspectos da experiência emocional sejam representados na memória de trabalho. O sentimento completo do medo só é possível com a ativação da amígdala.

Na presença de um estímulo produtor de medo e com a ausência de ativação da amígdala (se, por exemplo, houver uma lesão na amígdala) é possível fazer uso de suas aptidões cognitivas para concluir que, em situações como essa, em geral você sente "medo", mas os sentimentos de apreensão estariam ausentes devida à importância das informações da amígdala para a memória de trabalho, da excitação despertada pela amígdala e das reações físicas mediadas pela amígdala, produtoras de feedback. Os mecanismos cognitivos, como os circuitos "como se", podem servir de compensação até certo ponto, mas não totalmente. (LEDOUX, 2001, p. 270).

Os sistemas de excitação também devem ser ativados pela amígdala para a manutenção da atenção consciente direcionada para uma situação emocional, uma vez que a excitação pela amígdala promove a permanência das reações e sentimentos emocionais. (LEDOUX, 2001, p. 270).

Outro ponto indica, ainda, a possibilidade de um sentimento ser provocado sem se estar consciente do estímulo produtor. Isso porque, conforme visto anteriormente, "estímulos que não são percebidos ou que são percebidos, mas cujas implicações deixam de sê-lo, podem deflagrar inconscientemente comportamentos emocionais e reações viscerais". As emoções ativadas por estímulos processados inconscientemente não permitem reflexões acerca das experiências, nem explicações sobre sua ocorrência. (LEDOUX, 2001, p. 272).

3.6.4 - Sentimentos e pensamentos

É interessante observar que mesmo havendo bastante semelhança entre sentimentos conscientes e pensamentos conscientes, os quais "envolvem a representação simbólica, na memória de trabalho, de processos subsimbólicos realizados por sistemas de funcionamento inconsciente", ambos são gerados por sistemas subsimbólicos diferentes. Além disso, as

⁴⁷ Buffer (retentor): Os pesquisadores de memória tomam essa expressão da tecnologia da informática, a qual corresponde a uma área de armazenamento temporário de dados à espera de processamento.

emoções exigem que grande parte dos recursos do cérebro sejam convocados para tratar o problema que a desencadeia, não deixando tempo nem recursos mentais para outras atividades. Isso já não ocorre com os pensamentos. A menos que eles deflagrem sistemas emocionais, podemos exercer outras atividades enquanto estamos pensando.

Mesmo tornando seu trabalho acessível para leitores não pertencentes à comunidade científica, LeDoux aprofunda o tema sobre emoções e nos dá muitos outros exemplos sobre as regiões do cérebro envolvidas nesse processo. Todavia, para aquilo que nos propomos, ou seja, estabelecer um nexo entre as propagandas do IPES e um possível condicionamento pelo medo a ameaças comunistas, considerando nossas bases biológicas e psicossociais, acreditamos ser suficiente a exposição acima.

3.7 - Considerações

Conforme observamos ao longo desse capítulo, cada um de nós é único. Temos aparência, personalidade e interesses diferentes. Falamos e pensamos de maneiras diferentes.

Todavia, nossa família humana compartilha do mesmo legado biológico. Mesmo tendo aparência diferente, todos temos dois olhos e um nariz entre eles, apenas uma boca e a mesma quantidade de braços e pernas. Nossos mecanismos cerebrais para aprender uma linguagem, a maneira como captamos nossas sensações, como sentimos fome, sede, medo também nos fazem biologicamente idênticos.

Da mesma forma, nosso parentesco aparece nos nossos comportamentos, como aqueles que produzem e protegem nossos descendentes, ou quando temos idade para temer a estranhos.

Os psicólogos evolucionistas usam o princípio da seleção natural de Charles Darwin para compreender as raízes do comportamento e dos processos mentais. Sabemos que os genes e as experiências juntos estabelecem as conexões no cérebro humano, dotando-nos de uma maior capacidade de aprendermos e, conseqüentemente, de nos adaptarmos.

Pinker (2004, p. 62-63) assevera que existem mais semelhanças entre nós do que possamos imaginar. Segundo o linguista, quando paramos de pensar em comportamento físico e passamos a pensar em software mental, verificamos que "as diferenças radicais entre culturas humanas tornam-se muito menores", o que nos permite pensar que "*mecanismos mentais universais podem fundamentar a variação superficial entre culturas*". Prova disso refere-se as estruturas gramaticais das diferentes línguas existentes no mundo. (grifo do autor).

Os humanos falam cerca de 6 mil línguas mutuamente ininteligíveis. Apesar disso os programas gramaticais em suas mentes diferem muito menos do que a fala que efetivamente sai de suas bocas. Sabemos há muito tempo que todas as línguas humanas podem transmitir os mesmos tipos de idéias. A Bíblia foi traduzida em centenas de línguas ocidentais, e durante a Segunda Guerra Mundial o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos transmitiu mensagens secretas através do Pacífico fazendo com que índios navajos as traduzissem de e para sua língua nativa. O fato de qualquer língua poder ser usada para transmitir qualquer proposição, de parábolas teológicas a instruções militares, indica que todas as línguas são farinha do mesmo saco. (PINKER, 2004, p. 64-65).

Com o exemplo acima, Pinker (2004, p. 65) procura demonstrar que, apesar dos comportamentos variarem entre as culturas, os mecanismos geradores podem ser universais e inatos: As pessoas podem "respeitar os direitos dos membros de seu clã exclusivamente ou podem estender esse respeito a todos da tribo, nação-Estado ou espécie, mas todas dividem o mundo em **quem é do grupo e quem não é do grupo**". (grifo nosso)

Damásio também faz avaliação semelhante, quando descreve que as emoções, consideradas universais e inatas - medo, raiva, tristeza, alegria, nojo e surpresa -, estão presentes em todas as culturas e são facilmente reconhecidas por expressões faciais, independente de haver designação específica para elas ou não, conforme já demonstramos anteriormente.

No caso específico do medo, verificamos como estímulos percebidos como ameaçadores desencadeiam mecanismos neurais programados pela evolução, cujo objetivo continua sendo a manutenção da vida, mecanismos esses disponíveis para a utilização do indivíduo já na fase inicial de seu desenvolvimento.

Damásio (2011, p. 159-160) reitera que, apesar do funcionamento fisiológico ser muito semelhante, não podemos descuidar da individualidade.

O mecanismo essencial das emoções em um cérebro normal realmente é muito semelhante entre os indivíduos, o que é bom, pois dá à espécie humana, em suas diversas culturas, uma base comum de preferências fundamentais em matéria de prazer e dor. Mas, embora os mecanismos sejam distintivamente parecidos, as circunstâncias em que certos estímulos tornam-se emocionalmente competentes para você provavelmente não são as mesmas para mim. Certas coisas me causam medo, mas você não as teme, e vice-versa; há coisas que você adora e eu não e vice-versa, e existem muitas coisas que tanto você como eu tememos e adoramos. Em outras palavras, as respostas emocionais são consideravelmente individualizadas em relação ao estímulo causador. Nesse aspecto, somos todos muito parecidos, mas não idênticos.

Todavia, mesmo que as respostas emocionais sejam "consideravelmente individualizadas em relação ao estímulo causador", Damásio não deixa de considerar que

"existem muitas coisas que tanto você como eu tememos e adoramos" e que a semelhança do mecanismo essencial das emoções entre indivíduos com um cérebro normal "dá à espécie humana, em suas diversas culturas, uma base comum de preferências fundamentais em matéria de prazer e dor". Igualmente, LeDoux observa que determinados medos estão arraigados na estrutura mental de indivíduos, como também em sociedades.

Indícios do medo são encontrados por trás de várias formas de emoção que, aparentemente, poderiam afigurar-se a antítese da apreensão. A coragem é a capacidade de sobrepujar o medo. De certa forma, as crianças adquirem preceitos morais por medo do que irá acontecer se não o fizerem. As leis refletem nosso pavor da desordem social e, da mesma maneira, a ordem social é mantida, ainda que deficientemente, pelo medo das consequências da desobediência às leis. A paz mundial constitui uma meta humanitária almejada, mas na prática, a guerra é evitada, ao menos em parte, porque os fracos temem os mais fortes. Estas frases são exemplos melancólicos, que esperamos constituam apenas um exagero, mas ainda que representem verdades parciais, acentuam o quanto **o medo está arraigado na estrutura mental de indivíduos e sociedades.** (LEDoux, 2001, p. 118, negrito nosso).

Segundo Myers (2015, p. 5), sofremos influência de fatores socioculturais, biológicos e psicológicos em nosso comportamento ou processo mental e tais fatores devem ser considerados em sua análise. Isso porque "cada um de nós é um sistema complexo que é parte de um sistema social ainda maior", o que sugere diferentes níveis de análise.

Como nos aponta o psicólogo,

[...] **a cultura** - ideias e comportamentos compartilhados que uma geração passa à seguinte - faz diferença. Nossa cultura modela nosso comportamento. Influencia nossos padrões de prontidão e franqueza, nossas atitudes em relação ao sexo antes do casamento e às diferentes formas do corpo, nossas tendências para sermos formais ou informais, nossa inclinação a fazer contato visual, a distância que ficamos uns dos outros ao conversar e muito, muito mais. (MYERS, 2015, p. 29, negrito nosso).

Assim como outros animais, somos sociais. Todavia, de acordo com Baumeister (apud Myers, 2015, p. 116) "cultura é uma maneira melhor de ser social". A cultura humana, sobretudo, "ampara a sobrevivência e a reprodução de nossa espécie através de sistemas sociais e econômicos que nos colocam em vantagens". Cada cultura desenvolve suas próprias normas⁴⁸ e "variam na extensão em que priorizam a criação/cultura e a expressão da identidade pessoal ou do grupo". Em sociedades onde o individualismo⁴⁹ é predominante (frequentemente pessoas da América do Norte, Europa Ocidental, Austrália ou Nova Zelândia), a identidade pessoal se dá pelos traços individuais e o EU é o importante. As pessoas priorizam mais suas metas pessoais em detrimento daquelas do grupo. Já nas culturas onde o coletivismo⁵⁰ impera - como é caso do Brasil - a identidade se dá pelo pertencimento. A importância recai sobre o NÓS, ou seja, metas de grupo e solidariedade, responsabilidades e relacionamentos sociais, obrigações com a família etc. No individualismo o comportamento reflete a personalidade e as atitudes da pessoa, enquanto que no coletivismo o comportamento reflete as normas e papéis sociais. (MYERS, 2015, p. 116 a 188).

Myers salienta ainda que "**o medo de inimigos reais ou imaginários une as pessoas em torno de famílias, tribos e nações**" (negrito nosso). Considerando os trabalhos desenvolvidos por LeDoux e demais pesquisadores da emoção, ele esclarece que o medo tem valor adaptativo, nos ajudando a evitar ameaças e a enfrentá-las, quando necessário. Observa ainda que além da nossa predisposição em sentir alguns medos, outros podem ser aprendidos por condicionamento e por observação. Como observou Ralph Waldo Emerson (apud Myers, 2015, p. 392), as pessoas podem ter medo de praticamente qualquer coisa. "A 'política do medo' surge a partir do medo das pessoas - medo dos terroristas, medo dos imigrantes, medo

⁴⁸ Norma: é uma regra compreendida para um comportamento aceito e esperado. As normas prescrevem o comportamento "apropriado". (MYERS, 2015, p. 117).

⁴⁹ Individualismo: é priorizar as próprias metas acima das metas do grupo e definir a própria identidade em termos de atributos pessoais ao invés de identificações com o grupo. (MYERS, 2015, p. 117).

⁵⁰ Coletivismo: é priorizar as metas do grupo ao qual se pertence (muitas vezes, a família ou o grupo de trabalho) e definir a própria identidade conforme esse grupo. (MYERS, 2015, p. 117).

dos criminosos". Aprendemos a ter medo pela associação a dois estímulos - condicionamento clássico -, associando uma resposta (nosso comportamento) e suas consequências - condicionamento operante -, ou com a aprendizagem por observação - assistindo às experiências e aos exemplos dos outros.

A maioria de nós consegue ler os sinais não verbais e decifrar as emoções em um filme mudo de antigamente. Myers afirma que nossos cérebros são verdadeiros detectores de expressões sutis e que somos especialmente bons para detectar ameaças não verbais. Exemplo disso foi dado com o experimento de Paulo Whalen e colegas (apud Myers, 2015, p. 384), onde olhos assustados foram apresentados de forma rápida demais para que as pessoas os percebessem conscientemente. "Comparados com uma condição de controle que apresentou olhos felizes, os olhos assustados geraram maior atividade da amígdala (apesar de ninguém ter consciência de tê-los visto)".

LeDoux observa que nossos medos de hoje são muito diferentes daqueles que enfrentavam nossos ancestrais. Ainda que o tempo não tenha sido suficiente para adaptar nossa espécie às novas ameaças, o cérebro humano é capaz de percebê-las e processá-las, graças as interações biológicas, psicológicas e socioculturais que permeiam todo o nosso comportamento.

[...] os seres humanos criaram um tipo de vida no qual a probabilidade de deparar-se com predadores foi grandemente reduzida. Contudo, nem todos os perigos assumem a forma de feras sanguinárias... em nossos esforços para subjugar a natureza, criamos novas formas de perigo. Automóveis, aviões, armas e energia nuclear colocam-nos um passo adiante na evolução, mas cada um deles é uma fonte potencial de males. Substituímos os perigos da vida selvagem por outros perigos que, no fim, poderão ser muito mais prejudiciais à nossa espécie do que qualquer predador natural. Os perigos com que nos defrontamos não são menores nem menos importantes do que aqueles que nossos ancestrais enfrentaram, apenas diferentes. (LEDOUX, 2001, p. 117-118).

No próximo capítulo analisaremos a forma, o conteúdo e a eficácia dos filmes do IPES, ressaltando os efeitos psicológicos e biológicos resultantes dos estímulos provocados, bem como os possíveis impactos que o **apelo ao medo** produziu sobre a opinião pública anterior ao golpe de 1964.

CAPÍTULO IV - "O BRASIL PRECISA DE VOCÊ" - Análise de técnicas e conteúdo dos filmes-documentários do IPES

Conforme observamos no capítulo I, um dos principais objetivos do material produzido pelo IPES era o de desestabilizar o governo de João Goulart, cujas reformas de base não encontravam eco nos anseios da classe empresarial.

4.1 - O que, para quem e como - Análise dos filmes

Ao longo de 1962 e 1964, o IPES concebeu diversos tipos de propaganda ideológica, cujas mensagens sugeriam:

- a - ser o governo de Jango esquerdista e que o comunismo era um inimigo real e próximo;
- b- que a solução para os problemas sociais e econômicos do Brasil estava no desenvolvimento, promovido pela iniciativa privada, e na luta pela democracia, a ser travada por todos os brasileiros.

4.1.1 - O que - Definição da ideologia

Tomando como base a visão de mundo do General Golbery do Couto e Silva e a maneira como se desencadeou a doutrinação do IPES às várias frações da sociedade, sintetizamos as principais ideias que, posteriormente, norteariam sua campanha.

Estado

- a - organismo político com existência real, sobre uma dada área e em um dado momento;
- b - verdadeiros protagonistas do cenário internacional;
- c - conhecia os objetivos da nação e lutava por atingí-los (nessa perspectiva as diferenças dos vários setores da sociedade estão diluídas num todo maior);
- d - surgido para promover a segurança individual e coletiva, face ao medo. Para garanti-la, objetivos alheios aos da nação (desenvolvimento, democracia), deveriam ser combatidos.

Elites orgânicas

- a - responsável por conduzir toda a sociedade, organizada como nação a serviço do Estado, no processo de desenvolvimento desse mesmo Estado.

Comunismo

- a - é o inimigo da nação;
- b - só se apresenta onde a miséria abraça um grande contingente de pessoas
- c - ameaça real e iminente;

Militares

- a - sua intervenção sobre o governo vigente só se concretizaria com o consentimento da sociedade.

De acordo com apontamentos anteriores, com a economia brasileira em patamares de subdesenvolvimento, os perigos de subversão pareciam ainda maiores. Dessa forma, o desenvolvimento almejado pela elite civil-militar só seria possível com a participação do capital multinacional associado à indústria nacional.

O partido da ordem acreditava que a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais, fortalecendo a coesão nacional, assim como, na guerra contra o comunismo internacional, propiciaria a formação de uma indústria bélica para a segurança nacional. (Rago, 2001, p. 184).

A ideologia ipesiana, assentada na visão de mundo de Golbery, era, portanto, aquela que buscava um Estado democrático, com um "certo tipo de capitalismo dirigido, onde se procura estabelecer a responsabilidade econômica ao governo e, em termos nacionais, alcançar maior progresso com segurança e estabilidade" (Rocha, apud Assunção, 1999, p. 48). O desenvolvimento econômico do Estado-nação, por intermédio do capital multinacional e associado deveria ser capitaneada pela elite orgânica ("grupos mais densos e superiormente equipados em poderio e cultura", a qual deveria cumprir a tarefa de "garantir a todo custo a Segurança Nacional nestes tempos dramáticos de tremenda e sem igual instabilidade do mundo"), o que, além de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, contribuiria também para o fortalecimento bélico, ambos necessários para o combate do comunismo-ateu e para fortalecimento da democracia-cristã.

Segundo Garcia, uma vez definida a ideologia, inicia-se a fase de elaboração, codificação e difusão da mesma, em formato de propaganda ideológica.

4.1.2 - Para quem - Análise do público-alvo - Retrato do Brasil

Os dados abaixo, extraídos do Censo demográfico de 1960, retratam alguns aspectos da sociedade brasileira no período em que os filmes ipesianos foram produzidos e veiculados.

O levantamento realizado aponta uma população total de 70.191.370 pessoas. Todavia, para efeitos desse trabalho, consideramos a população economicamente ativa⁵¹, visto que, por estarem inseridas no mercado de trabalho, poderiam fazer parte do conjunto denominado *opinião pública*, objeto de nossa análise.

4.1.2.1 - População Total economicamente ativa - rural e urbana

População econ. ativa

(Total 1960: 48.839.558)

4.1.2.2 - Religião declarada - População rural e urbana

Religião declarada

(População econ. ativa 1960: 48.839.558)

⁵¹ O censo considerou economicamente ativas pessoas de 10 anos e mais.

4.1.2.3 - Alfabetização ⁵² das pessoas economicamente ativas (acima de 10 anos) - População rural e urbana

Alfabetização
(População econ. ativa 1960: 48.839.558)

4.1.2.4 - Nível de escolaridade - População rural e urbana

Grau de Instrução
(População econ. ativa 1960: 48.839.558)

Vale ressaltar que apenas 25% da população economicamente ativa tinha grau de instrução completo, sendo que 20,6% referia-se a conclusão do ciclo Elementar, o que nos dias de hoje poderia ser representado pelo 5o. ano do Ensino Fundamental I. Isso é de fundamental importância para nossa análise, conforme verificaremos adiante.

⁵² Alfabetização: considerou aqueles que sabiam ler um bilhete simples em qualquer língua. As pessoas que só sabiam assinar o nome foram consideradas analfabetas.

4.1.2.5 - Quantidade de rádio por domicílio - População rural e urbana

Domicílios - com e sem Rádio

(Total 1960: 13.497.823)

4.1.2.6 - Quantidade de televisão por domicílio - População rural e urbana

Domicílios - com e sem TV

(Total 1960: 13.497.823)

Os dados acima implicam em dizer que a população brasileira economicamente ativa (48.839.558 - pessoas de 10 anos e mais), referente ao ano de 1960, tinha as seguintes características:

- a - distribuição: 53% na área rural e 47% na área urbana;
- b - religião: 92,7% católica;
- c - instrução: 60% alfabetizados (sabiam ler um bilhete simples)
40% não alfabetizados;
- d - instrução: dos 60% alfabetizados (29.405.150);

20,6% - concluiu o ensino Elementar

2,7% - concluiu o Primeiro Ciclo

1,5% - concluiu o Segundo Ciclo

0,6% - concluiu o nível Superior.

Como resultado geral temos que 74,5% da população economicamente ativa era analfabeta (39,7%) ou não havia concluído sequer o curso Elementar (34,8%), ou seja, majoritariamente com baixo grau de instrução e predominantemente católica.

4.1.3 - Como - Elaboração, codificação e difusão

Conforme exposto anteriormente, o IPES se apresentava a seus simpatizantes e defensores, como uma organização de "respeitáveis homens de negócio" e "intelectuais", cujo objetivo era a participação nos acontecimentos políticos e sociais, contribuindo com estudos e sugerindo soluções para os problemas enfrentados pelo país, sempre visando o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil. Ainda, se apresentava ao grande público como uma "organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres - e como um centro de discussões acadêmicas". Entretanto, seu objetivo não revelado era uma campanha política, ideológica e militar contra o governo nacional-reformista de João Goulart. (DREIFUSS, 1981, p. 163-164).

Dessa forma, elaborou, codificou e difundiu sua ideologia, conforme os métodos apresentados no capítulo II, item 2.1, dessa dissertação.

Várias equipes foram contratadas, envolvendo intelectuais, jornalistas, escritores e empresas especializadas em produção de propagandas e de filmes-documentários, os quais possuíam experiência e técnica para elaborar e codificar a ideologia ipesiana em mensagens específicas para cada segmento da sociedade. Para os fins desse trabalho, concentramos nossos esforços em analisar as mensagens e as técnicas de persuasão empregadas nos filmes-documentários.

As mensagens respeitaram os métodos de universalização e transferência, deixando transparecer que o desenvolvimento econômico da nação beneficiaria todos os setores da sociedade, desde que cada um fizesse sua parte dentro de um todo maior. Nesse sentido, as diferenças entre os vários segmentos, típicas de sociedades capitalistas, foram propositadamente diluídas.

A codificação também seguiu as técnicas indicadas para atrair a atenção do público e ser de fácil entendimento / memorização.

Para tanto, dois grandes grupos foram criados e polarizados. Ressaltamos que esse recurso costuma ser bastante utilizado, conforme pode ser visto nos filmes produzidos pelos EUA, Alemanha, bem como em vários discursos políticos.

Mais precisamente, a estrutura identificada em todos os filmes do IPES, baseia-se em apontar os problemas brasileiros e dar as devidas soluções e/ou apontar os amigos-NÓS e os inimigos-ELES da nação, sugerindo MUDANÇAS.

As palavras **democracia**, **liberdade**, **desenvolvimento** repetidamente utilizadas, promoviam a sensação, a qualquer um que visse e ouvisse as mensagens contidas nos filmes, de estar se tratando dos interesses individuais de cada um.

Apelos como "O Brasil precisa de você" e "Depende de mim", deixavam transparecer que os problemas brasileiros tinham solução e que dependia do esforço e envolvimento de cada um, num todo maior, para que isso ocorresse.

Como contrapropaganda, os filmes atuaram sobre o temor das pessoas - adquirido por meio de vastas campanhas anticomunistas realizadas desde 1917 e intensificada nos períodos de 1935-1937 e 1962-1964 - atrelando a crise econômica, o estreito relacionamento entre governo/trabalhadores e as manifestações/greves aos acontecimentos da Guerra Fria e a uma real ameaça de se implantar um governo de viés comunista. O encadeamento das imagens e narrativa no filme "O Brasil precisa de você", sequencialmente mostrando as atrocidades cometidas na Itália, na Alemanha, na URSS e, por último, em Cuba, podem querer sugerir que a ameaça estava se aproximando.

Diversos foram os meios de comunicação recrutados para a difusão da ideologia ipesiana. Nossa análise se restringiu apenas ao cinema como veículo de propagação de suas mensagens.

Em carta resposta à consulta do IPES, Jean Manzon, renomado cineasta produtor de filmes para propaganda comercial e ideológica, caracterizava seus serviços como eficientes em "levantar a opinião pública".

Cumprindo a sua principal finalidade, é natural que o IPES depois de realizar pesquisas e equacionar os problemas que o preocupam promova ampla divulgação das soluções apontadas[...] O IPES é a máquina. A serviço dessa máquina a técnica de nossos filmes documentários constitui o mais rápido veículo capaz de levantar com a máxima eficiência a opinião pública em favor das teses defendidas pelo IPES. (CARDENUTO FILHO, 2008, Anexo 2, p. 334).

De acordo com Cardenuto Filho (2008, pp. 24-25), o procedimento utilizado nos filmes produzidos por Jean Manzon é praticamente o mesmo - "uma clareza narrativa" com uma "voz over [voz de Deus] masculina e com tom impostado", narrando as imagens ilustrativas, cujo "artifício didático [...] permeia a fácil compreensão do conteúdo exposto". A voz dramatizante do locutor, acompanhada por músicas instrumentais, estimulam a atenção do espectador, além de evitar um aborrecimento típico desse tipo de exibição.

4.2 - A estrutura, as técnicas de filmagem e a percepção da comunicação

Conforme visto acima, para que um conjunto de ideias consiga a adesão da maioria das pessoas dentro de uma sociedade, é necessário que as mensagens a serem veiculadas passem por criterioso processo de elaboração e codificação, tornando-as inteligíveis e de fácil aceitação. Um exemplo de codificação mais próximo daqueles utilizados pelo IPES refere-se a ilustração de ideias com exemplos concretos, desferindo fortes ataques ao governo por intermédio da mídia. Segundo Garcia,

Aqueles que defendem a necessidade de que a direção da economia fique a cargo da iniciativa privada costumam apoiar-se na tese da incompetência administrativa e gerencial do governo. Para demonstrá-la, recorrem frequentemente a exemplos bem conhecidos de empresas e repartições públicas desorganizadas e ineficientes. (GARCIA, 1982, p. 24).

Para efeito de análise da recepção da comunicação, tomamos por base o documentário "O Brasil precisa de você", visto que nele tanto o objetivo de atrelar os problemas econômicos e a desordem social ao governo de João Goulart, quanto o de promover o temor ante uma ameaça comunista são trabalhados⁵³.

Nesse documentário são mostradas apenas imagens estáticas, sempre acompanhadas por sons e pela voz do locutor. O primeiro elemento tratado é a fundação do IPES e seu objetivo: "apontar soluções democráticas para os problemas brasileiros". Recortes sobre o instituto são apresentados em forma de notícia de jornal, tais como: "o IPÊS prestará grande serviço à paz social"; "soluções democráticas para os problemas do país"; "o IPÊS defende reformas"; "o IPÊS provará que a democracia solucionará os males do Brasil".

Na mensagem, o locutor pontua que o governo vigente não consegue encontrar meios de superar os problemas existentes, colocando em perigo a democracia, ameaçada pelas ditaduras, como ocorrera em diversos outros países.

⁵³ Parte dessa análise foi apresentada em trabalho de conclusão de disciplina, realizado por Carlos Henrique de Souza Padeiro e Celia Regina Justo Kaufmann em 2013.

Passa-se então a apresentar tais ditaduras, na seguinte sequência: imagens da Itália de Mussolini e a informação de que “a ditadura de Mussolini trouxe guerra e miséria à Itália”; imagens da Alemanha nazista, onde o locutor cita as mortes provocadas pelo imperialismo de Hitler; imagens de Stalin e o alerta sobre assassinatos de quem se opunha ao regime; imagens de Fidel Castro e de pessoas morrendo diante de armas de fogo e de uma forca, sendo que o locutor afirma que a ditadura de Fidel só foi possível de ser implantada porque os democratas cubanos se omitiram diante da ditadura de Fulgêncio Batista. O som de fundo remete a sofrimento, angústia e ansiedade.

O contraponto começa com a mensagem “como se faz uma revolução sem sangue”. Passa-se a falar novamente sobre o IPÊS e sublinha-se a necessidade de um novo modelo de democracia, com a defesa do capitalismo (imagens de fábricas, usinas, construções, trabalhadores, empresários, o homem do campo).

Para desestabilizar o governo vigente, o locutor aponta que a democracia está sendo defendida por comodistas - mostra-se imagens símbolos do Brasil, como o Planalto do governo, a bandeira do Brasil e a praça dos Três Poderes. Na sequência são mostrados os problemas sociais e econômicos, como a miséria do povo, greves e desordem. Encerra-se com as seguintes palavras: “O tempo é pouco. O Brasil não pode esperar mais”.

Nota-se a intencionalidade que permeia todo o conjunto de sons e imagens contidos no filme: “alertar” o receptor acerca da situação de “desordem” que o país enfrentava e produzir uma aliança entre o emissor e o receptor contra os dirigentes da nação.

Uma das estratégias utilizadas foi a de reduzir os elementos a serem avaliados em somente dois: de um lado o regime democrático, por eles defendidos, e do outro os regimes ditatoriais (totalitarismo e comunismo), os quais deveriam ser combatidos. Dada essa polarização maniqueísta, passou-se, então, a trabalhar os argumentos de combate aos seus rivais.

CAMPO	NÓS	ELES
Político	Democracia (nacionais brasileiros)	Comunismo (+outros = estrangeiros)
Político-social	Amigos da nação	Inimigos da nação
Sócio-econômico	Desenvolvimento	Desequilíbrio / descabro
Religioso	Cristão	Ateu
Simbólico	Paz - união	Guerra - sofrimento
Simbólico	Herói = IPES	Vilão = os que lutam contra a Pátria, Deus e a Família -

		valores da sociedade brasileira (inclui-se aqui também a propriedade). O governo vigente é sugerido por meio das imagens de símbolos como o Planalto do governo, a bandeira do Brasil, a praça dos Três Poderes e recortes de jornais.
--	--	---

Os documentários são constituídos de imagens e mensagens que englobam não somente o que se quer transmitir, mas também o como se transmite (organização e corte das imagens, voz do locutor, músicas de fundo). O conteúdo vem pronto, não havendo espaço para reflexões e questionamentos. Há o controle seletivo de informações a fim de favorecer determinado ponto de vista.

Ao assistir a esse documentário, o receptor é exposto a imagens e sons, cujos estímulos são captados por meio dos aparelhos sensoriais, que são codificados como sinais neurais. O receptor percebe o que está sendo comunicado na medida em que seu cérebro processa os estímulos captados e dá sentido a eles.

A locução fica a cargo de Luiz Jatobá, que fez enorme sucesso como locutor de rádio, conhecido em todo país desde os anos 1930. Jatobá foi, inclusive, o primeiro rosto a aparecer na televisão brasileira, quando a TV Tupi foi inaugurada em 1950. A voz, que inseriu dramaticidade no conjunto de filmes do IPÊS, foi um casamento perfeito com as imagens captadas pela câmera do fotógrafo Jean Manzon. A credibilidade de Jatobá reforça, junto aos espectadores, a veracidade das informações transmitidas.

Segundo James A. C. Brown, autor da obra “Técnicas de Persuasão: da Propaganda à Lavagem Cerebral”, a primeira tarefa do propagandista é atrair a atenção do seu público com especialistas que, por algum atributo, como fama, poder ou beleza, sensibilizem e tornem o espectador mais receptivo.

[...] há boas provas de que a mobilização de qualquer emoção forte pode tornar o indivíduo mais sugestível ainda. [...] Outras lições que o candidato a manipular pessoas têm de aprender são o valor do apelo à autoridade, pois poucos de nós escapam ao condicionamento arcaico de submissão a um pai ou mãe poderoso (BROWN, 1963, p. 25).

Quanto mais direta a informação, menor o número de aspectos considerados por quem a recebe. O propagandista limita-se a evocar as atitudes adequadas a seu fim, dentre todas as possíveis em seu público, pontua Brown.

Pioneiro do cine documentário brasileiro, o diretor Jean Manzon explorou o efeito do *close-up*. Segundo descreve Denise Assis, “suas lentes passearam dos rostos castigados pelo sol do Nordeste aos movimentos quase coreográficos dos trabalhadores urbanos, passando por favelas, empresas modernas e o ideal de família”. (ASSIS, 2001, p. 45).

A montagem é um componente-chave na linguagem ideológica cinematográfica. Em suas tomadas, Manzon faz do corte e da edição seu principal meio de convencimento. O *close-up*⁵⁴ busca explorar um efeito dramático. O *zoom in*⁵⁵, fechando no rosto, realça uma expressão, combinando a dramaticidade propiciada por um rápido efeito de aproximação com o realce da expressão facial. No livro *A Linguagem Cinematográfica* (2007), Marcel Martin explica que os rostos, além de deixarem explícita uma emoção, servem como metonímia de toda uma situação vivida pela população. Portanto, ao focar a dor no rosto das pessoas, reforça a ideia do sofrimento da população.

Esse efeito metonímico funciona tão somente porque a imagem foca o rosto das pessoas. O ser humano possui uma disposição biológica para olhar o rosto, principalmente o triângulo formado pelos olhos e o nariz.

Uma parte enorme do cérebro humano é dedicada ao funcionamento da visão. Somos evolutivamente projetados para fazer uso da visão. De acordo com Bibiane Demos (2011, p. 15), a face tem importância fundamental para os seres humanos do ponto de vista evolucionista, pois tem a função de demonstrar emoções por meio do movimento dos músculos.

Reações emocionais incluem mudanças faciais expressivas, constituem um mecanismo de comunicação e fazem parte da nossa adaptação e sobrevivência. Os músculos da face formam expressões faciais que demonstram emoções inatas e universais, tais como alegria, tristeza, raiva, medo, surpresa e nojo. Reconhecer as expressões faciais emocionais é importante para o comportamento social não-verbal (Argyle & Cook, 1976; Grusser, 1984, apud De Souza; Feitosa; Eifuku; Tamura & Ono, 2008) e para a consequente adaptação do ser humano a diferentes contextos do desenvolvimento. (DEMOS, 2011, p. 16).

⁵⁴ Close-up: tomada de câmara de um pormenor, feita a pequena distância, para que ele seja mais facilmente notado ou para conseguir melhor efeito artístico; *close*, grande plano, primeiro plano. Consulta feita em 10.07.17 ao dicionário Michaelis on-line, disponível em: michaelis.uol.com.br.

⁵⁵ Zoom in/out: com a câmara em movimento, fazer com que algo ou alguém se pareça muito maior e mais perto, ou muito menor e mais longe. Consulta feita em 10.07.17 ao dicionário Cambridge, disponível em dictionary.cambridge.org/pt/translate.

O cinema, a televisão e a arte exploram essa percepção visual humana. No filme “O Brasil Precisa de Você”, o *zoom in* busca os rostos dos mortos e dos presos nos campos de concentração durante o nazismo; em “Nordeste – Problema Número Um”, o foco ressalta feições sofridas dos pobres; em “Depende de mim”, que convoca os trabalhadores para votarem pela democracia, o *zoom in* salienta a seriedade dos trabalhadores. Estes são alguns exemplos do recurso utilizado nas produções do IPÊS para aprimorar a absorção da mensagem pelos espectadores.

Ainda segundo Marcel (1990, p 23),

[...] toda imagem é mais ou menos simbólica: tal homem pode facilmente representar a humanidade inteira. Mas sobretudo porque a generalização se opera na consciência do espectador, a quem as idéias são sugeridas com uma força singular e uma inequívoca precisão pelo choque das imagens entre si: é o que se chama de montagem ideológica.

As técnicas empregadas⁵⁶ - os enquadramentos da câmara, os diversos tipos de planos, os ângulos de filmagem, os movimentos de câmara - dão à câmara e ao seu operador a possibilidade de criar a linguagem própria dos filmes, pela qual "o diretor impõe seus diversos pontos de vista ao espectador e pela qual o espectador se sente diretamente envolvido, por identificar seu olhar com o da câmara, num efeito psicológico produzido por esses recursos. (MARTIN, 1990, p. 31-44).

Outros elementos concorrem para gerar efeitos psicológicos. A iluminação contribui para criar expressividade à imagem e a cor é utilizada em "função dos valores (como o preto-e-branco) e das implicações psicológicas e dramáticas das diversas tonalidades (cores *quentes* e cores *frias*)". (MARTIN, 1990, p. 68).

Por ser subjetiva, a imagem adensada oferecida pelo cinema pode provocar emoções que vistas em outro espaço e tempo - o real - não tocariam com tanta intensidade o espectador. Todavia a imagem por si só "mostra mais não demonstra". Daí a necessidade de empregar as técnicas de narração ou comentários, tão importantes nos noticiários, cujo objetivo é carregá-las do sentido com o qual se pretende mostrá-las. (MARTIN, 1990, pp. 25-26).

Nessa direção, o som é também um componente essencial na linguagem cinematográfica, visto restituir à imagem "o ambiente dos seres e das coisas que percebemos na vida real". Ele contribui com a imagem, aumentando seu coeficiente de autenticidade. A voz em off "abre ao cinema o rico domínio da psicologia em profundidade ao tornar possível

⁵⁶ Vale destacar que as técnicas aqui descritas referem-se àquelas utilizadas até 1985 (ano de publicação da edição do livro utilizada por nós, traduzida para o português em 1990).

a exteriorização dos pensamentos mais íntimos (monólogo interno)". O silêncio acrescenta dramaticidade à cena, enquanto que com a música obtem-se o melhor da expressão ou sugestão da imagem. A música exerce, assim, um contraponto psicológico, cujo objetivo é "fornecer ao espectador um elemento útil à compreensão da *tonalidade humana* do episódio". (MARTIN, 1990, pp. 114, 121 e 125).

Dessa forma, "a imagem *reproduz* o real, para em seguida, em segundo grau e eventualmente *afetar* nossos sentimentos e, por fim, em terceiro grau e sempre facultativamente, adquirir uma *significação* ideológica e moral". (MARTIN, 1990, p. 28).

4.2.1 - Nós x Eles

Conforme visto no capítulo 2, Garcia (1982, p. 16) observa que a técnica de polarizar a situação entre grupos, tais como "nacionais amigos" e "estrangeiros inimigos", é bastante recorrente em propaganda ideológica.

As divergências com países estrangeiros, até mesmo em caso de guerras, têm permitido manipular a população para que esta sinta participar de um todo único. **A única diferença passa a ser entre nacionais amigos e estrangeiros inimigos.** Nesse contexto, todas as idéias e propostas são recebidas como visando ao interesse geral. (GARCIA, 1982, p. 16, negrito nosso).

No que diz respeito às propagandas do IPES, além de atribuir ao governo vigente a responsabilidade pelo caos sócio-econômico, o que por si só já despertava insegurança, o risco de João Goulart instaurar um regime político com ideologia comunista era constantemente alardeado. Nesse sentido, o IPES soube trabalhar a ameaça vermelha, polarizando duas formas de governo entre o NÓS-democratas e o ELES-comunistas.

A teoria da evolução tem sido usada como suporte a argumentos em áreas como a psicologia, filosofia e ciências sociais. Um dos mecanismos para o estudo do comportamento humano, utilizando a teoria da evolução, diz respeito ao etnocentrismo. Segundo Yamamoto e Lopes (2009, p. 1) "o favorecimento de seu próprio grupo e a indiferença ou hostilidade em relação a grupos externos, [existe] em todas as culturas. Dentre as pistas que podem ser utilizadas como marcadores de pertinência a um grupo estão incluídas a raça e a religião".

Nesse sentido, os responsáveis pelas propagandas do IPES, conseguiram utilizar tais marcadores ao retratar o comunismo como sendo ateu, em detrimentos aos valores cristãos do povo brasileiro.

Ainda segundo pressupostos da psicologia evolucionista, podemos inferir que "a pressão evolutiva pode jogar grupos contra grupos e, na espécie humana, dar origem ao conhecido *nós versus eles*", numa tentativa de resguardar o grupo de pertencimento (in group) e seus territórios. Dessa forma, era importante reconhecer os que pertenciam ao grupo e desconfiar de estranhos (out group). (YAMAMOTO, 2009, p. 4)

Leda Cosmides e seu grupo de pesquisas da Universidade da Califórnia, em Berkeley (apud YAMAMOTO, 2009, p. 5), por intermédio de experimentos relacionados ao preconceito racial, chegaram à conclusão de que

[...] a mente humana possui características universais que consistem em um conjunto de programas específicos da espécie, que evoluíram para regular a cooperação intra-grupo e o conflito inter-grupo em nossos ancestrais caçadores-coletores. Quando ativados, esses programas levam as pessoas a avaliar situações que envolvem grupos rivais (*nós versus eles*) favoravelmente aos grupos de pertinência (*nós*) e contra grupos externos (*eles*)... A seleção natural nos dotou com mecanismos psicológicos que nos permitem identificar rapidamente indivíduos como pertinentes ao nosso grupo ou a outro grupo, e essa codificação dirige nosso comportamento. Somos, portanto, animais sociais que favorecem seu grupo porque o fortalecimento do grupo e o círculo virtuoso beneficiam cada um dos indivíduos que pertencem a ele.

Conforme YAMAMOTO (2009, p. 4), estudos sugerem que "a cooperação intra-grupo e a competição inter-grupo são fáceis de provocar", bem como "a cultura de *nós versus eles* é universal e desencadeada por alguns tipos de situações sociais". (YAMAMOTO, 2009, p. 4)

Em suma, inferimos que, assim como em outros momentos da História humana, a categorização *nós versus eles* promovida pelos filmes ipesianos permitiram que as disposições naturais de defesa das pessoas fossem ativadas, sobretudo, dada a conturbada situação social do momento.

4.2.2 - Classificação de pessoas e coisas

Nosso cérebro possui também outros dispositivos de sobrevivência, dentre eles a classificação de pessoas e coisas. Segundo o físico e matemático Leonard Mlodinow,

Pensar em termos de categorias genéricas, como "ursos", "cadeiras" e "motoristas erráticos", nos ajuda a navegar pelo nosso ambiente com mais velocidade e eficiência; primeiro entendemos o significado bruto de um objeto, depois nos preocupamos com a sua individualidade. Classificar é um dos atos mentais mais importantes que desempenhamos, e nós fazemos isso o tempo todo, não somente com coisas, mas também com pessoas (MLODINOW, 2013, p. 174).

"Se não conhecemos bem uma pessoa, nossa mente pode procurar as respostas em sua categoria social". Assim como nossa mente preenche lacunas de imagens e sons para completá-los, ela também "preenche lacunas quando julgamos as pessoas, e a categoria a que a pessoa pertence é parte dos dados que usamos para fazer isso." (MLODINOW, 2013, p. 181).

Estudos vêm mostrando que a discriminação não é consciente e intencional, mas fruto de processos cognitivos. A estereotipagem inconsciente é a regra e não a exceção. (MLODINOW, 2013, p. 182-183).

Ainda que sua avaliação de outra pessoa possa parecer racional e deliberada, ela é informada por processos automáticos e inconscientes. Não podemos evitar a absorção mental de categorias definidas pela sociedade em que vivemos. Elas permeiam notícias, programação de TV, filmes, todos os aspectos de nossa cultura. Pelo fato de nosso cérebro categorizar naturalmente, somos vulneráveis a agir de acordo com as atitudes que essas categorias representam. (MLODINOW, 2013, p. 186).

4.2.3 - Atitude e comportamento

Assim como a codificação das pessoas em “in” ou “out group” dirige nosso comportamento, as atitudes⁵⁷ possuem um componente ativo, instigador de comportamentos coerentes com as cognições e os afetos relativos aos objetos atitudinais. Pessoas que exibem atitudes preconceituosas, por exemplo, têm uma série de cognições acerca do grupo que é objeto de sua discriminação.

Segundo Albert Harrison (1975, p. 340), psicólogo social e professor da Universidade da Califórnia, "[p]essoas, políticas, coisas, acontecimentos - tudo isso gera atitudes. As atitudes constituem uma parte importante da constituição única de cada pessoa e uma força importante no seio de cada grupo e da sociedade".

O psicólogo social Aroldo Rodrigues (1975, p. 411) define atitude social "como sendo uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto".

⁵⁷ Atitudes: sentimentos, muitas vezes influenciados por nossas crenças que nos predispõe a responder a uma maneira particular a objetos, pessoas e eventos. (MYERS, 2015, p. 566).

Rodrigues trabalha com diferentes enfoques teóricos relativos ao processo de formação de atitudes e sugere uma integração entre eles. Assim, as atitudes se formam para exercer determinadas funções tais como

[...] avaliação do objeto, ajustamento social, externalização e defesa do eu, que são as funções reconhecidas por Smith et al. e por Katz e Stotland. Por outro lado, experimentos indicam que nossas atitudes obedecem ao princípio de consistência cognitiva. Reforço e punição também servem como formadores ou extintores de opinião. (RODRIGUES, 1975, p. 428).

Um destaque especial pode ser dado à abordagem funcional das atitudes, segundo o psicólogo Daniel Katz (apud. Harrison, 1975, p. 343-347). Ele sugere que "as pessoas formam e mantêm uma atitude porque esta lhes serve a um útil propósito pessoal". Tais funções podem ser divididas em:

- 1) a função utilitária - as atitudes mudam de acordo com os interesses individuais. "As pessoas se esforçam por elevar ao máximo os ganhos ou recompensas pessoais que adquirem, ao mesmo tempo que mantêm no mínimo as perdas ou punições";
- 2) a função expressiva - baseada em juízo de valor, como paz e liberdade, inseridos na sociedade como valores positivos em detrimento a valores negativos, como a guerra. Segundo Katz, "pessoas sentem satisfação em expressar seus valores";
- 3) a função de conhecimento - refere-se a dar um sentido ao mundo por meio das atitudes.

As pessoas se esforçam por dar um sentido ao mundo, e Katz sugere que as atitudes são capazes de ajudar nesse empenho. Por exemplo: as dificuldades nacionais podem ser "entendidas" em termos de subversão comunista, e as atitudes de desconfiança em relação aos comunistas, em geral, tornariam racional e compreensível a intervenção, de outro modo injustificável, de forças militares norte-americanas. (HARRISON, 1975, p. 345).

Ainda segundo Harrison, as diversas funções da atitude não se excluem entre si. Ao contrário, podem se complementar, como é o caso de atitudes intolerantes ou facciosas em relação aos membros de grupos a que não pertencemos (out-groups).

Além de suas funções, as atitudes possuem três elementos constitutivos:

- a) O cognitivo é o aspecto intelectual das atitudes. "Consiste no que o portador de atitude vê, sabe ou raciocina sobre o objeto de atitude". É composto pelas crenças, conhecimento, maneira de encarar o objeto etc. "O componente cognitivo costuma relacionar-se com a utilidade percebida de alguma coisa para promover ou impedir a realização de vários objetivos"; (HARRISON, 1975, p. 347)

- b) O afetivo é o componente emocional ou de sentimento. "Consiste nos sentimentos positivos ou negativos que o objeto de atitude suscita num indivíduo"; (HARRISON, 1975, p. 346)
- c) O comportamental pode ser entendido como o resultado da combinação de cognição (a) e afeto (b) como instigadora de comportamentos, dadas determinadas situações. Entretanto, atitude e comportamento podem ser inconsistentes, se considerarmos que "atitudes envolvem o que as pessoas pensam, sentem e como elas gostariam de se comportar em relação a um objeto atitudinal", enquanto que
- [o] comportamento não é determinado apenas pelo que as pessoas gostariam de fazer, mas também pelo que elas pensam o que devem fazer, isto é, normas sociais, pelo que elas geralmente têm feito, os hábitos, e pelas consequências esperadas de seu comportamento". (RODRIGUES, 1975, p. 402).

No que diz respeito à forma e ao conteúdo veiculados nos filmes-documentários ipesianos, verificamos que, para destacar o regime democrático, o qual se julgam no dever de defender, seus produtores trataram de criar um efeito binário, dividindo regimes e seus seguidores. Contra o “nós”, brasileiros, povo com tradições democráticas e cristãs, e com valores como paz e liberdade, se opunham “eles”, que por intermédio de guerras e revoluções preenchem o vácuo da democracia com regimes autoritários.

Se considerarmos a definição de atitude elaborada por Rodrigues (1975, p. 411) como sendo *"uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a este objeto"*, temos nas falas, imagens e sons produzidos no filme atitudes e comportamentos sendo provocados. Essas atitudes podem ter sido reforçadas, pois as pessoas já haviam sido expostas às ideias anticomunistas em tempos pretéritos, tendo sido fortemente intensificadas na década de 1930 com a propagação pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – principalmente pelo programa radiofônico *Hora do Brasil* - e retomadas/intensificadas na década de 60 em questão.

4.2.4 - Tomadas de decisões e julgamentos

Quando tomamos algumas decisões ou fazemos julgamentos em nosso dia a dia, muito raramente aplicamos um raciocínio sistêmico à situação. Isso implica em dizer que nosso cérebro utiliza determinados "atalhos mentais", o que de uma certa maneira, acaba nos auxiliando a superar a "paralisia das análises". (MYERS, 2015. p. 285).

Os atalhos mentais, ou heurísticas, fazem uso dos processamentos automáticos das informações feitos pela nossa mente, possibilitando que nossos julgamentos sejam realizados de forma instantânea.

A heurística da representatividade⁵⁸, por exemplo, nos leva a tomadas de decisões ou julgamentos com base em generalizações que fazemos sobre pessoas e coisas. Ela nos auxilia em nosso dia a dia, pois para julgarmos a probabilidade de alguma coisa, acabamos por compará-la à nossa representação mental daquela categoria. Todavia ela pode nos levar ao erro, na medida em que não considera outras informações relevantes no processo de avaliação.

Por sua vez, a heurística da disponibilidade⁵⁹ atua com as informações que estão mais prontamente disponível na nossa mente. Conforme Myers (2015, p. 286), em cassinos os estímulos a apostas são feitos, sinalizando os possíveis ganhos com luzes e sons - o que os torna vívidos e memoráveis - e ocultando as possibilidades de perdas.

Os desencadeamentos provocados com os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos são reveladores de como a heurística da disponibilidade pode afetar nosso julgamento e potencializar o medo de algo que apresente baixo risco de acontecimento. As trágicas imagens veiculadas sobre os acidentes aéreos promovidos pelos ataques terroristas, mais prontamente disponíveis no imaginário dos norte-americanos, fizeram com que os mesmos temessem muito mais a morte por acidente de avião do que por acidente de carro, cujo risco é estatisticamente bem maior. Dessa forma, os acontecimentos traumáticos de 11 de setembro e a maneira como foram expostos pela mídia, acabou por suscitar uma mudança de comportamento da sociedade. Por um longo período de tempo, grande parte dos norte-americanos substituíram as viagens de avião pelas de carro, o que contribuiu para incrementar a lista de mortes por acidentes de trânsito daquele país.

Raciocinamos de maneira emocional e negligenciamos as probabilidades, assinala o psicólogo Paul Slovic (2007) Exageramos os sentimentos e subestimamos o pensamento. (MYERS, 2015, p. 286).

⁵⁸ Heurística da representatividade: julgar a probabilidade do quão bem as coisas representam ou correspondem aos protótipos particulares; pode nos levar a ignorar outras informações importantes. (MYERS, 2015, p. 570).

⁵⁹ Heurística da disponibilidade: estimar a probabilidade dos acontecimentos baseado em sua disponibilidade na memória; se as ocorrências logo vêm à mente (talvez devido a sua vividez), presumimos que tais eventos sejam comuns. (MYERS, 2015, p. 570).

A perseverança de nossas crenças parece também contribuir com nossas tomadas de decisão e julgamentos, mesmo diante de evidências contrárias. Segundo Myers (2015, p. 287) uma vez que as pessoas tenham explicado a si mesmas as razões de suas crenças, mais fortemente se agarram a elas.

A exposição acima procura responder às perguntas formuladas por Myers (2015, p. 288) sobre "por que tememos as coisas erradas", ou, mais precisamente, "por que julgamos que o terrorismo seja um risco maior do que os acidentes de carro, que matam por semana, só nos Estados Unidos, quase o mesmo número de pessoas que os terroristas?".

No caso específico desse trabalho, nosso interesse se volta em saber se a maneira como o apelo ao medo diante de uma ameaça comunista, poderia ser traduzido pela opinião pública como próxima e real.

Ainda segundo Myers (2015, p. 288), a ciência da psicologia identifica quatro influências sobre nossas intuições de riscos:

- 1 - Tememos o que nossa história ancestral nos preparou para temer. Nosso cérebro nos prepara para temer os riscos do passado e que, de alguma forma também reflete em riscos presentes;
- 2 - Tememos aquilo que não conseguimos controlar;
- 3 - Tememos o que é imediato, ou seja, as ameaças relacionadas ao imediato tem maior impacto sobre nossos temores do que aquelas diluídas no tempo.
- 4 - Tememos o que está mais prontamente disponível na memória. Poderosas lembranças disponíveis - como as imagens do voo 175 da United despedaçando-se no prédio do World Trade Center - funcionam como medida ao julgarmos intuitivamente os riscos.

Mortes dramáticas envolvendo um número considerável de pessoas, como aqueles promovidos por catástrofes naturais ou por atentados, também alteram nossa percepção de risco e nos tiram o fôlego, enquanto mal calculamos sua probabilidade de ocorrência.

Pessoas amedrontadas são mais dependentes, mais facilmente manipuladas e controladas, mais suscetíveis a medidas e posturas duras, impositivas e enganosamente simples. (GERBNER, apud MYERS, 2015, p. 289).

A citação feita em 1981 por George Gerbner, pesquisador de mídia para o Subcomitê sobre Comunicações do Congresso dos EUA, parece encerrar os desdobramentos que apelo ao medo exercem sobre as pessoas, dando-nos pistas de que a utilização desse recurso pode ser forte instrumento de controle social.

4.3 - Os efeitos das mensagens

Como maneira de verificar se as mensagens sugeridas nos filmes ipesianos poderiam ter sido eficazes em moldar a opinião pública contra o governo de João Goulart, tomamos como base as duas análises apresentadas no Capítulo II.

4.3.1 - Estudos norte-americanos sobre os filmes produzidos na série *Why We Fight*

Conforme demonstrado no Capítulo II, item 2.2.2 dessa dissertação, a série *Why We Fight* foi assistida por centenas de milhares de americanos que treinavam para a guerra.

O estilo dos filmes era, em grande parte,

[...] objetivo e documental, com citações diretas, referências a fontes oficiais, diagramas animados, cortes de notícias nacionais e cortes de notícias e filmes de propaganda estrangeiros. A apresentação visual foi reunida por uma narração que contava a história da guerra e explicava as cenas. Embora o teor geral dos filmes fosse "deixem os fatos falarem por si mesmos", eles não eram fatos secos. O discurso estrangeiro foi frequentemente traduzido para o inglês com um "sotaque estrangeiro", utilizou-se tomadas de "produção" - para amarrar o material documental -, os filmes foram inteiramente acompanhados com música de fundo e montagens, e truques de filmagem foram usados para conseguir uma apresentação vívida e dramática. (Lowery; De Fleur, 1988, p.108-109).

Para que pudéssemos aplicar os resultados obtidos pelos pesquisadores norte-americanos sobre os possíveis efeitos de recepção das mensagens ipesianas, analisamos mais precisamente as técnicas empregadas no filme *Prelúdio à guerra*, comparando-as àquelas utilizadas no filme *O Brasil precisa de você* e descritas no item 4.2 acima, onde concluímos que, guardadas as especificidades - emissor, receptor e objeto -, as técnicas empregadas nas imagens e o encadeamento da narrativa são bastante similares, sobretudo a polarização dos protagonistas entre NÓS-cristãos-amantes da liberdade versus ELES-ateus-opressores.

Considerando os resultados obtidos pelos estudos norte-americanos, podemos inferir que o conteúdo produzido e veiculado por meio dos filmes ipesianos foram:

1 - Efeito de comunicação

- a - eficazes em promover efeitos marcantes sobre informações dos fatos;
- b - eficazes em promover alguns efeitos marcantes nas mudanças de opinião.

2 - Os filmes se mostraram tão eficazes em atingir seus objetivos, quanto outros meios de comunicação.

3 - Os documentários de curta duração também indicaram :

a - interesse elevado para cenas de ação com narração de voz;

b - interesse elevado para material altamente realista.

4 - Influência intelectual:

a - dentre todas as variáveis, a diferença recaiu sobre a capacidade intelectual do espectador;

b - espectadores com menor grau de instrução - como o caso da esmagadora maioria dos brasileiros que só possuíam até no máximo o curso Elementar - são mais fáceis de influenciar com esse tipo de propaganda.

* os gráficos apresentados no item 4.1.2 mostram que 60% da população brasileira economicamente ativa, era constituída por pessoas alfabetizadas. Todavia apenas 25,4% haviam concluído algum grau, sendo que desses 20,6% concluíram apenas o ciclo Elementar. Pessoas com ensino Superior completo representavam apenas 0,6% de toda a população. Ressaltamos ainda, que foram considerados alfabetizados, pessoas que sabiam ler um bilhete simples em qualquer língua. As pessoas que somente assinavam o nome foram consideradas analfabetas. Isso implica em dizer que as pessoas expostas às propagandas do IPES sofreram influência com esse tipo de abordagem, se considerarmos os estudos realizados pelos norte-americanos para esse fim.

4.3.2 - Meta-análise aplicada sobre pesquisas de apelo ao medo em campanhas públicas de risco e julgamento de riscos

Para inferirmos se o apelo ao medo contido nas mensagens ipesianas foram eficazes em seus objetivos e se o ameaça foi percebida, gerando medo pelas suas consequências, retomamos os apontamentos realizados no estudo acima e tratados no Capítulo II, item 2.3 e as considerações sobre julgamento expostas item 4.2.4 dessa dissertação, quais sejam:

- 1 - quanto maior a ameaça é percebida, maior será o medo sentido;
- 2 - a heurística da disponibilidade - cenas chocantes - funciona como medida ao julgarmos intuitivamente os riscos;
- 3 - mortes dramáticas envolvendo um número considerável de pessoas, como aqueles promovidos por catástrofes naturais ou por atentados, também alteram nossa percepção de risco e nos tiram o fôlego, enquanto mal calculamos sua probabilidade de ocorrência;

- 4 - indivíduos se opõem a algum tipo de risco muito mais pelo medo de suas consequências do que pela preocupação com a probabilidade de sua ocorrência;
- 5 - mais ainda, as recomendações para evitar o risco só são passíveis de serem seguidas se o indivíduo acreditar que possui capacidade de defesa - capacidade de realizar a resposta recomendada + a resposta recomendada funciona para evitar a ameaça;
- 6 - racionamos de maneira emocional.

É possível que mensagens ipesianas tenham sido eficazes, visto que:

- 1 - A ameaça comunista e o apelo ao medo já eram alardeados desde 1917, ou seja, o espectro comunista já rondava o imaginário do povo brasileiro;
- 2 - Os filmes do IPES mostram fortes imagens, retratando as atrocidades da II Guerra, aumentando a percepção do risco e do medo;
- 3 - A revolução de Cuba ampliou a percepção de risco do Brasil em se envolver em questões semelhantes, pois o comunismo já havia ultrapassado os limites do oceano;
- 4 - As mensagens ipesianas comportavam a fórmula para que tivessem aceitação e promovessem mudança de comportamento, ou seja:
 - a - apresentava o perigo e suas consequências;
 - b - a ameaça era percebida como de risco alto - pelos motivos acima;
 - c - o IPES dava a solução - luta em prol da democracia e do desenvolvimento com o envolvimento de todos, por meio do voto, do trabalho, entre outros possíveis;
 - d - o receptor da mensagem acreditava possuir capacidade de defesa pois, se sentia capaz de realizar a resposta recomendada e que ela poderia funcionar para evitar a ameaça, uma vez que não vivenciara outros modelos de sociedade.

4.4 - Considerações

Por meio da montagem de imagens e demais técnicas utilizadas, os filmes do IPES recrutaram com eficácia os efeitos psicológicos e biológicos que organismos humanos podem desencadear diante de estímulos visuais e auditivos e, com isso, levá-los a um comportamento determinado.

As câmaras focam no rosto das pessoas para reforçar a ideia de sofrimento da poluição. **Focar no rosto é uma predisposição biológica.** A generalização que ocorre na consciência do espectador, quando ao focar no rosto sofrido de um homem fazer simbolizar a humanidade inteira, é o que se chama de "montagem ideológica".

As técnicas de enquadramento, tipos de plano, angulação, movimento da câmara, entre outros, produzem um **efeito psicológico**. O espectador se sente diretamente envolvido por identificar seu olhar com o da câmara.

Conforme visto acima, polarizar a situação entre dois grupos - NÓS versus ELES - é uma técnica bastante empregada em propaganda ideológica. Ao produzir essa polarização e expô-la nos filmes, recruta-se mecanismos universais. "A seleção natural nos dotou com **mecanismos psicológicos** que nos permitem identificar rapidamente indivíduos como pertinentes ao nosso grupo ou a outro grupo, e essa codificação dirige nosso comportamento." (YAMAMOTO, 2009). Dessa forma, a categorização NÓS versus ELES promovida pelos filmes ipesianos, permitiram que as disposições naturais de defesa das pessoas fossem ativados, sobretudo, dada a conturbada situação social do momento.

Durante quarenta e quatro anos, a categorização social "comunista" foi sendo talhada carregando valores negativos e contrários aos de nossa sociedade. Pessoas que tinham ideias opostas àquelas almejadas eram classificadas naquela categoria. Classificar coisas e pessoas dentro de uma categoria também faz parte de dispositivos cerebrais para garantir nossa sobrevivência. Dessa forma, ao associar as reformas de base defendidas pelo governo e a situação de desestabilização econômica com o contexto da Guerra Fria e enquadrando os elementos contrários na categoria comunista, o IPES acabou por orientar a opinião pública contra o governo vigente.

Ainda conforme exposto, verificamos que, por meio das falas, imagens e sons produzidos nos filmes do IPES, atitudes e comportamentos estavam sendo constantemente provocados. Nossas atitudes possuem elementos constitutivos: cognitivo, afetivo e comportamental. Essas atitudes estavam sendo reforçadas, pois as pessoas já haviam sido expostas às ideias anticomunistas em tempos pretéritos, conforme apontamentos anteriores.

Os filmes do IPES também intensificaram a crença de que o comunismo era uma ameaça real e próxima, na medida em que fortes imagens da Segunda Guerra, a narrativa e os sons contribuíram para a dramatização do tema. A heurística da disponibilidade (atalhos mentais) e a perseverança em nossas crenças parecem interferir em nossos julgamentos e na nossa capacidade de temer as coisas erradas. "Raciocinamos de maneira emocional e negligenciamos as probabilidades".

O escopo no documentário era meramente psicológico. Cabe aqui uma citação de James Brown para definir o papel do propagandista:

Muito amiúde, como em propaganda de guerra, ele [o propagandista] está tentando provocar emoções intensas de ódio ou aprovação de ou contra outros grupos, por motivos de oportunidade, estratégia ou simples cobiça. A pressão emocional [...] é fundamental ao processo inteiro. [...] O propagandista não se envolve numa verdadeira discussão, visto suas respostas estarem antecipadamente determinadas. (BROWN, 1963, p. 14).

Um dos desafios dos produtores dos filmes do IPES era, diante de um público heterogêneo, promover uma mudança de opinião em quem fosse favorável ao governo Jango, porém sem incentivar um movimento, já que eles eram contrários à agitação social. As manifestações de grupos descontentes são tratadas como desordem, a instabilidade política como descalabro administrativo, as greves como crises. O meio ambiente é recriado, e problemas que passavam, de certa maneira, despercebidos pela sociedade, como a pobreza dos nordestinos, ganham destaque - as imagens e a narrativa chocam.

Conforme verificamos no capítulo 2, a propaganda ideológica

[...] é mais ampla e mais global. Sua função é a de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, com isso, orientar todo o seu comportamento social. As mensagens apresentam uma versão da realidade a partir da qual se propõe a necessidade de manter a sociedade nas condições em que se encontra ou de transformá-la em sua estrutura econômica, regime político ou sistema cultural. (Garcia, 1982, p. 3-4).

E essa foi a proposta do IPÊS: apontar os problemas vigentes, os quais já existiam, dando-lhes nova interpretação. Nesse sentido, é possível supor que o documentário tenha provocado a atenção dos receptores, não porque aqueles indivíduos estivessem favoráveis às mensagens ou porque lhes agradassem, mas porque, segundo Harrison (1975, p. 353), as pessoas ficam inquietas ou preocupadas diante do estranho ou do insólito.

Dadas as dificuldades do referido momento – miséria, instabilidade econômica, desordem social e o perigo iminente de regimes autoritários –, projetou-se um futuro. Criaram expectativas, aproximando as pessoas, o “nós”, e provocando a sensação de coesão e pertencimento, para melhor resistir à ameaça “deles”.

Podemos concluir que a campanha ideológica do IPES foi eficaz em gerar sensações de medo na população, sentimento esse desencadeado pelo clima de instabilidade e de ameaça, moldando a opinião pública contra o governo de João Goulart.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, levou cerca de 500.000 pessoas a protestarem contra o comício de João Goulart em março de 1964. Um número pequeno, é certo, se considerarmos que haviam 6.000.000 de moradores em São Paulo.

Todavia, conforme aponta Dreifuss (1981, p. 298)

De tudo isso, o mais importante foi que "O Exército, como é do consenso geral, teria hesitado em agir se não houvesse fortes indicações de que a opinião pública era favorável, e é bem possível que demonstrações espetaculares, tais como a de 19 de março, a 'Marcha da Família com Deus pela Liberdade', em São Paulo, fossem decisivas para convercer o setor estritamente militar do Movimento Revolucionário de que havia chegado o momento propício".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as pesquisas em Psicologia e Neurociência caminham a passos largos. É possível que ao término desse trabalho, as informações nele contidas já tenham sofrido modificações. Todavia, acreditamos que isso não implicará em sua essência, ou seja, a de tentar mostrar o quanto a História pode aprender com a Biologia e a Psicologia evolucionista.

Linguagem, objetos, sons e imagens são parte de um universo de representações que, se rearranjados, produzem novos significados e novos comportamentos. Processos psicológicos e biológicos contribuem para isso. Os sistemas sensoriais captam os estímulos, percorrem caminhos, chegam as áreas correspondentes do cérebro. A memória de eventos passados é evocada e o estímulo pode ser percebido. Caso contrário, torna-se em novo aprendizado.

Se o estímulo pressupõe ameaça, circuitos neurais serão recrutados e, numa interação psicológica e biológica, nosso corpo promove uma reação. *Tudo que é psicológico é simultaneamente biológico.*

A Psicologia e a Neurociência vêm demonstrando que nossos pensamentos, sentimentos, sonhos e medos, tudo isso surge de processos que ocorrem em nosso cérebro, moldados pela evolução de nossa espécie e, conforme assevera Eagleman (2012) "quando o cérebro muda, mudamos nós".

Então, *se as ciências sociais têm de aprender com o darwinismo e a genética*, por quê não fazê-lo?

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais: catálogo de filmes. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

Censo demográfico Brasil - 1960 - Disponível em : http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil.pdf . Acesso em 06 jul 2017.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AGUIAR, Odílio Alves. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 10, p. 7-17, 1/2007.

ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962/1964)**. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **O Satânico Doutor Go: A Ideologia Bonapartista de Golbery do Couto e Silva**. 1999. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica.

_____. No princípio era o medo: as bases do pensamento conservador do General Golbery do Couto e Silva. **Verinoto - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas**, n. 2, Ano I, abril de 2005, periodicidade semestral - ISSN 1981-061X.

BATISTA, Leandro Leonardo. A comunicação de riscos. In: BARBOSA, Ivan Santos; PEREZ, Clotilde (Orgs). **Hiperpublicidade: atividades e tendências**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. 2 v., p. 429-447.

BAUER, Marton W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BROWN, J. A. C. **Técnicas de Persuasão: Da Propaganda à Lavagem Cerebral**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papyrus, 1998.

CARDENUTO FILHO, Reinaldo. **Discursos de intervenção: o cinema de propaganda ideológica para o CPC e o Ipês às vésperas do Golpe de 1964**. 2008. 385 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CIALDINI, Robert. **O poder da persuasão: você pode ser mais influente do que imagina.** Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2006.

DAMÁSIO, António R. **E o cérebro criou o Homem.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DANTAS, José Guibson. Teoria das Mediações Culturais: uma proposta de Jesús Martín-Barbero para o estudo da recepção. **Revista Diálogos Possíveis**, v.7, n. 2, 2008, p. 22-29. Disponível em <http://revistas.faculdadesocial.edu.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/155/114>. Acesso em 03 fev 2015.

DEMOS, Bibiane. **Reconhecimento de Expressões Emocionais Faciais em Indivíduos com Doença de Parkinson.** 2011. xi, 48 f., il. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

DREIFUSS, René Armand. **1964. A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Vários tradutores. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

EAGLEMAN, David. **Incógnito: as vidas secretas do cérebro.** Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2012.

FERREIRA, Jorge. Propaganda política estatal: comparando ditaduras. **Revista digital de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFF - Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 9, 2000, p. 179-183. Acesso em 10 nov 2014.

GADE, Christiane. **Psicologia do consumidor.** São Paulo: EPU, 1980.

GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973).** 2011. 313 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

GIGERENZER, Gerd. **O poder da intuição: o inconsciente dita as melhores decisões.** Tradução Alexandre Rosas. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2009.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. **As representações anticomunistas na grande imprensa curitibana, 1961-1964.** 1999. 72 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

GRAF, Marília G. **Propaganda de lá para cá.** São Paulo: IBRASA, 2003.

HARRISON, Albert A. **A psicologia como Ciência Social.** São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

HITLER, Adolf. **Minha Luta.** Tradução Klaus Von Puschén. São Paulo: Centauro, 2001.

INTERCOM - PORTCOM - REVCOM - Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação.
<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewPDFIntertitil/2010/1788>

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Tradução Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KANDEL, Eric R. **Em busca da memória**: o nascimento de uma nova ciência da mente. Tradução Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEDOUX, Joseph. **O cérebro emocional**: os misteriosos alicerces da vida emocional. Tradução Terezinha Batista dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LENHEIRO, Alcir. **Nazismo**: O triunfo da vontade. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios?**: conceitos fundamentais da neurociência. - 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

LOWERY Shearon A.; DE FLEUR, Melvin L. Experiments on Mass Communication: persuading the American Soldier in World War II. In: **Milestones in Mass Communication Research**: Media Effects. 2. ed. New York & London. Longman. 1988, p. 102-136.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. **O suspeito atrás das lentes**: O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945). São Paulo: Humanitas, 2008.

MAGALHÃES, Mário. **Mariguella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARINHO, Gabriel F. **O Prólogo**. Documentário produzido diretamente para a TV, 2015 (1h34min).

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990 e 2007.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar**: Como o inconsciente influencia nossas vidas. Tradução Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORAES, Nilson. Saúde, Doença e Medo nas charges dos jornais: sentidos e poder na sociedade midiática. In: Seminário "As doenças e os medos sociais". São Paulo: USP, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A "indústria do anticomunismo". **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 71-91. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/15/15art6.pdf>.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MYERS, David G. **Psicologia**. Tradução Daniel Argolo Estill, Heitor M. Corrêa; revisão técnica Angela Donato Oliva. 9a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

OLIVA, Angela Donato, et al. Razão, Emoção e Ação em Cena: a mente humana sob um olhar evolucionista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-62. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722006000100007&script=sci_arttext.

OLMOS, Ana. O abuso do merchandising televisivo dirigido à criança: argumentos da Psicogenética. Artigo: **Instituto Alana. Projeto Criança e Consumo**. Acesso em 27 ago 2010.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O poder das imagens: cinema e propaganda política nos governos de Hitler e Roosevelt (1933-1945). In: **Simpósio Nacional de História**, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História - História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005 - CD-ROM.

PINKER, Steven. **Como a mente funciona**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Tábula Rasa**: a negação contemporânea da natureza humana. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Os genes falam mais alto. **Revista Veja**. Entrevista. Maio, 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/190504/p_122.html

RAGO FILHO, Antonio. **A ideologia 1964**: os gestores do capital atrofico. 1998. 371 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica, 1998.

_____. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. **Cad. AEL**. v.8, n. 14/15, 2001. p. 155-199. Disponível em: http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/87/90.

REEVE, Johnmarshall. **Motivação e Emoção**. Tradução Luís Antônio Fajardo Pontes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

RIBAS, Guilherme Carvalhal. As bases neuroanatômicas do comportamento: histórico e contribuições recentes. Artigo: **Revista Brasileira de Psiquiatria** (online). 2007, vol. 29, nr. 1, p. 63-71. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 22 nov 2016.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

SHIMP, Terence A. **Propaganda e promoção**: aspectos complementares da comunicação integrada de marketing. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas , lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Artigo: **Rev. Katalysis**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-19, jan-jun. 2009. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000100006/10236>. Acesso em 26 abr 2016.

SOLOMAN, Michael R. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. Tradução Lene Belon Ribeiro. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. Porto. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo - 1964-1985**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VENTURA, Dora Fix. Um retrato da Área de Neurociência e Comportamento no Brasil. Artigo: **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010, vol. 26, nr. especial, pp. 123-129.

WITTE, Kim; ALLEN, Mike. A Meta-Analysis of Fear Appeals: Implications for Effective Public Health. **Health Education & Behavior**. Vol. 27(5), outubro de 2000, p. 591-615. Disponível em: <http://heb.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/5/591>.

YAMAMOTO, Maria Emília. Porque somos como somos? A psicologia evolucionista e a natureza humana. Com Ciência - **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 10/04/2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=45&id=532>

_____, Maria Emília; LOPES, Fívia de Araujo: **Coalizões e etnocentrismo: O ponto de vista da psicologia evolucionista**. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/view/7074>. Acesso em 05 set 2014.

WRIGHT, Robert. **O animal moral: por que somos como somos**. A nova ciência da psicologia evolucionista. Tradução Lia Wyler. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 1996.